



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**PODER LOCAL NA PARAÍBA DURANTE A EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA:**  
**política e relações de poder no município de Mamanguape (1947 – 1964)**

**Aline Marques Da Silva**

Orientador: Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes  
Área de Concentração: História e Cultura Histórica  
Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

JOÃO PESSOA – PB  
Agosto de 2017

**PODER LOCAL NA PARAÍBA DURANTE A EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA:  
política e relações de poder no município de Mamanguape (1947 – 1964)**

**Aline Marques da Silva**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes  
Área de Concentração: História e Cultura Histórica  
Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

JOÃO PESSOA – PB  
Agosto de 2017

Catalogação na publicação  
Seção de Catalogação e Classificação

S586p Silva, Aline Marques da.

Poder local na Paraíba durante a experiência democrática: política e relações de poder no município de Mamanguape (1947 - 1964) / Aline Marques da Silva. - João Pessoa, 2017.

116 f. : il.

Orientação: Paulo Giovani Antonino Nunes.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Política - Mamanguape. 2. Grupos oligárquicos - Mamanguape. 3. Práticas clientelistas. I. Nunes, Paulo Giovani Antonino. II. Título.

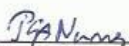
UFPB/BC

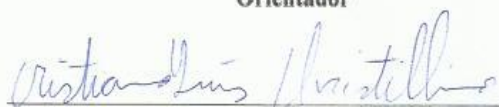
**PODER LOCAL NA PARAÍBA DURANTE A EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA:  
política e relações de poder no município de Mamanguape (1947 – 1964)**


Aline Marques da Silva


Dissertação de Mestrado avaliada em: 31/08/2017 Com conceito APROVADO

**BANCA EXAMINADORA**

  
Professor Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes  
Programa de Pós-Graduação em História – UFPB  
Orientador

  
Professor Dr. Cristiano Luís Christillino  
Programa de Pós-Graduação em História – UFPE  
Examinador externo

  
Professor Dr. Tiago Bernardon de Oliveira  
Programa de Pós-Graduação em História– UFPB  
Examinador interno

  
Professor Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto  
Programa de Pós-Graduação em História– UFPB  
Examinador interno

Professora Dra. Lúcia de Fátima Guerra Ferreira  
Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos – UFPB  
Suplente Externa

Professor Dr. Elio Chaves Flores  
Programa de Pós-Graduação em História– UFPB  
Suplente interno

A minha mãe e a meu pai, irmã e filha, que são meu alicerce de força, amor e perseverança. A Sóricres, que me acompanha nos caminhos mais difíceis desta jornada. A Abdiel que sempre foi um verdadeiro anjo em minha vida. Ao meu professor/orientador Paulo Giovani, exemplo de paciência e dedicação. **Dedico.**

## AGRADECIMENTOS

Durante o período que permaneci no mestrado, muitas pessoas contribuíram no processo de pesquisa e na construção deste trabalho. Cada uma, à sua maneira, fez parte da minha trajetória. Por isso gostaria de agradecer a algumas delas em especial.

Intento os agradecimentos iniciais a minha família. A meu pai Antônio, que é meu exemplo de honra e respeito. A minha mãe Nevinha, meu exemplo de bondade e amor, a minha irmã Alice, um verdadeiro exemplo de perseverança e fé, que sempre está comigo me ouvindo e me ajudando, sua força e seu amor são essenciais em minha vida. A minha filha Maria Emanuelle, por sempre ter sido meu refúgio e conforto, nos momentos que mais precisei me acalentou com seu amor e carinho. A eles, por sempre me apoiar, e que do jeito de cada um, de forma singular e contínua, nunca deixam de acreditar em mim, e sem a ajuda deles, seria muito mais difícil este caminhar.

Agradeço aos anjos que Deus colocou em minha vida, que me dedicam verdadeira amizade, pois vocês, Abdiel, Amigo Danilo e Loyvia, me deram força, apoio, conselhos em fases de minha vida que eu não teria vencido se não estivessem comigo. As conversas que tive e tenho com cada um, são fundamentais em minha vida, vocês são mais uma prova de que Deus nos agracia sempre com as melhores pessoas.

Tenho profunda gratidão a uma pessoa muito importante, ao amigo leal e companheiro de toda e qualquer hora, ao anjo que Deus me concedeu. Agradeço pelo apoio, conselhos, carinho, dedicação, sem nada pedir em troca. Por todo esforço em me ajudar neste processo de pesquisa, muita vezes abnegando de suas próprias necessidades, agradeço a você Sóricres. Obrigada por está sempre a meu lado. Sem você eu não teria conseguido.

Devo agradecimento especial a meu orientador Paulo Giovani, pela generosidade em me acompanhar nessa jornada, que sem as suas orientações e imensa paciência para comigo, não teria sido possível a realização desta dissertação. Agradeço em particular aos professores Martinho Guedes, Tiago Bernardon e Cristiano Christillino pela paciência e apoio, e por aceitarem tão generosamente a participarem da construção desse trabalho compondo a banca de avaliação, e por toda a colaboração que proporcionou a conclusão dessa pesquisa. Vocês estarão sempre em meus agradecimentos.

Agradeço a todos os professores e professoras que tive durante o período de mestrado e em minha vida, e a contribuição de cada um em minha formação acadêmica. À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História (UFPB), pela competência, eficácia e atenção. Agradeço a agência de fomento CAPES, por ter financiado parte desta pesquisa.

Por fim, e nunca menos importante, agradeço a Deus imensamente, pois não teria de forma alguma chegado até aqui sem a benção Dele em minha vida, por ter me proporcionado força, saúde e fé, para continuar esta caminhada árdua, mesmo fraquejando inúmeras vezes, mas sem jamais desistir, e aqui estou, concluindo mais uma importante fase em minha vida, e sendo muito agraciada por Ele.

## **RESUMO**

A partir dos debates encontrados nas atas tanto da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, quanto nas da Câmara Municipal de Mamanguape, traçamos uma perspectiva de análise que observa como ocorreram as disputas de poder político e econômico a partir dos dois principais grupos políticos na região do município de Mamanguape: a família Lundgren e a família Fernandes de Lima. Para aprimorar a análise e distinguir qual grupo político angariava mais votos e assim se perpetuava no poder, utilizamos os dados eleitorais disponibilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, e a partir daí elaboramos tabelas que nos proporcionaram visualizar quem e em qual momento determinado grupo político demonstrou ter maior sucesso nas urnas, e isso significou ter maior controle sobre os votos da população local. Para isso o conceito de Cultura Política nos ajuda a compreender como as práticas clientelísticas e autoritárias destoavam descompassadamente em uma democracia que se tornava cada vez mais desejada, e ao mesmo tempo visualizamos como se davam as práticas políticas locais, percebemos que o ritmo democrático não se fazia presente neste cotidiano político. Assim, este trabalho busca compreender como a partir das práticas políticas locais o discurso democrático defendido por tantos, se tornou meramente demagógico em uma esfera de poder dominada pelas práticas clientelistas e por acordos particulares dentro do município de Mamanguape no período entre 1947 a 1964.

**Palavras-chave:** História Política. Grupos Oligárquicos. Fernandes de Lima. Lundgren. Cultura Política.



## **ABSTRACT**

Based on the debates found in the minutes of both the Legislative Assembly of the State of Paraíba and in the Municipality of Mamanguape, we draw a perspective of analysis that observes how the disputes of political and economic power occurred from the two main political groups in the region of municipality of Mamanguape: the Lundgren family and the Fernandes de Lima family. In order to improve the analysis and distinguish which political group garnered more votes and thus perpetuated itself in power, we used the electoral data provided by the Regional Electoral Tribunal of Paraíba, and from there we elaborated tables that allowed us to visualize who and at which moment a certain political group demonstrated had greater success in the polls, and this meant having greater control over the votes of the local population. In order to do this, the concept of Political Culture helps us to understand how clientelistic and authoritarian practices disorganized in a democracy that became more and more desired, and at the same time that we visualized how the local political practices were given, we perceived that the democratic rhythm was not present in this political every day. Thus, this work seeks to understand how from the local political practices the democratic discourse defended by so many, became merely demagogic in a sphere of power dominated by patronage practices and by private agreements within the municipality of Mamanguape in the period between 1947 and 1964.

**Key words:** Political History. Oligarchical Groups. Fernandes de Lima. Lundgren. Political Culture.

## **LISTA DE SIGLAS**

ALPB – Assembleia Legislativa da Paraíba  
CTRTR – Companhia de Tecidos Rio Tinto  
IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas  
PART – Partido da Aliança Republicana Trabalhista  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PDC – Partido Democrata Cristão  
PL – Partido Libertador  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PSD – Partido Social Democrático  
PSP – Partido Social Progressista  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
PR – Partido Republicano  
UDN – União Democrática Nacional  
TRE – Tribunal Regional Eleitoral

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

<b>Quadro (1):</b> Representantes de Mamanguape na Assembleia Legislativa da Paraíba de 1835 a 1889 (Assembleia Provincial).....	46
<b>Quadro (2):</b> Representantes de Mamanguape na Assembleia Legislativa da Paraíba de 1890 a 1938 (Assembleia Republicana).....	47
<b>Quadro (3):</b> Açudagem particular em Mamanguape (1909-1918).....	78
<b>Quadro (4):</b> Relação dos Vereadores que foram cassados em Mamanguape e Rio Tinto (1964).....	108
<b>Tabela (1):</b> Eleição a Deputado Estadual em Mamanguape (1947).....	57
<b>Tabela (2):</b> Eleição a Deputado Estadual em Mamanguape (1950).....	57
<b>Tabela (3):</b> Eleição a Deputado Estadual em Mamanguape (1954).....	58
<b>Tabela (4):</b> Eleição a Deputado Estadual em Mamanguape (1958).....	59
<b>Tabela (5):</b> Eleição a Deputado Estadual em Mamanguape (1962).....	59
<b>Tabela (6):</b> Eleições para o Executivo Municipal (1947).....	60
<b>Tabela (6a):</b> Eleições para o Legislativo Municipal (1947).....	61
<b>Tabela (7):</b> Eleições para o Executivo Municipal (1951).....	62
<b>Tabela (7a):</b> Eleições para o Legislativo Municipal (1951).....	62
<b>Tabela (8):</b> Eleições para o Executivo Municipal (1955).....	63
<b>Tabela (8a):</b> Eleições para o Legislativo Municipal (1955).....	63
<b>Tabela (9):</b> Eleições para o Executivo Municipal (1959).....	63
<b>Tabela (9a):</b> Eleições para o Legislativo Municipal (1959).....	64
<b>Tabela (10):</b> Eleições para o Executivo Municipal (1963).....	64
<b>Tabela (10a):</b> Eleições para o Legislativo Municipal (1963).....	64
<b>Tabela (11):</b> Resultado eleitoral para Senador e Presidente em 1945 em nove municípios paraibanos (votos direcionados ao Partido Comunista Brasileiro-PCB).....	71
<b>Tabela (12):</b> Resultado eleitoral para Deputado Estadual em 1947 em nove municípios paraibanos (votos direcionados ao Partido Comunista Brasileiro-PCB).....	72

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1. O PODER POR EXCELÊNCIA: A POLÍTICA NO PERÍODO DEMOCRÁTICO (1947-1964).....</b>	<b>31</b>
1.1 O período democrático e a formação do novo sistema partidário no Brasil.....	31
1.2 Grupos (familiares) políticos e vinculações partidárias em luta pelo poder local.....	43
1.3 Resultados e embates eleitorais.....	54
1.3.1 Comunistas na Cidade Fábrica.....	66
<b>2. RELAÇÕES POLÍTICAS E ADMINISTRATIVAS ENTRE A CIDADE MAMANGUAPE, O GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA E A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA.....</b>	<b>73</b>
2.1 A atuação dos Fernandes de Lima no Governo de José Américo de Almeida.....	75
2.2 A Emancipação da Cidade Fábrica nos debates da ALPB e na Câmara Municipal de Mamanguape.....	79
<b>3. PREFEITURA MUNICIPAL, CÂMARA DE VEREADORES E A SOCIEDADE CIVIL: ENTRE CONFLITOS E CONSENTIMENTOS.....</b>	<b>97</b>
3.1 A representação partidária e a montagem da força político-partidária (embates internos).....	97
3.2 Câmara x prefeitura – força política.....	101
3.3 Relações da sociedade civil com o poder local: O caso das Ligas Camponesas.....	104
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>113</b>

## INTRODUÇÃO

*A história política, como a sociologia política, tem necessidade de uma problemática: de uma maneira cada vez mais sistemática, a história política de amanhã será o estudo do poder e de sua repartição. (JULLIARD, 1974, p. 190)*

É observando a reflexão acima, feita por Jacques Julliard que iniciamos nosso texto, pensando a história política como o estudo do poder, das relações de poder e das disputas para tê-lo, conquistá-lo e/ou mantê-lo, e quando da aceitação em reparti-lo, faz-se apenas entre grupos políticos que possuem interesses em comum, com poder econômico equivalente entre si. Para pensarmos juntos ao longo das páginas que seguem a esta introdução, utilizaremos como chave de leitura o município de Mamanguape e os questionamentos sobre a política local que se inicia em 1947 com a volta do Legislativo<sup>1</sup>, tanto na esfera municipal quanto na estadual – e esbarra em 1964 ao se efetuar o Golpe Militar –, período em que tivemos considerável experiência democrática em nosso país, segundo alguns autores como, por exemplo, Jorge Ferreira e José Murilo de Carvalho.

Portanto, pensar a política é pensar relações de poder, de força, de convencimento, de favores, de amizades e inimizades, enfim, é pensar numa gama de possibilidades de relações que sempre perpassam por interesses públicos e privados, mas acima de qualquer motivação política encontramos a força motriz que rege o pensamento político de nossa sociedade: o poder. Refletir sobre tal relação de poder político é perceber como ele se espraia por toda uma seara social/cultural histórica, e analisar como ele está imbricado dentro das práticas da cultura política paraibana, regional ou nacional, faz parte da investigação historiográfica.

(...) o conceito de política foi, portanto, ampliado, constituindo-se em instância autônoma e estratégica para a compreensão da realidade social, até por que a ideia é a de que as relações de poder são intrínsecas (sic) às relações sociais. Dessa forma, as relações de poder excedem o poder do Estado, e as relações políticas excedem o campo do político institucional. A categoria política se expande e suas fronteiras tornam-se mais fluidas e móveis. *Quanto ao poder, inclusive o poder do Estado, não se trata mais de pensá-lo apenas como força, coerção ou manipulação, mas igualmente como legitimidade, adesão e negociação (...).* (GOMES, 2015, p. 30-31, grifo nosso)

---

<sup>1</sup> O Poder Legislativo, em todo o Brasil, foi desativado quando da inserção do Golpe do Estado Novo por Getúlio Vargas em 1937. Com o fim do referido regime em 1945 retornaram a Alta e Baixa Câmaras Federais com eleições diretas, e em 1947 o Legislativo Estadual e Municipal, concretizando assim, todas as devidas eleições de forma direta como deve ser em um Estado subentendido como **Estado Democrático de Direito**.

Segundo Angela de Castro Gomes, percebemos tais alterações no âmbito político/social no decorrer da história brasileira, principalmente no período denominado republicano, e que se faz necessário alguns questionamentos sobre o cotidiano das relações políticas a nível local. Portanto, cabe-nos questionar como os grupos políticos locais, transitavam entre manipulação/coerção e negociação/adesão para alcançar o Poder Estadual e por ele ser beneficiado. Partindo desta premissa, iremos analisar tal problemática na cidade de Mamanguape. Atentemos que ao longo do texto, partimos de algumas inquietações, que nos nortearam a indagar: **a)** Como se davam as relações políticas locais no município de Mamanguape? **b)** E em última instância, onde as dinâmicas de poder se encontravam/tocavam no “vértice/convexo” da política municipal com a política estadual? **c)** Como se deu tais relações dentro da esfera do Legislativo Municipal e Estadual com o município de Mamanguape? Estes foram alguns dos questionamentos que perpassaram nossas reflexões durante toda a pesquisa, e que as possíveis respostas estarão diluídas ao longo dos capítulos.

Cabe saber também, que o foco desta pesquisa é a esfera local, mas que ao mesmo tempo não exclui o Estado, pois este aumenta, portanto, o espaço de atuação dos grupos políticos locais e de seus alinhamentos, que atuam de forma significativa dentro do Estado, exercendo sua posse sobre os meios políticos e influenciando as relações e transformações desta municipalidade, ou seja, como ocorreu a dinâmica política paraibana no município de Mamanguape. Corroborando tal reflexão, lembramos o que Max Weber diz sobre a política e como nos conduz a certo entendimento necessário sobre o conceito político e suas relações políticas quando o autor nos afirma que, por política, podemos entender “o conjunto de esforços feitos visando a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado” (WEBER, 2003[1918], p. 60), e esta divisão que se processa no interior do que entendemos que seja o Estado, se dá também por meio dos grupos políticos que se organizam localmente, para buscar e defender seus direitos de inserção e participação na política.

Ainda sobre as relações de poder, Jacques Le Goff constatou – ao sugerir os questionamentos sobre o poder enquanto relação política entre estado/sociedade – que,

(...) a este propósito (...) as análises feitas pelos historiadores políticos em termos de ‘Poder’ vão além das que são feitas em termos de ‘Estado’ e ‘Nação’, pois tais análises ampliam o horizonte de possibilidades na pesquisa sejam estas (...) estudos tradicionais ou tentativas de enfrentar à questão a partir de um novo ângulo visual (LE GOFF, 1983[1972], p. 227).

Seguindo tais apontamentos mencionados por Le Goff, sobre os direcionamentos de pesquisas relacionadas ao poder político, precisamos objetivar porque escolhemos pesquisar sobre esta temática da história local mamanguapense – sua política e seus grupos locais. Dentre nossas pesquisas, percebemos que a produção historiográfica sobre Mamanguape versa, na maioria das vezes, como uma corografia<sup>2</sup>, mas que não aprofunda nenhum aspecto mais específico e que perpassa sobre a história da cidade de forma abrangente – a respeito dos séculos – mas de maneira resumida – a respeito das temáticas. Encontramos algumas exceções nas monografias<sup>3</sup>, algumas trazem uma abordagem de uma história mais recente e dentro da perspectiva da História Cultural, e a que mais se destaca dentre elas, foi escrita por Rogério de Moraes Alves, intitulada “Construção e Usos dos Espaços na Feira Livre do Bairro do Areal em Mamanguape/PB”, concluída em 2005.

No entanto, nos inquietamos ao notarmos a ausência de maior interesse sobre a história local mamanguapense, sabendo que ela é uma cidade centenária<sup>4</sup>, como também uma das primeiras freguesias (1660), posteriormente vila fundada na província da Paraíba durante a colonização portuguesa<sup>5</sup>, e visitada pelo imperador D. Pedro II, durante seu apogeu econômico (1859), onde o movimento de exportação do porto de Salema era superior ao do porto da capital (COSTA, 1986, p. 73). Não encontrar maior e variada produção sobre o município nos trouxe grandes inquietações, e, no caso específico de nosso interesse: a história das relações políticas locais.

Durante um longo período de busca à documentos no Arquivo Municipal que nos possibilitasse o desenvolvimento da pesquisa sobre a história local, em meio a camadas e camadas de poeira, totalmente desorganizado, em péssimas condições de acondicionamento, por total desinteresse de todos os prefeitos que administraram a cidade nas últimas décadas, não encontramos nada para além de uma enorme quantidade de fichários com notas de empenho, o que não nos interessou à pesquisa. Fomos então ao arquivo da Câmara Municipal de Mamanguape, no qual tivemos acesso aos livros de atas das sessões municipais sobre o período pretendido nessa pesquisa (1947-1964). A partir desse momento nos deparamos com

---

<sup>2</sup> Os trabalhos corográficos são aqueles que normalmente eram escritos no intuito de trazer todos os aspectos relevantes, históricos e geográficos, sobre determinado local, de forma narrativa e descritiva, se apegando aos detalhes de uma maneira geral, no intuito de escrever uma história geral sobre algo, transcrevendo também os aspectos geográficos e estatísticos.

<sup>3</sup> Monografias produzidas pelos alunos da UEPB. Não pesquisamos, por exemplo, nas monografias da Universidade Federal da Paraíba. Não chegamos a pesquisar nos arquivos de outras universidades.

<sup>4</sup> A 25 de outubro de 1855, Flávio Clementino da Silva Freire (futuro Barão de Mamanguape a época) como vice-presidente da Província da Parahyba do Norte, sanciona a lei Nº 1 decretada pela Assembleia Legislativa Provincial, que elevou à categoria de cidade, aquela que até então, era apenas uma vila (PINTO, 1977, p. 240).

<sup>5</sup> Em nossas pesquisas não encontramos o ano que o município de Mamanguape foi estabelecido por lei como Vila.

a possibilidade de reescrever parte da história política municipal, pois sabemos que encontrar documentos, dados e/ou informações em arquivos públicos, que nos possibilite recontar a história local é uma tarefa árdua. Assim como a maioria das cidades, não só na Paraíba, mas no Brasil como um todo, não se tem muito apreço em preservar seus documentos históricos, seja por falta de conhecimento de sua importância, seja por desinteresse em preservá-los.

Carlos Bacellar já nos alertava sobre esse problema que é tão sintomático, quando, ao citar a cidade de São Paulo, como exemplo dentre várias outras cidades, constatou o descaso com os nossos arquivos e que tal fato se repete em diversos outros estados. E complementa dizendo que “no Brasil, os arquivos públicos mais bem organizados pertencem aos poderes Executivo e Legislativo, sobretudo em âmbito nacional e estadual, com grandes carências nos municípios” (BACELLAR, 2008, p. 35). No caso de Mamanguape verificamos maior atenção aos arquivos vinda do Legislativo Municipal, pois até o momento o nosso Executivo não possui um arquivo, mas um depósito inteiramente desorganizado.

Os arquivos brasileiros enfrentam, de forma geral, os sérios problemas comuns aos serviços públicos: falta de pessoal, de instalações adequadas e de recursos. Geralmente não prioritários aos olhos governamentais, foram durante muito tempo tratados como instituições de segunda categoria, verdadeiros depósitos de papéis velhos e de funcionários problemáticos. Mesmo na iniciativa privada, ainda hoje, é muito comum denominar-se os serviços de arquivo como “arquivo morto”, como que ignorando a preciosidade de muitos dos documentos ali esquecidos. (BACELLAR, 2008, p. 49, grifo do autor).

Mas é preciso ressaltar, que apesar de todos os problemas enumerados acima por Bacellar, isso não torna a pesquisa sobre os municípios inviável. Faz-se mais dificultosa, é verdade, como também minunciosamente mais investigativa. Em todo caso, não deixa de ser relevante observarmos os problemas – em maior ou menor grau – que certamente encontraremos todas as vezes que precisarmos ir à busca de respostas quando procuramos um arquivo para nele nos alegrar e angustiarmos sempre ao encontrarmos possibilidades de respostas e ausência das mesmas.

Portanto, tal ausência da produção local mamanguapense se torna ainda mais agravante, ao verificarmos o período e a conjuntura nacional durante o século XX. Observamos que desde a política dos coronéis ao desdobramento da política do café com leite na República Velha; à tomada de poder de Getúlio Vargas que ficou conhecida como “revolução de 1930”, e o golpe dado por ele em 1937; à queda do Estado Novo em 1945; do período de experiência democrática até o golpe militar em 1964 (golpe este que inviabilizou o processo em curso de construção da democracia brasileira), a produção historiográfica sobre as disputas políticas



locais e o relacionamento de grupos políticos com o governo do Estado se faz praticamente inexistente. Daí surge o questionamento: o que ocorria na política mamanguapense no decorrer do século XX que não encontramos na produção historiográfica paraibana? Não que consideremos Mamanguape mais ou menos importante do que outras cidades que têm uma produção historiográfica acentuada, mas justamente por considerarmos tão importante quanto, uma vez que todo município deveria ser valorizado por sua e na sua produção da história local, pois a partir do momento que realizamos tal análise, conseguimos relacionar as dinâmicas da política local na esfera estatal, seja estadual e/ou federal, entendendo o Estado como base de discussão desse poder político.

Sabemos que as disputas entre grupos políticos pela hegemonia do poder local, estadual e/ou nacional se faz presente desde que a humanidade se difundiu em civilizações, em sociedades hierarquicamente organizadas. Mamanguape, em meados do século XX, também teve os seus próprios grupos políticos disputando a hegemonia administrativa municipal. A família Fernandes de Lima, muito mais persistente e por muito mais tempo que a família Lundgren, esteve assentada na esfera municipal e estadual de poder.

Os irmãos Arthur Lundgren e Frederico Lundgren eram imigrantes suecos, e chegaram a Mamanguape em 1917, compraram primeiramente os engenhos Três Rios e Preguiça, iniciando, assim, a construção do que viria a ser Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRT), inaugurada em outubro de 1924 e que se tornou o maior fluxo econômico da cidade de Mamanguape<sup>6</sup>, deixando de ser o único apenas em 1940, com a inauguração da Usina Monte Alegre propriedade da família Fernandes de Lima. Ou seja, podemos concluir que a família Lundgren exerceu hegemonicamente durante 23 anos, o domínio do poder econômico/político no município supracitado.

Eduardo de Alencar Ferreira por ser genro de Artur Lundgren, fora nomeado prefeito de Mamanguape no ano de 1935, pelo interventor federal Argemiro de Figueiredo. No ano de 1951 se tornou prefeito eleito pelo voto direto. Conquistou duas legislaturas consecutivas em 1954 e em 1958 ocupando assim uma cadeira na Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB). Hercílio A. F. Lundgren era filho de Eduardo de Alencar Ferreira, portanto neto de Artur Lundgren, este angariou a legislatura na ALPB em 1951, e, em 1955, foi eleito prefeito do município de Alhandra. Posteriormente, ambos não se candidataram a nenhum outro cargo eletivo.

---

<sup>6</sup> Rio Tinto emancipa-se de Mamanguape apenas em dezembro de 1956, pelo projeto de lei nº 55/56 do então deputado estadual Eduardo de Alencar Ferreira.

Em 1940, os irmãos Fernandes de Lima retornaram do Rio de Janeiro à Mamanguape. Compraram alguns engenhos na região, unificando-os e transformando-os em indústria de açúcar, a que deram o nome Usina Monte Alegre. Ao retornarem à Mamanguape e inserindo-se na esfera econômica e política do município enfrentaram a hegemonia que até então pertencia única e exclusivamente aos Lundgren, pois, entre 1917 e 1940, a região do Vale do Mamanguape não possuía família que obtivesse relevante peso político e econômico comparado ao poderio dos proprietários da CTRT.

Exatamente em 1940, José Fernandes de Lima foi nomeado prefeito de Mamanguape pelo interventor federal Rui Carneiro<sup>7</sup>, sucedendo, portanto, Eduardo de Alencar Ferreira, e angariando para si e conseqüentemente para a sua família o poder econômico e político local, permaneceu no cargo até 1945, ou seja, após a queda do Estado Novo, fora afastado da administração municipal pelo interventor Samuel Vital Duarte<sup>8</sup>. Em 1946 foi nomeado novamente ao cargo de prefeito pelo interventor federal Odon Bezerra Cavalcanti<sup>9</sup>. Ainda no ano de 1946 é nomeado Secretário de Finanças na Interventoria de José Gomes<sup>10</sup>, e em 1947 assume a administração do município como prefeito eleito pelo sufrágio universal, terminou o mandato e foi eleito deputado estadual em 1950 (José Fernandes contabilizou dez legislaturas consecutivas até 1991, quando concluiu seu último mandato na ALPB). Foi nomeado Secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas no período entre 1951-1954. Em 1960, assumiu como governador interino, pois era o presidente da Assembleia Legislativa, quando da renúncia do vice-governador Pedro Gondim.

João Fernandes de Lima, irmão de José Fernandes, teve apenas um mandato estadual de 1947 a 1950, e enquanto ocupava a presidência da ALPB foi candidato a vice-governador de José Américo. Eleito, exerceu interinamente o governo do Estado (alguns meses entre 1953-1954) enquanto o chefe do executivo estadual fora nomeado Ministro da Agricultura, Viação e Obras Públicas, no segundo governo Vargas (1951 a 1954). Posteriormente alçou candidaturas a deputado federal, e ficou como suplente por alguns mandatos.

Manuel Fernandes de Lima, outro dos irmãos Fernandes de Lima, foi inserido na política local elegendo-se prefeito no ano de 1959, terminou o mandato e não retornou ao poder político, pelo menos de forma direta em cargos eletivos.

---

<sup>7</sup> Rui Carneiro atuou como interventor federal nomeado por Getúlio Vargas durante o Estado Novo, de 16 de agosto de 1940 até 15 de julho de 1945, e foi substituído por Samuel Vital Duarte.

<sup>8</sup> Samuel Vital Duarte sucedeu Rui Carneiro como interventor federal, e ocupou tal cargo entre julho de 1945 a novembro de 1945, e foi sucedido por Severino Montenegro (novembro de 1945 a fevereiro de 1946).

<sup>9</sup> Odon Bezerra Cavalcanti atuou como interventor federal de fevereiro de 1946 a setembro de 1946, e foi substituído por José Gomes da Silva (setembro de 1946 a março de 1947).

<sup>10</sup> José Gomes foi o último interventor nomeado, enquanto se definia as eleições estaduais, que aconteceram em 1947, em cujo sufrágio foi eleito Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo (março de 1947 a janeiro de 1951).

Temos a *priori*, duas famílias que se destacaram econômico e politicamente dentro do município mamanguapense, mas que formam grupos oligárquicos distintos<sup>11</sup> de alguns que já conhecemos dentro da produção historiográfica, como os Britos e Gaudêncios, por exemplo, que atuaram na região do Cariri da Paraíba<sup>12</sup>. A disputa política por parte dos Lundgren tinha outra conformação, o poder econômico para além das fronteiras mamanguapense e as relações construídas em uma rede mais ampla de influência abriu os suportes de poder desse grupo, ao contrário dos Fernandes de Lima, cujo esteio político e econômico esteve encerrado na disputa local.

Feitas estas considerações sobre o porquê de escolhermos pesquisar sobre a história local e as relações políticas no município de Mamanguape, e quais os principais grupos políticos atuantes, poderemos demonstrar a seguir como e por qual meio de abordagem teórico/metodológica teremos por base a realização de tais reflexões. Entretanto, é importante assinalar que nosso campo de pesquisa convencionou-se chamá-lo de Nova História Política, e devemos isso, principalmente, a historiadores como Le Goff [1972], Juliard [1974], Falcon [1997], Rémond [1988], Bernstein [1998], Gomes [2005] e Motta [2009], autores estes que nos darão subsídios para pensar não só a História Política e seus possíveis objetos, como também dialogar com o conceito de Cultura Política.

Le Goff, no ensaio “A política será ainda a ossatura da história”, nos aponta os motivos pelos quais a história política teve o seu auge no século XIX, e por que no século XX foi de certa forma relegada ao ostracismo historiográfico, e como, por meio da sociologia, geografia, como também e não menos importante a antropologia, a história política iniciou o seu processo de anistia na produção historiográfica, por demonstrar-se relevante e extremamente necessária para se compreender a organização das sociedades, assim como as outras áreas ou correntes historiográficas, que juntas formam um todo na História. No início da década de 1970, o referido autor evidencia a crise da história política e demonstra os caminhos pelos quais ela pode se renovar ao dizer:

(...) [para que] se possa falar de uma certa crise no momento presente da história política, é também verdade que os aspectos e as abordagens políticas adquirem cada vez maior importância nas ciências humanas. Não apenas a nova ciência da politologia põe hoje à disposição os seus próprios conceitos, vocabulário e métodos, mas também a geopolítica, (...) a sociologia política

---

<sup>11</sup> Consideramo-nos distintos, pois as duas famílias se enfrentaram pelo poder político municipal por um curto período de tempo (1940-1958), pelo menos é o que podemos constatar pelo número de candidaturas.

<sup>12</sup> Sobre a trajetória política destas oligarquias, ver: Márcio Macêdo Moreira. Entre Britos e Gaudêncios: cultura política e poder familiar nos cariris velhos da Paraíba (1930-1960). Dissertação (mestrado em História/UFPB).

e, (...) a antropologia política, todas elas dão a história política alimento e apoio. (LE GOFF, 1983[1972], p. 241, grifo nosso).

Nessa perspectiva, segundo Le Goff, já podemos observar que ao voltar à cena, a história política deixa para trás sua ênfase em compreender e narrar a história dos grandes fatos e dos grandes homens sempre os enaltecendo, e abre diálogo com as demais ciências humanas, trilhando o caminho inverso daquele feito no século XIX. Mas a isso Le Goff chama nossa atenção e afirma que o cadáver da velha história política precisa ser sepultado, no entanto, deixando fora do túmulo àquilo que é e sempre será útil e necessário.

Não podemos dispensar uma cronologia dos acontecimentos políticos nem as biografias dos grandes homens. A despeito dos progressos da democracia, a história política será sempre, não só, mas também, a história dos grandes homens. (LE GOFF, 1983[1972], p. 241)

Com o devido cuidado para não cair numa história política factual e enaltecadora, em primeiro lugar se faz importante evidenciar que esse “grande homem” é também, e primeiramente, um homem comum, sendo que se refere àquele que despontou como liderança em seu bairro ou em sua cidade, devido ao seu carisma e poder de liderança. Porém, não podemos deixar fora da análise que na maioria das vezes, a depender do momento ou do lugar estudado, essa liderança que desponta é detentor de poder econômico – com variações nas relações políticas e intelectuais – a depender da região em que exerce tal poder. A questão que nos provoca dentro da Nova História Política é a de percorrer os caminhos de como as lideranças políticas se articulavam entre si e dentro da sociedade. Vamos escrever sim, sobre aqueles que estavam na articulação do poder no Estado, mas sem o enaltecimento e/ou os heroísmos à maneira da história política do século XIX, pois estes atores políticos já se enalteciam e se heroicizavam, enquanto disputavam o poder político mamanguapense.

O que não podemos negar é a existência desse homem, ou mulher, que se destaca politicamente na liderança de um bairro, cidade, ou estado, pois ele é real, é histórico e é detentor do controle de certas transformações sociais e culturais, mas sem nunca deixarmos de observar que esse homem, ou mulher, não está só. Ele, ou ela, atua dentro de um grupo político, que é quase sempre, na mesma medida, detentor de tal poder que perpassa do público ao privado, e sem deixar de levar em conta que esse grupo atua dentro do meio social, interagindo direta ou indiretamente com a população local. E este caminho perpassa por uma linha muito tênue, onde qualquer escorregadela pode nos levar de volta à velha história política. Jacques Julliard, sobre a volta do político e o crescimento da tomada de consciência do homem sobre o seu papel nas sociedades modernas, no diz que:

Se, inspirando-nos numa fórmula de Trotski sobre a revolução, definirmos a história política como a história da *intervenção consciente e voluntária dos homens em todos os domínios onde são resolvidos os seus destinos*, podemos considerar os esforços crescentes da humanidade para dominar um destino que ela até agora, sobretudo, sofreu, como uma extensão do papel e do campo de aplicação política. (JULLIARD, 1974, p.183, grifo nosso)

Pensando nesta perspectiva, em que a história política, ao se renovar, muda o foco da questão e teórico-metodologicamente insere o estudo do poder e das relações de poder, como foco de análise e discurso, Le Goff nos alertou sobre os motivos necessários de incluir o poder nas pesquisas de uma nova história política, visando principalmente diferenciá-la da velha história política factual e psicologizante. No entanto, o estudo sobre o poder político não exclui o Estado em suas relações de poder. Os espaços de poder político são legitimados pelos acessos às estruturas do Estado:

(...) Finalmente, ao passo que o termo <<política>> sugeria a ideia de coisa superficial, o termo <<poder>> evoca centro e profundidade. Perdido em seu fascínio de história de superfície, a história política, transformando-se na história do poder, torna-se história de profundidade. Esta reabilitação verbal corresponde à evolução mental pressagiada por Marc Bloch, que algum tempo antes de sua morte [1944] escrevia: “Haveria muito a dizer a propósito da palavra ‘político’. Por que razão haveria de ser sempre tomada como sinônimo de superficial? Não será acaso uma história inteiramente, como é perfeitamente legítimo que seja, na evolução de modos de governo e no destino dos governados, obrigada a procurar compreender a partir de dentro os factos que escolheu como objeto de seu estudo?”. (LE GOFF, 1983[1972], p. 228, grifo nosso).

Portanto, assim como as demais áreas de saber atuantes dentro do campo historiográfico, Le Goff evidencia que a história política torna-se legítima na escolha de seus objetos e temas de análise, além de abranger as possibilidades impensáveis até aquele momento de variados e inúmeros temas que se faziam necessários em compor os seus estudos, que ao se renovar metodologicamente, trouxe para si o respeito e a dignidade que lhe haviam sido retirados por conta da má fama de seu passado pedante. Em 1974, no artigo “A política”, Julliard sugere e indica tal renovação do político, e diz que a história política não é factual em si, mas o que a faz factual é o método aplicado a sua pesquisa. E analisando a época em que escreve o texto diz que:

(...) está tomando o sentido inverso o movimento de desprezo dos pesquisadores com relação ao campo político. Considerado até aqui com desconfiança e desprezo, esse campo toma novamente os seus direitos, à medida que os nossos contemporâneos tomam consciência de sua importância e de sua autonomia. (JULLIARD, 1974, p. 182).

Julliard aponta que já em 1965 e 1969 a produção de René Rémond neste “retorno” da história política na utilização de métodos de pesquisa e produção advindos da ciência política e da sociologia, que utilizados por ele permitiu “introduzir na história política uma dialética da continuidade e da transformação, da estrutura e da conjuntura, dialética que lhe faltava até aqui” (JULLIARD, 1974, p.184-185). Pois bem, essa dialética não é excludente, mas complementada pelo estudo das relações políticas estabelecidas entre os grupos de poder, com o qual deveremos ter como referência um espaço dessas disputas.

Cita também Annie Krigel que produz uma história política de caráter etno-sociológico do Partido Comunista Francês (PCF) inserindo-a nesse processo de renovação político historiográfico (JULLIARD, 1974, p.185). A história política, portanto, em sua renovação metodológica faz com que seu fôlego na pesquisa, na busca de novos objetos, de novas metodologias, e na virada da forma de olhar o objeto a ser estudado, numa perspectiva muito mais crítica e questionadora, tome o lugar de onde antes habitava apenas uma “respiração curta a que parecia destinada por causa de sua dedicação aos acontecimentos” (JULLIARD, 1974, p.185).

E tal retorno/renovação se deu de forma sistemática quando em 1988, René Rémond e um grupo de historiadores do político reunidos por ele, lançam a coletânea “Por uma História Política”, consagrando assim o ressurgimento da política como temática possível de ser analisada e escrita, agora com nova metodologia e novos objetos. Tal renovação não se deu apenas na França, mas os historiadores franceses conseguiram sistematizar com maior eficácia os trabalhos em torno da nova história política (BORGES, 1991/2, p. 8, 16).

Rémond (2003[1988]) ressalta a importância da história política como peça fundamental para que seja adquirida a compreensão do todo social. O autor afirma também que tal retorno iniciou-se a partir do momento em que perceberam que as guerras não se desencadearam apenas por fatores econômicos ou sociais, mas por a política ter uma “incidência sobre o destino dos povos e as existências individuais; contribuíram para dar crédito à ideia de que o político” tem “uma consistência própria” e, portanto, dispõe de “certa autonomia em relação aos outros componentes da realidade social”. E ao tratar diretamente do aspecto econômico, percebeu-se “que a relação entre economia e política não era de mão única” e que o Estado, ao tomar determinadas decisões políticas, poderia modificar incisivamente “o curso da economia para melhor e para pior” (RÉMOND, 2003[1988], p. 23).

Rémond vai destacar também outro aspecto que influenciou de maneira decisiva o “leque” das opções de objetos a serem estudados pela história política.

Outra coisa atuou no mesmo sentido para reintegrar os fatos políticos ao campo de observação da história: a ampliação do domínio da ação política com o aumento das atribuições do Estado. (...) À medida que os poderes públicos eram levados a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, a construção de moradias, a assistência social, a saúde pública, a difusão da cultura, esses setores passaram um após os outros, para os domínios da história política. (RÉMOND, 2003[1988], p. 23-24)

Para tal retorno da história política, a mesma se “vestiu a caráter” com aquilo que pedia a produção historiográfica da segunda metade do século XX. Mas não podemos esquecer aqueles que, em fins do século XIX e início de século XX, já trazia em seus escritos os primórdios de como deveria ser pensada e escrita a história política. Rémond no diz que “a geração que redescobriu a importância da história política teve precursores, tanto é verdade que quase nunca existe um começo absoluto e que na ordem do conhecimento as descobertas são frequentemente redescobertas” (RÉMOND, 2003[1988], p. 26). Cita também as áreas onde atuaram cada um desses autores, para daí construir um diálogo da história política com as outras ciências<sup>13</sup>, ressaltando a importância desta pluridisciplinaridade: “é impossível para a história política praticar o isolamento: ciência-encruzilhada, a pluridisciplinaridade é para ela como o ar de que ela precisa para respirar” (RÉMOND, 2003[1988], p. 29). Terminando suas constatações Rémond afirma que “o político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social” (RÉMOND, 2003[1988], p. 35-36).

Sobre a renovação epistemológica que a história política sofreu, e que Rémond indica, permitiu que nós, historiadores do político, deixássemos de sermos atrelados apenas a uma escrita da história na curta duração, onde tudo se resumia a datas específicas, e que, segundo o autor, fazia a “festa dos calendários”. Tal renovação permitiu a abertura necessária para fazer a história política na média (uma década ou mais) e na longa duração, e diz que, “se a história das formações políticas fica mais na duração média, em compensação a das ideologias que as inspiram está ligada à longa duração” (RÉMOND, 2003[1988], p. 35-36), e é dentro desse período longo que o autor insere a noção de cultura política, e como por meio dela as práticas se transformam sem deixar de carregar consigo as permanências que perpassam durante todo o tempo histórico.

Sobre a renovação da história política no Brasil, Vavy Pacheco Borges traça de forma sistemática o caminho pelo qual percorreu tal renovação, sendo que ao mesmo tempo descreve como a história política era produzida no Brasil e por quais vertentes direcionava-se,

---

<sup>13</sup> A saber: Psicologia social, sociologia, ciência política, matemática, geografia, linguística, direito público, dentre outras, como o próprio autor menciona (RÉMOND, 2003[1988], p. 29).

principalmente por meio do marxismo gramsciano e a terceira geração dos *Annales* (BORGES, 1991/2, p. 7-18).

O “retorno” da história política, que se deu por meio e a partir de sua renovação teórico metodológica, surge também com a renovação de outras áreas do campo historiográfico. A primeira geração dos *Annales* inicia o processo de renovação da escrita da História em 1929 com Marc Bloch e Lucien Febvre, ambos trouxeram a perspectiva da produção historiográfica, privilegiando o econômico e o social ao mesmo tempo em que criticava a história política. Pode-se dizer que as sugestões de renovação da história política na França aconteceram por meio dos *Annales*, mas com a terceira geração. Portanto, em meados da segunda metade do século XX estava se definindo uma nova história cultural, que a muito iria inspirar esse tal “retorno” das temáticas inseridas no campo do político. Mas a esse respeito Tânia de Luca tem uma ressalva interessante.

No lugar de “retorno” do político parece mais apropriado usar revivescência ou renovação, uma vez que não se prescinde das contribuições teórico-metodológicas alcançadas nas últimas décadas, (...) mas também as aproximações e cruzamentos entre os âmbitos da História Cultural, que está no centro das renovações historiográficas, e da História Política, na sua acepção renovada expressas em termos de política cultural e cultura política (...). (LUCA, 2008, p. 115)

Sandra Pesavento (2003) indica como se deu o processo de renovações teórico/metodológicas, para que fosse possível a delimitação e o aprofundamento de variados conceitos, como os de imaginário, mentalidades, sensibilidades, representação, narrativa, ficção, e como tais conceitos, agora renovados, deram corpo ao que conhecemos como nova história cultural. Pesavento destaca que o diálogo com as outras ciências foi de fundamental importância para essa ampliação na/da História Cultural, e uma das principais foi a Antropologia. Sobre Antropologia Cultural no início do século XX a autora ressalta que:

(...) também lidava com a incorporação da dimensão simbólica para a análise das formas de organização social, como uma forma de entendimento segundo a qual os homens elaboravam formas cifradas de representar o mundo, produzindo palavras e imagens que diziam e mostravam mais além do que aquilo que era expresso e mostrado nos registros materiais. (PESAVENTO, 2003, p.24)

Não apenas é encontrado na história cultural o estudo sobre o simbólico e suas representações, incorporações, elaborações, na história política ele se faz presente. O ser político também pode ser entendido por meio dessa dimensão simbólica. Podemos pensar a partir desta citação/assertiva a atuação política do ser humano, pensando a política como uma



das formas cifradas de representação do mundo, produzindo seus discursos desde a sua atuação de liderança no bairro a um(a) vereador(a) dentro da Câmara Municipal, a um deputado estadual atuando dentro da Assembleia Legislativa. O ser humano como ser social, cultural e mais especificamente como ser político, que ao produzir imagens de si ou de outros, como líder ou como herói, marca a cultura política de uma sociedade muito mais profundamente do que apenas aquilo que podemos alcançar do que ficou sobre eles nos registros e de sua atuação que encontramos nas fontes. O simbólico, muitas vezes, não tem o seu significado gravado, esboçado nos registros materiais, físicos. A dimensão simbólica está para além dos registros, dos arquivos, das atas, dos jornais, enfim, daquilo que sobreviveu à passagem do tempo.

Essa “sacada” da Antropologia, citada por Pesavento, abriu em determinada perspectiva, os caminhos para se pensar numa produção historiográfica por meio de outras fontes, não apenas as documentais, sendo que a primeira geração dos *Annales* já havia inserido nessa produção uma nova noção de tempo – o tempo histórico –, mas coube à terceira geração a inserção e ampliação das possibilidades de fontes e de conceitos advindos desse diálogo com as demais ciências – segundo a autora, *Clio* admitiu a possibilidade de acontecer – que renovou não apenas a história cultural como também a história política, e de certa maneira, podemos nos atrever a dizer que reestabeleceu a paz entre as duas.

Para Sandra Pesavento, a nova história política se definiria a princípio como uma terceira corrente que se apresenta nos domínios da história cultural, pois para a autora:

(...) a História Cultural não exclui a política de suas análises, como apontam alguns de seus críticos. Pelo contrário, o campo do político tem demonstrado ser um dos mais ricos para o estudo das representações, com o que se pode mesmo afirmar que a História Cultural trouxe novos aportes ao político, colocando questões renovadoras e sugerindo novos objetos. Não seria demais falar em uma verdadeira renovação do político trazida pela História Cultural (PESAVENTO, 2003, p. 75).

Constatações a parte, pois para Sandra Pesavento tudo é história cultural, e não é essa a discussão que permeia essa pesquisa, o que cabe aqui a nos interessar, é perceber como o conceito de cultura política está interligado entre a história cultural e a história política. No entanto, sabemos que o conceito de cultura política foi desenvolvido primeiramente pelos cientistas sociais norte-americanos Almond e Verba<sup>14</sup> na década de 1960, posteriormente foi

---

<sup>14</sup> Esta expressão surge primeiramente com os cientistas sociais norte-americanos Gabriel Almond e Sidney Verba por meio de uma pesquisa publicada em 1963. O conceito Cultura Política foi constituído a partir do primeiro estudo político comparativo, intitulado *The civic culture: political attitudes and democracy in five countries* (A cultura cívica: atitudes políticas e democracia em cinco países), onde estavam diretamente

apropriado pela história política renovada, como um conceito que amplia o universo de leituras, mas devendo ser aplicado apenas em análises que contemplam um longo período de tempo, pois ele define projetos dos grupos políticos/sociais que tendo uma leitura de seu passado, transformam suas ações no presente, para um projeto de futuro mais ou menos definido e intencional, as rupturas que acontecem nesse longo período podem ser definidas como sendo frutos das disputas entre as várias culturas políticas que se fazem presentes em meio à sociedade.

Mas, retornando o pensamento a essa “paz” instaurada entre a História Cultural e a História Política (pois de fato, elas estão bem ligadas), arriscamo-nos a afirmar, que o responsável por tamanha proeza é o conceito de Cultura Política. Sandra Pesavento faz a seguinte leitura sobre esse diálogo:

Se a História Cultural visa atingir as representações, individuais e coletivas, que os homens constroem sobre o mundo, a História Cultural do Político difundiu-se, tendo como uma de suas preocupações centrais a definição de uma cultura política. Esta corresponderia ao conjunto das representações que nutrem um grupo no plano político, ou, como diz Jean-François Sirinelli, uma visão de mundo partilhada, uma leitura comum do passado, uma projeção no futuro a ser vivido em conjunto (PESAVENTO, 2003, p. 76).

A partir dessa premissa, podemos perceber que nossa pesquisa propõe abordar as práticas e as relações de poder dos grupos políticos locais em Mamanguape, por meio da história política renovada – teórico-metodologicamente –, durante o período democrático pós-Estado Novo. Foi demonstrado, até este ponto, parte dos caminhos percorridos e que nos levaram a realizá-la: nossos questionamentos acerca dos silêncios que permeiam a história local e como as suas relações e práticas locais estão imbricadas dentro de uma cultura política regional e nacional que remontam às aspirações de poder desde a Primeira República – digo Primeira República para não ter que recuarmos ainda mais no tempo histórico.

Sabemos, portanto, os motivos pelos quais se convencionou chamar nosso campo de pesquisa de Nova História Política, pois dentre outras coisas, foi ampliado o leque de fontes, objetos e temáticas, como também a inserção do conceito de Cultura Política como ponte de diálogo, uma espécie de intersecção com a história cultural. Adentraremos um pouco mais o nosso objeto a fim de situá-lo e contextualizá-lo na esfera nacional – espaço e tempo –, e

---

interessados em examinar os aspectos subjetivos relacionados às orientações políticas no âmbito de estudos políticos sobre a sociedade de massas contemporânea. Para tal fim definiram *Cultura Política* como “a expressão do sistema político de uma determinada sociedade nas percepções, sentimentos e avaliações de sua população”. Para saber mais sobre o conceito, ver José d’Assunção Barros, *História social e retorno do político*, 2012, p. 30-33. Como também o *Dicionário de Política*, 2010, p. 306-308.

como o conceito de cultura política perpassou, implicitamente, todo o trabalho de pesquisa, análise de fontes e a escrita do texto.

E para darmos continuidade à reflexão sobre o conceito de cultura política, atentaremos para o que diz Angela de Castro Gomes a respeito:

(...) a constituição de uma cultura política demanda tempo, sendo um conceito que integra o universo de fenômenos políticos de média e longa duração. Uma postulação que não exclui a existência de movimentos e de transformações no interior de uma cultura política, mas que adverte para o fato de eles não serem nem rápidos, nem contingentes, nem arbitrários, havendo pontos mais resistentes e outros mais permeáveis. Dentro da mesma chave – da mudança e da singularidade –, os historiadores insistem na diversidade de culturas políticas existentes em qualquer sociedade. Competindo entre si, complementando-se, entrando em rota de colisão, a multiplicidade de culturas políticas não impediria, contudo, a possibilidade de emergência de uma cultura política dominante, em certo lugar, em certas conjunturas. (GOMES, 2005, p. 31)

Seguindo a perspectiva de Angela de Castro Gomes e relacionando-a a esfera local, nós verificaremos durante todo este trabalho de dissertação, certo imbricamento e disputa entre uma cultura política com práticas remanescente do coronelismo e uma cultura política democrática que estava, em certa medida, querendo se estabelecer. Atentemos em percebê-las convergindo ou dialogando, muitas vezes de maneira sutil, e outras bastante evidentes nas práticas dos grupos políticos do município de Mamanguape. Pensando em tais intermeios políticos e nas disputas e divergências das diversas culturas políticas que habitam o seio nacional brasileiro desde sua formação político-administrativa, ressaltamos que o conceito de Cultura Política tende a gerar ação política, mas também, como é colocado na longa duração, pode passar a impressão de imobilismo, ou seja, a ideia de que nada muda. Tal conceito proporciona discussões densas e contínuas e que nos apresenta inúmeras possibilidades de leitura e análise. No entanto o que podemos entender por este termo segundo Serge Berstein, Cultura Política é:

(...) um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político. Pode-se concebê-la como uma visão global do mundo e de sua evolução, do lugar que aí ocupa o homem e, também, da própria natureza dos problemas relativos ao poder, visão que é partilhada por um grupo importante da sociedade num dado país e num dado momento da história. (BERSTEIN, 2009, p.31).

Para Berstein, uma cultura política sofre modificações na sua maneira de representar ideologicamente a sociedade em que atua, a partir do momento que grupos sociais

transformam a visão de se relacionar entre si, e possibilitam disputas e imbricamento de culturas políticas distintas, podemos entender a prática influenciadora destas alterações por meio da atuação de um grupo político, que para continuar no poder troca o discurso autoritário para o democrático, que investe em táticas de coesão, mas sem abdicar do comportamento coronelista, para que assim possam se perpetuar no poder político local. Por isso é fundamental o uso do conceito de tal conceito, na busca em compreender como várias culturas políticas estavam em constante disputa por espaço de atuação neste “tempo democrático”. Dentre elas, podemos citar a republicana, liberal/democrática, comunista/socialista, coronelista/autoritária, etc. Serge Bernstein, ao citar Jean-François Sirinelli sobre Cultura Política, nos afirma que a mesma é “(...) uma espécie de código e (...) um conjunto de referenciais, formalizados no seio de um partido ou mais largamente difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política” (BERSTEIN, 2009, p. 31).

Rodrigo Patto Sá Motta aborda o conceito de cultura política e o caracteriza como “(...) um conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginário, partilhados por determinado grupo, e tendo como objeto fenômenos políticos.” (MOTTA, 1996, p. 95). Mais adiante, Rodrigo Motta exemplifica dizendo que o conceito se estabelece “(...) quando em tradições que são reproduzidas por várias gerações. O conceito não se aplica a fenômenos superficiais e passageiros” (MOTTA, 1996, p. 95).

Ainda seguindo a análise de Rodrigo Motta, o conceito de Cultura Política possui algumas vantagens. Afirma, portanto, que este conceito é:

(...) consistente e permite abordar com mais precisão o mesmo tipo de fenômeno, qual seja, as representações mentais. Por outro lado, adequa-se melhor à necessidade de respeitar as particularidades existentes entre os grupos ou dentro, evitando assim as generalizações abusivas. (...) sua propensão a enfatizar as diferenças e as identidades particulares de grupos. (MOTTA, 1996, p.94-95)

No entanto, não é o objetivo deste trabalho definir uma cultura política para o período entre 1947 a 1964, mas identificar como os grupos políticos locais convergiam ou divergiam dentro de um ambiente eivado de disputas pelo poder local, e como se portavam diante das práticas exercidas pelos agentes políticos em um espaço de tempo e territorial onde encontramos competindo entre si diversas culturas políticas, citadas anteriormente, e as práticas contraditórias dos grupos políticos que a ela dão corpo, como um aspecto de sua particularidade, assim como nos advertiu Rodrigo Motta. Portanto, para nos ajudar a responder as questões levantadas no início desta introdução, e que nos impulsionou à

pesquisa, utilizamos os livros de atas<sup>15</sup> do Legislativo Municipal e Estadual, o jornal A União<sup>16</sup> e os resultados eleitorais disponibilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB), referentes ao período proposto nesta pesquisa, para assim realizarmos o objetivo proposto.

Pesquisar/escrever sobre a história política de Mamanguape neste período proposto é uma tarefa complexa, pois poucas são as fontes para muitos os questionamentos. No entanto, encontramos os dados necessários que ao serem questionados e analisados, puderam demonstrar o quanto é relevante escrever sobre história política local, encontramos respostas que nos possibilitaram a percepção dos resquícios deixados pelo passado e a sua apreensão para recontarmos esta história no presente.

Iniciamos nossa pesquisa no arquivo da Câmara Municipal de Mamanguape partindo da análise dos debates encontrados nos livros de atas correspondentes ao período entre 1947 a 1964. Por conseguinte, demos continuidade à pesquisa no Memorial da Assembleia Legislativa da Paraíba, sendo consultados também os livros de atas das sessões legislativas estaduais referentes a esse mesmo período. Utilizamos também o jornal A União, por termos encontrado referências de notas ou informações – que foram publicadas nesse periódico – das sessões do legislativo municipal e estadual, para fazermos, portanto, correlações entre ambas as fontes<sup>17</sup>. E, por fim, os dados do TRE que foram de grande importância, pois foi por meio

---

<sup>15</sup> Entendemos a ATA como um Instrumento de registro e posterior publicação das deliberações e questões tratadas na assembleia. Segundo ESQUINSANI: “As atas elaboradas para / em / a partir de reuniões, podem ser qualificadas enquanto registros formais de um encontro promovido por um órgão, associação, entidade ou grupo de sujeitos, tanto com seus pares quanto subordinados, visando deliberar sobre assuntos de interesse comum ou repassar informações. Encaradas como potenciais documentos de valor jurídico, as atas têm a necessidade de consubstanciarem-se enquanto um fiel registro do que ocorreu na reunião (deliberações, decisões, discussões). Por outro lado, atas também podem servir como uma rica fonte documental, sobremaneira para a história da educação. Dentro desta perspectiva, a ata é entendida como um lugar de memória (Nora, 1993) que, do ponto de vista científico, metodológico ou historiográfico, pode ser mais ou menos rigorosa, mas, ainda assim, um lugar de memória” (2007 p. 104). Disponível em: [revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/5698/2899](http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/5698/2899). Acesso: 21.08.2014

<sup>16</sup> A União é um jornal estatal paraibano, editado na cidade de João Pessoa/PB. Trata-se do único jornal oficial ainda existente no Brasil. Foi fundado no dia 02 de fevereiro de 1893, pelo então presidente da Província Álvaro Machado, seu primeiro diretor foi o industrial e jornalista Tito Silva. O jornal surgiu como órgão do Partido Republicano do Estado da Paraíba, agremiação fundada pelo próprio Álvaro Machado. Inicialmente, os escritórios e tipografia de A União funcionaram na Rua Visconde de Pelotas, 49, esquina com a Rua Miguel Couto, no Centro da Cidade Alta. Mais tarde, o edifício foi demolido para alargar a via que dá acesso ao Parque Sólton de Lucena (Lagoa). Foi, aliás, apenas uma das muitas mudanças ocorridas. Antes de estar no atual endereço — o Distrito Industrial da capital —, funcionou no bairro de Jaguaribe. Disponível em: [pt.wikipedia.org/wiki/A\\_União\\_\(jornal\\_da\\_Paraíba\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/A_União_(jornal_da_Paraíba))/Acesso: 07.12.2014. Disponível em: <http://pt.io.gov.mo/Links/record/495.aspx> /Acesso: 07.12.2014.

<sup>17</sup> Não utilizamos outros jornais, pois Mamanguape neste período estudado, não apresenta a princípio, grande importância econômica e política para além da própria região do Vale do Mamanguape. Portanto, não fazendo parte dos grandes centros políticos paraibanos, não era notícia constante ou relevante nos outros jornais do estado. O que é circulado como notícia a respeito de Mamanguape que encontramos no jornal A União é o que foi citado nas atas, ou uma e outra notícia esporádica.

deles que identificamos alguns nomes que compunham grupos políticos locais, a quais partidos pertenciam e a expressividade de votos dirigidos a cada um. Sabendo que as duas famílias que lideravam os grupos políticos locais eram os Fernandes de Lima e Lundgren, foi por meio dos dados do TRE que percebemos a popularidade e liderança de ambos na região do Mamanguape que variavam de acordo com o período eleitoral.

Os discursos, as falas, os posicionamentos e contestações encontrados nos livros de atas, nos possibilitam questionar e perceber por meio deles um lugar que produz imagens e representações. Por meio destas, podemos estabelecer verossimilhanças entre o que ocorreu de fato e aquilo que foi reproduzido em atas pelos vereadores e deputados.

Ao utilizarmos o jornal, mesmo como uma fonte secundária nessa pesquisa, atentamos para o que Tania de Luca nos chama atenção sobre a “importância crucial de se inquirir a respeito das fontes de informação de uma dada publicação, sua tiragem, área de difusão, relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros” e, que a respeito de toda e qualquer fonte e que nenhum vestígio do passado pode ostentar, a objetividade também não se faz presente nos jornais (LUCA, 2008, p.116) <sup>18</sup>.

Nosso intuito maior é que, por meio dos dados identificados, tanto nas fontes primárias (oficiais e não oficiais), quanto na produção historiográfica paraibana, possamos “costurar uma colcha de retalhos”, permeando sobre a história política de Mamanguape entre 1947 a 1964, procurando demonstrar como se concebeu nos intermeios da prática política municipal as conformações de representação política e como se configurou os (re)arranjos de governabilidade municipal dentro do estado da Paraíba, dentro deste imbricamento de disputas entre culturas políticas ora com práticas coronelistas, ora com práticas democráticas. Para tanto, articulamos na construção dos capítulos que seguem a esta introdução, conceitos básicos como Representação Política, Poder e Relações de Poder, Democracia, dentro de um conceito mais abrangente que é o de Cultura Política. Observaremos sobre o que pode ser possível identificar como cultura(s) política(s) no Brasil, e como percebemos algumas de suas representações e práticas dentro das relações políticas mamanguapense.

Com relação à revisão bibliográfica, utilizamos os livros de Monique Cittadino “Populismo e golpe de estado na Paraíba (1945-1964)”; Jean Blondel “As condições da vida política na Paraíba”; Celso Mariz “Memória da assembleia legislativa na Paraíba”; Adailton Coelho Costa “Mamanguape, a Fênix paraibana”. Ambos os livros citados nos ajudou metodologicamente a pensar as temáticas na construção de cada capítulo, pois eles trazem

---

<sup>18</sup> Para saber mais sobre fontes impressas como objeto e/ou fonte, ver Tania de Luca “História dos, nos e por meio dos periódicos” In Fontes Históricas, p. 111-153.

informações fundamentais a respeito de Mamanguape e da Paraíba durante o período proposto a ser analisado nesta dissertação.

No primeiro capítulo intitulado **O Poder por excelência: a política no período democrático (1947-1964)** está subdividido em três tópicos. No primeiro discutimos *O período democrático e a formação do novo sistema partidário no Brasil*. Exploramos, sistematicamente, o legado político que o Estado Novo deixou para o Estado nacional de forma a adentrar na conjuntura político/partidária estadual e municipal. No segundo tópico, abordamos a análise sobre os *Grupos (familiares) políticos e vinculações partidárias em luta pelo poder local*, e como se encontravam estas conformações no município de Mamanguape, como se davam as disputas pelo poder, como estavam organizados partidariamente, e como concebiam a sua atuação na esfera política. Por fim, no último tópico, *Resultados e embates eleitorais*, analisamos as eleições de maneira geral, mais abrangente, a fim de perceber a permuta entre os grupos políticos e onde permaneciam suas influências político/econômico/partidárias. Neste encontramos o subtópico *Comunistas na cidade fábrica*, no qual discutimos a expressiva votação eleitoral que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) teve nas eleições de 1945 e 1947.

No capítulo subsequente, nomeado **Relações políticas e administrativas entre a cidade Mamanguape e o governo do estado da Paraíba**, o dividimos em dois tópicos. No primeiro deles, *A atuação dos Fernandes de Lima no governo de José Américo de Almeida*, construímos uma análise para percebermos como tal família beneficiou a si próprio frente ao eleitorado local, por fazer parte do grupo político ligado diretamente ao governo do estado e como usufruiu de tal posição para trazer benesses a Mamanguape. E, no segundo ponto do capítulo, abordaremos as disputas entre os grupos políticos locais no ensejo da *Emancipação da cidade fábrica nos discursos da ALPB e da Câmara Municipal de Mamanguape*.

E, por fim, no terceiro e último capítulo **Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e a Sociedade Civil: entre conflitos e consentimentos**, o qual foi construído a partir de três tópicos, iniciamos por discutir a convivência dos vereadores nos trabalhos legislativos e como percebemos *A representação partidária e a montagem da força político-partidária (embates internos)* dentro do legislativo municipal. No segundo ponto abordamos a discussão sobre a *Câmara x prefeitura – força política*. E, para concluir, analisamos no terceiro tópico as *Relações da sociedade civil com o poder local: o caso das Ligas Camponesas*, no intuito de percebermos como a Câmara Municipal entendia e discutia o movimento das Ligas Camponesas e o Movimento Operário na CTRT ao final da década de 1950 e início de 1960.

# **1. O PODER POR EXCELÊNCIA: A POLÍTICA NO PERÍODO DEMOCRÁTICO (1947-1964)**

## **1.1 O período democrático e formação do novo sistema partidário no Brasil**

O Estado nacional brasileiro, entre os anos de 1945 a 1964, presenciou transformações em sua configuração político/partidária. Mesmo que, conjunturalmente, tenha havido mais permanências e continuidades que mudanças estruturais, houve transformações de algumas práticas políticas e realocações de outras. Ao chegar ao fim um período ditatorial dominado por Getúlio Vargas, dá-se início a um dos primeiros momentos em que o voto popular começou a produzir impactos significativos, quando comparados com a Primeira República, na organização da política nacional. A democracia tentou fazer-se, e tão minucioso foi tal processo, que se tornou complexo verificar e dar o devido reconhecimento às transformações nas práticas políticas do Estado Nacional, principalmente porque as práticas políticas que ocorriam nos municípios interioranos eram extremamente contraditórias em relação ao que se esperava de uma democracia.

Percebemos também que, apesar do voto popular ter sido o carro chefe no que diz respeito à construção democrática, as mudanças se fizeram no discurso em sua vertente ideológica, abandonando de certa maneira um discurso ditatorial e adotando um discurso que primava pelo estado democrático, pela instauração da democracia, em detrimento de uma baixa alteração – ou quase inexistente – político-administrativa, ficando, assim, de pé, praticamente, toda a estrutura do Estado Novo. Ou seja:

(...) na liderança do processo de redemocratização do país manteve-se a mesma elite política que comandava o regime deposto e sob sua direção promoveram-se as primeiras eleições nacionais e a formulação da Carta Constitucional de 1946 que deixou praticamente intacto, em pontos cruciais, o arcabouço institucional do Estado Novo. (SOUZA, 1990[1976], p.64)

No entanto, tal experiência democrática tornou possível o vínculo de uma relação entre o poder estatal ao governar e o poder das massas populares em escolher os seus governantes (governantes estes pré-estabelecidos por uma elite política). Como afirma José Murilo de Carvalho, em seu livro “Cidadania no Brasil”, ao dizer que:

(...) Nesse ano [1945], nova intervenção militar derrubou Vargas e deu início a primeira experiência que se poderia chamar com alguma propriedade de democrática em toda a história do país. Pela primeira vez, o voto popular começou a ter peso importante por sua crescente extensão e pela também



crescente lisura do processo eleitoral. (CARVALHO, 2003, p. 87, grifo nosso).

Apesar de o sistema democrático ter sido estabelecido no país após 1945 pela mesma elite política que colaborou com a instituição do Estado Novo, como afirmou Souza, percebe-se que o interesse em não se repetir o regime deposto possibilitou a inserção de novas práticas políticas que como Carvalho afirmou, permitiu que a importância do sufrágio se tornasse maior ao longo do período e que, cada vez mais, o processo eleitoral fosse exercido com menos fraudes, pois mesmo que a influência varguista ainda permeasse a política nacional, esta não se fazia mais aos moldes ditatoriais do getulismo.

Segundo Maria do Carmo Campelo de Souza, muito mais que tensões internas, foram tensões externas que proporcionaram de fato a queda do Estado Novo e o estabelecimento de uma possível democracia em 1945. E que essa ruptura de um estado ditatorial para um estado democrático “não produziu uma substituição radical dos grupos no poder” (1990[1976], p. 64), mas houve reformulações nas instituições políticas. As mudanças ocorridas no mundo, principalmente na Europa, mudanças essas de cunho político administrativo, formaram o clímax na redemocratização brasileira. Ou seja, tornou-se cada vez menos viável, manter uma ditadura aqui no Brasil, sob as influências do avanço das democracias liberais em parte dos demais países no pós-guerra.

A conjuntura política dos últimos anos do Estado Novo foi essencialmente determinada por fatores políticos internacionais que se refletiram internamente, tornando dominante a contradição entre fascismo e democracia e não, como frequentemente é entendido, a contradição entre interesses ligados à agricultura de exportação e interesses vinculados à industrialização nacional. Os problemas políticos do pós-guerra, ligados à disputa pela hegemonia política mundial sob a forma de luta entre as democracias e o nazi-fascismo, foram o real foco e ponto de conflito fundamental na conjuntura da redemocratização brasileira. (SOUZA, 1990[1976], p.64)

As tensões nacionais e internacionais reconfiguraram a paisagem política brasileira, interferindo constantemente no ideário ideológico, ora de um, ora de outra figura política emergente. O Brasil pós-Estado Novo, se encontrava em um período de construção democrática conturbada<sup>19</sup>, que iniciado em 1945 estava tentando ganhar consistência e potencializar o crescimento e o aprofundamento em uma experiência que preestabelecia a

---

<sup>19</sup> Dentre tantos outros fatores que nos mostram tais evidências, podemos perceber algumas, por meio das iniciativas a vários golpes: na tentativa de impedir a posse de Getúlio Vargas em 1951, como também em 1955 para impedir a posse de Juscelino Kubitschek, e em 1961 para impedir a posse do vice-presidente João Goulart, que ocorreu após a renúncia de Jânio Quadros, renúncia esta, que provocou grande crise política.

democracia, mas que foi abortada pelo golpe civil militar em 1964 – instaurou-se o golpe em nome do estado democrático de direito, um verdadeiro paradoxo.

Portanto, as várias tentativas de golpear, de tornar nula e ineficiente uma democracia que estava se estabelecendo após vivenciar longos anos em que o Brasil fora governado pela ditadura Vargasista, e por outro lado, a insistência em tornar a influência política do governo de Getúlio Vargas inexpressiva, que por muito tempo fora denominado populista, e atualmente dentro da literatura especializada, caracterizado trabalhista<sup>20</sup>, conseguimos perceber tais práticas a partir do governo do presidente Dutra que se diz antipopulista, assim como também se diz sobre a constituição promulgada em 1946. Tais medidas têm o intuito de apagar qualquer resquício da herança política getulista, mas é óbvio que nada se transfigura do preto para o branco ou da noite para o dia, deixando muito mais permanências, que transformações significativas. O intuito como poderemos perceber a partir de Maria do Carmo Campello de Souza era transparecer modificações na estrutura governamental, e de certa forma renegar o legado político, inevitavelmente deixado por Getúlio Vargas:

(...) a queda do Estado Novo foi amortecida, e sua estrutura geral aproveitada para a nova armação institucional. Não afirmamos, é claro, uma continuidade total, como se estivéssemos diante de dois sistemas idênticos. Tal interpretação equivaleria em sua ingenuidade àquela que vê na Constituição de 1946 um corte abrupto com o passado e a inauguração de uma etapa imaculadamente democrática em nossa história política. (SOUZA, 1990[1976], p. 134).

Dentre as diversas forças que regem as ideologias e as discussões políticas, as relações de poder são uma das principais dinâmicas que historicamente constituem a política brasileira, mas não apenas a nossa política, como também regem todas as manifestações sociais e culturais de nosso cotidiano. Estas relações de poder podem ser percebidas em todo processo da história política<sup>21</sup> nacional, regional e local, e na verdade, o fazer política é movido por ela. Portanto, não é de imaginar que seria fácil uma verdadeira transição e transformação no processo político quando da queda do Estado Novo para o Estado Democrático.

A partir dos anos 40 do século passado, iniciou-se um processo de estabelecimento da democracia que foi intensificado com o fim da Segunda Guerra Mundial. No entanto, a

---

<sup>20</sup> Vários autores criticam o conceito de populismo e não consideram este período como populista. Ver Jorge Ferreira “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”. In FERREIRA, Jorge. (Org.) O populismo e sua história. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, pp. 59-124. Para melhor aprofundamento sobre esta discussão ver Ângela de Castro Gomes “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”, In FERREIRA, Jorge. (Org.) O populismo e sua história. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 17-57.

<sup>21</sup> Cito história política, pois esse é o foco deste trabalho, mas as relações de poder são intrínsecas em toda e qualquer sociedade, e faz parte da história econômica, cultural, social, e das demais ciências humanas.

saturação social promovida pelos coronéis também principiou a necessidade de separar os domínios públicos do poder privado. Ou seja, tal saturação foi promovida pelas práticas constantes de abusos e violências entre os coronéis e a população rural, que dependia de seus apadrinhamentos, como eram corriqueiros na República Velha. Portanto, tais atos começaram a fazer com que a população comesse a questionar a sua validade, e percebendo o seu movimento, principalmente na zona rural, onde as práticas abusivas eram muito mais evidentes, a classe dominante se viu obrigada a modificar algumas práticas, velando-as num discurso aparentemente democrático que parecia desvincular o Estado de suas propriedades privadas, no intuito de criar um novo modelo administrativo que parecesse mais “limpo” e com mais ênfase no bem estar da sociedade como um todo. Na continuidade deste trabalho, perceberemos o quão o Estado esteve intrinsecamente atrelado às práticas coronelistas locais por meio de um discurso democrático, que se tornava vazio, diante dos fatos concretos de abuso do poder público pelo tão fadado poder privado, em seus interesses meramente particulares.

Essa separação notoriamente se dava apenas no âmbito dos discursos, pois era (como ainda é) impossível se separar criatura (Estado) e criador (classe dominante detentora do poder econômico). O Estado precisava das práticas coronelistas para manter a ordem e a organização das localidades e de seus “currais eleitorais”, para exercer assim o clientelismo por meio da compra de votos, por exemplo, respectivamente, e mesmo os “coronéis” por vezes necessitavam da permissão do Estado para manter seu *status quo*. Criando uma coexistência intimamente conectada como claramente aponta Monique Cittadino.

A partir de 1945, com o processo de “redemocratização”, criação de novos partidos e estabelecimento de eleições menos manipuláveis, o que se observa na Paraíba é um processo progressivo de readaptação da política coronelística à nova realidade social. (...) Com isso, os métodos tradicionais de controle do eleitorado baseados na violência e opressão passam a ser substituídos pela cooptação do eleitor e conquista dos votos. (CITTADINO, 1998, p. 17)

Para além da dicotomia que tende a opor os espaços público e privado, percebe-se a existência de uma articulação dialética entre ambos, na medida em que o poder privado não pode prescindir das concessões que o poder público lhe faz, assim como o poder público não pode abrir mão da coparticipação do poder privado na administração pública. Isto pode ser percebido, por exemplo, na permissão que o coronel recebe do governo do estado para nomear o juiz, a professora, o delegado, etc., obrigando-o a estar sempre do lado da situação e esvaziando-o do seu poder quando passa para oposição, o que demonstra que, para além do

coronel, se impõe o poder do Estado assim como pela observação de que o Estado necessita da colaboração do coronel para o exercício das funções públicas, para o preenchimento dos cargos, para a arregimentação e controle do eleitorado, para a manutenção da ordem (CITTADINO, 2006, p. 59).

Portanto, é nessa relação embrionária com uma política tipicamente clientelista, que se propõe a estruturação da democracia brasileira, em combater os vícios oligárquicos da esfera pública. Retornam, assim, como mecanismos para mudança de cenário, os diversos partidos políticos como também algumas novas lideranças. O interesse maior, de alguns desses grupos é de certa forma estabelecer pleitos menos controlados pelas relações de poder do coronel que tem como base a imposição da vontade pela força, mesmo que as diversas permanências preestabeleçam muitos dos resultados, não podemos fechar os olhos para os ganhos obtidos:

A conjuntura de transição para um regime democrático incluiu o processo de criação dos partidos políticos. Desmantelado o antigo sistema partidário com o golpe de 37, fazia-se necessário o encaminhamento no sentido da criação de novas agremiações que dessem conta do espectro de interesses em jogo na sociedade. (CITTADINO, 1998, p. 27)

Temos, portanto, um período de democratização, que se instituiu no Brasil de 1945 e se encerra em 1964 sob o modelo varguista de governar, primeiramente com sua influência política em vida, e depois pela transformação em poder simbólico, com o advento de sua morte. Influência esta, que foi paulatinamente combatida pelas forças opositoras à política de Getúlio Vargas:

O que se pode afirmar com segurança (...) é que a sombra do velho Getúlio Vargas continuava a se estender sobre o país. Derrubara-se o homem, mas os mecanismos políticos, o aparato burocrático, o sistema de poder elitista e autoritário iriam permanecer, modificados em alguns aspectos de sua forma, mas idênticos quanto ao conteúdo. (ALMEIDA Jr., 2007, p. 290).

Entretanto, constatamos que o getulismo continuou a ser a mola mestra do sistema político administrativo brasileiro refeito em alguns pontos, mas com a mesma estrutura base. Tais relações de poder e entre poderes propiciaram um período extremamente tenso, e não apenas no Brasil por conta principalmente da sua estrutura política advinda do Estado Novo e intensamente varguista, mas, também, extremamente tenso em escala mundial por conta do fim da Segunda Guerra, seguido de um momento tão complexo quanto, momento este denominado Guerra Fria.

Tínhamos um Estado democrático não consolidado, e muito menos predominante na política nacional<sup>22</sup>. Mesmo assim, a democracia era o assunto “da vez” no dia a dia da sociedade durante esse período. Apesar de em vários momentos, a direita brasileira ter falado, planejado e tentado consolidar o golpe – até conseguir em 1964 –, a busca por parte da população que conseguiu alçar o poder do Estado, e que se destacava mais a esquerda, buscava a manutenção e consolidação da democracia, tarefa esta, que foi árdua e contínua. Para Norberto Bobbio “um regime democrático, o estar em transformação é seu estado natural: a democracia é dinâmica, o despotismo é estático e sempre igual a si mesmo” (BOBBIO, 1997, p. 9).

Pensando a democracia a partir dessa premissa, podemos destacar que entre 1947-1964 o processo político/social para estabelecer minimamente uma democracia, visando eliminar as práticas autoritárias, foi constantemente dinâmico e insistente, e conviveu, sem dúvida alguma, com as práticas coronelistas dos remanescentes grupos oligárquicos que ordenavam a maior parte do Estado Nacional. Conhecendo bem todas as limitações democráticas existentes a época, até aqui já mencionadas, torna-se importante reconhecermos também que, mesmo assim, conseguiu-se implementar os elementos necessários para uma política democrática como o sufrágio universal e secreto, e um sistema pluripartidário<sup>23</sup>, fazendo dela uma democracia representativa.

Segundo Bobbio, a definição mínima de qual seria necessária compreensão sobre democracia, e que, segundo a qual, poderemos compreender como este regime é flexível ao mesmo tempo em que é demasiadamente complexo, podemos entendê-lo, portanto, “primariamente [por] um conjunto de regras de procedimento para a formação de **decisões coletivas**, em que está prevista e facilitada a **participação mais ampla possível** dos interessados” (1997, p. 12, grifo nosso).

Ainda segundo Bobbio, a democracia direta<sup>24</sup> tornou-se impossível de ser viabilizada em sociedades numerosas e em territórios muito extensos – o que é justamente o caso do Brasil. Mas nos moldes brasileiros, os mandatos se tornaram imperativos, usando apenas uma roupagem de mandatos representativos. A democracia ideal, explicada segundo Bobbio, seria

---

<sup>22</sup> Digo isso ao pensar a democracia enquanto uma prática nacional, mas principalmente a nível estadual e municipal, pois sabemos que a existência da política de oligarquias, do clientelismo, como também das práticas coronelistas se faziam presentes em nossa sociedade predominantemente rural, com muito mais frequência e ênfase do que as próprias práticas democráticas.

<sup>23</sup> Verificamos, portanto, que o pluripartidarismo teve seus limites, como podemos constatar com a ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB), impedimento que ocorreu em 1947.

<sup>24</sup> Sobre democracia representativa e democracia direta ver Norberto Bobbio, O futuro da democracia, 1997, p. 41-64.

aquela que estabelecendo mandatos verdadeiramente representativos, abolisse os mandatos imperativos, cuja atuação, impossibilita o processo democrático:

A democracia moderna, nascida como democracia representativa em contraposição à democracia dos antigos, deveria ser caracterizada pela representação política, isto é, por uma forma de representação na qual o representante, sendo chamado a perseguir os interesses da nação, não pode estar sujeito a um mandato vinculado. O princípio sobre o qual se funda a representação política é a antítese exata do princípio sobre o qual se funda a representação dos interesses, no qual o representante, devendo perseguir os interesses particulares do representado, está sujeito a um mandato vinculado (típico do contrato de direito privado que prevê a revogação por excesso de mandato). (BOBBIO, 1997, p. 24)

Portanto, a democracia tem por obrigação, para que possa ser efetiva, eliminar o poder do mandato imperativo – que representa sempre os interesses particulares; o poder das relações oligárquicas; interesses de grupos familiares –, porém, não o eliminando não consegue ser o poder de todos e não educa para a cidadania. Mas como Bobbio afirmou, também concordamos que é preferível viver a pior das democracias, do que viver na melhor das ditaduras (BOBBIO, 1997, p. 74).

Pensar democracia é também dialogar com a formação partidária e na política paraibana encontramos vários aspectos de práticas políticas que podemos caracterizar como sistemas considerados patronais, e que a partir ou por meio deles, o sistema partidário paraibano foi oligarquicamente formado. Práticas estas que encontramos dentro do próprio coronelismo, uma hierarquização do poder sobre os subalternos. A política paraibana foi construída em cima da posse e do comando das famílias influentes, como afirmou Monique Cittadino (1998).

Ao longo do tempo, algumas práticas vão se transformando, e outras permanecem, o coronelismo durante muitas décadas foi predominante, era a sua forma de governar e de comandar que estava sempre presente nas estruturas políticas. Com a queda do Estado Novo, as práticas coronelistas ainda são existentes, como afirma Victor Nunes Leal (1997[1949]). E a política exercida pelos interventores entre 1930 a 1945 foi um modelo político estrutural, que forneceu meios para que traços fortes do coronelismo continuassem a existir, mas também oportunidades para que outros comesçassem a surgir, como por exemplo, o discurso que convence o eleitor que o voto dele tem o poder decisório nos destinos do Estado. É por meio dos partidos e através deles, que a política clientelista tem o seu livre funcionamento, pois segundo Maria do C. C. de Souza, não podemos ver a prática clientelista como característica de um dado momento, mas algo perpassa por vários modelos distintos de

sistemas políticos, vigentes ou não, ao longo do processo histórico. A autora afirma que precisamos:

(...) [Deixar] de ver o “clientelismo” como uma característica específica da política brasileira, ou mesmo de um “estágio” de desenvolvimento, para enfocá-lo como uma modalidade de controle sobre recursos políticos e de sua utilização por organizações políticas (no caso, partidos) que desta forma procuram gerar poder para si próprias e se consolidar como instituições. (SOUZA, 1990[1976], p. 35, grifo nosso).

Como Maria do Carmo afirma na citação acima, os partidos, estes que estavam se formando e se consolidando entre 1945-1964, buscaram controlar as massas populares pela política clientelista (e não apenas neste período), e não conquistá-las a partir da ideologia partidária. E mesmo que um partido obedeça a uma ideologia definida, Jean Blondel afirma que “A amizade é um fator poderoso” (1994[1957], p. 117) para as vinculações partidárias locais. Ainda seguindo a reflexão de Maria do C. C. de Souza:

O essencial, portanto, é que o grau em que os partidos brasileiros do período 1945-1964, indistintamente, se alimentam do clientelismo e fazem dele uma estratégia de aquisição, consolidação de poder pode ser tomado como indicador dos obstáculos à institucionalização do sistema partidário como um todo. (SOUZA, 1990[1976], p. 35-36)

E podemos complementar essa assertiva de Souza utilizando o que Blondel afirma sobre as lideranças locais, onde diz que “os chefes políticos nasceram antes dos partidos. Sua existência de fato é muito antiga, e sobre ela veio colocar-se a nova organização. Melhor dito, a nova organização simplesmente deu um nome a uma situação antiga” (BLONDEL, 1994[1957], p.155).

O surgimento de um período democrático na Paraíba da primeira metade do século XX foi – em termos – o resultado da quebra gradativa, mas não total, de um sistema coronelista que manteve constantes ciclos de controle estatal e local baseado nas relações oligárquicas – familiares e/ou econômicas – e de imposição da vontade a partir das relações de poder. Esta quebra do domínio particular sobre os bens e direitos públicos aconteceu devido ao que Monique Cittadino chama de privatização das funções públicas (2006, p. 59). Para a autora, o próprio Estado é o responsável pela concepção de privatização, porque “(...) é o Estado a origem de todo poder político e de todos os ‘negócios’, sendo o fundamento do poder privado, que dele nasce e dele se alimenta” (CITTADINO, 2006, p. 59).

Segundo René Rémond, as práticas do político podem variar segundo as circunstâncias e as intenções de quem está no poder, de quem está no controle do programa partidário.

Segundo o que o autor afirma, podemos compreender que as práticas clientelistas citadas por Souza são, em certa medida, necessárias, pois quem está no controle do poder estatal não consegue priorizar outra forma de governar que não seja esta. Governar segundo ideologias partidárias torna-se incompreensível em uma sociedade, cujas práticas políticas advindas do sistema político coronelista eram muito fortes. Portanto, torna-se compreensível que os partidos formados na sociedade brasileira pouco se apresentem como partidos ideológicos, e sim com relações clientelistas entre o Estado e o povo, onde oligarquicamente são direcionados a escolherem os seus representantes, pois assim são constituídos historicamente.

Uma das transformações que se verificou nesse processo de redemocratização, consistiu na criação de partidos, que eram nacionalmente reconhecidos e que não era exclusivo em um único estado, como afirma Blondel ao se referir às agremiações partidárias da denominada República Velha.

(...) os partidos políticos não tinham existência real. Cada Estado tinha seu partido, chamado Partido Republicano. Dessa forma existiam vários partidos na Câmara Federal, embora fossem partidos distintos pela origem geográfica, nunca pelas tendências políticas; encontravam-se, assim, o Partido Republicano de S. Paulo, o Partido Republicano de Minas Gerais, etc. Essas agremiações eram mais delegações de seus Estados que partidos políticos (...). (BLONDEL, 1994[1957], p. 19)

Ao se pensar em um programa partidário, durante as formações dos primeiros partidos em 1945 – Partido Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – se pensa no que a população gostaria de ouvir de um partido pelo qual ela esperava que a defendesse, mesmo sem entender de fato, qual seria a função primordial de um partido. Vejamos o que Serge Bernstein afirma:

Na verdade, entre um programa político e as circunstâncias que o originaram, há sempre uma distância considerável, porque passamos então do domínio do concreto para o do discurso, que comporta uma expressão das ideias e uma linguagem codificadas. É no espaço entre o problema e o discurso que se situa a mediação política, e esta é obra das forças políticas, que têm como uma de suas funções primordiais precisamente articular, na linguagem que lhes é própria, as necessidades ou as aspirações mais ou menos confusas das populações. (BERSTEIN, 2003, p. 61).

Podemos entender a necessidade do surgimento dos partidos, quando a população começa a questionar o Estado, e a querer exigir a sua participação nas decisões que eram direcionadas a elas. Vamos refletir sobre, por meio da afirmação de Bernstein:

(...) a partir do momento em que a extensão do sufrágio introduziu no jogo político parcelas cada vez maiores das populações interessadas, e onde, por



isso mesmo, ficou claro que o poder não podia continuar sendo apanágio exclusivo de panelinhas<sup>25</sup> restritas que ignorassem a massa dos eleitores (BERSTEIN, 2003, p. 63, nota nossa).

Nessa relação de formação partidária, temos duas bases essenciais que vão fazer com que cada partido defenda ideais opostos. Segundo Berstein, os partidos de direita “são de criação eleitoral e parlamentar, nascidos da iniciativa dos eleitos desejosos de controlar os comitês que canalizam a massa de eleitores” (2003, p. 64), e os partidos de esquerda “são os ‘de origem externa’ (ao parlamento), (...) emanando de grupos de pressão, sindicatos, ‘sociedades de pensamento’, igrejas, associações de ex-combatentes etc., eles têm em geral estruturas mais estritas que fazem base militante (...)” (2003, p. 65).

Segundo a ótica de Souza a esta época – 1945, na queda do Estado Novo, início do período de democratização –, não existe partido de esquerda<sup>26</sup>, existe uma estrutura política que comporta duas direitas<sup>27</sup>, pois as pessoas que compunham a vida política do país neste período de democratização, não haviam sido substituídas, e muito menos transformadas como que da água para o vinho, em relação ao período estadonovista:

Uma leitura mesmo superficial da história política de 1943-1946 mostra sem ambiguidades que a maciça maioria dos legisladores e políticos responsáveis pela formulação teórica da vida partidária democrática nacional não só não se renovara, como também, o que é mais contundente, era a mesma que na década anterior havia encontrado nas doutrinas antiliberais a solução para os problemas políticos que o país enfrentava. (SOUZA, 1990[1976], p. 64)

Sobre a formação partidária em 1945, Lucilia de Almeida Neves Delgado nos diz que:

Esses partidos formaram uma estrutura triangular de poder e de disputa pelo poder. Todavia, durante os treze primeiros anos de sua existência, representaram duas forças nítidas e opostas que atuavam no cenário da vida nacional: o getulismo, incorporado e defendido principalmente pelo PTB, mas também apoiado pelo PSD, embora com menor ênfase e com estratégia peculiar; e o antigetulismo, que fez da UDN seu principal ancoradouro e baluarte. (DELGADO, 2013, p. 135)

O personalismo é tão forte na formação partidária brasileira, como lembrou Blondel, que, ao invés de se criarem partidos por causa de um programa definido a ser implementado, os partidos são criados para a manutenção do getulismo<sup>28</sup> e em torno do antigetulismo.

---

<sup>25</sup> Para o melhor entendimento sobre este termo ler Linda Lewin, *Política e Parentela na Paraíba*, 1993, p. 188-199.

<sup>26</sup> Salvo o PCB no período de dois anos (1945-1947) que atua fora da ilegalidade.

<sup>27</sup> Duas direitas que emanam do congresso, do poder do estado: uma vinda diretamente de Vargas – PSD e posteriormente PTB, e a outra direita dos que apoiaram Vargas quando da instituição do estado novo e que posteriormente foram alijadas do poder – UDN.

<sup>28</sup> Criados pelo próprio Getúlio Vargas.

Posteriormente, com a morte de Getúlio Vargas, o PTB vai deixando sua postura mais moderada e assumindo uma mais radical, mais próxima do que seria o PCB, por exemplo. A UDN, que sempre foi de direita<sup>29</sup>, se radicalizará cada vez mais deixando despotar uma orientação antidemocrática e que se tornaria visível na renúncia de Jânio Quadros em 1961 e no contexto que depois desse ano desembocou no golpe militar de 1964 (DELGADO, 2013, p. 138). O PSD se tornara um partido de negociações e de práticas cada vez mais flexíveis, o que permitiu ser o partido que mais alianças fez não apenas com o PTB, mas ao fim da década de 1950 também com a UDN<sup>30</sup>. Todas essas transformações nos três principais partidos brasileiros no início da década de 1960 fez com que não mais apresentassem “a mesma sustentação e objetivos que nortearam a atuação” deles quando foram formados em 1945 (DELGADO, 2013, p. 140).

Na Paraíba tal formação partidária não ocorreu de maneira diferente. Os agentes políticos que se vincularam a cada partido em questão, também foram fundados por getulistas e antigetulistas, que foram seguidos pelos grupos oligárquicos que apoiavam cada liderança. A UDN foi fundada por José Américo e Argemiro de Figueiredo e ambos já haviam pertencido as bases políticas de Getúlio Vargas como Ministro e Interventor, respectivamente, mas que tinham sido alijados do poder pela própria política ditatorial varguista, sendo seguidos por políticos influentes, como por exemplo os Ribeiro Coutinho, da indústria agrocanavieira na várzea, e os Lundgren, proprietários do distrito industrial do município de Mamanguape. O PSD foi formado pela base que dava sustentação ao getulismo em 1945, tendo como liderança Rui Carneiro, que foi apoiado por todas as oligarquias que haviam sido esquecidas durante o governo de Argemiro de Figueiredo e os novos grupos políticos que estavam se formando, como a família Fernandes de Lima no município de Mamanguape, proprietária da Usina Monte Alegre (CITTADINO, 1998).

Portanto, verificamos que:

Numa democracia, por sua vez, o poder está, no mínimo, submetido a algum tipo de controle ou contenção. Nela, as decisões costumam nascer de consensos que se formam a partir de múltiplos acordos e negociações, em diferentes fóruns e a partir de distintos pontos de vista. Não há, evidentemente, equilíbrios e igualdades consistentes a ponto de neutralizar por completo o poder político central, mas é inegável que sociedades mais diferenciadas e complexas tendem a ser mais “poliárquicas” e plurais, isto é,

---

<sup>29</sup> Apesar de num primeiro momento ter sido apoiada pela Esquerda Democrática, ala política que em 1946 funda o Partido Socialista Brasileiro – PSB.

<sup>30</sup> A Paraíba é um exemplo dessa coligação na campanha a governo do estado no ano de 1955, Flávio Ribeiro Coutinho foi o candidato a governador pela UDN e o seu vice Pedro Moreno Gondim pelo PSD.

a viver sob a influência recíproca de diversos núcleos de poder, que de certo modo controlam-se. (NOGUEIRA, 2008, p. 23)

Tais relações de poder, político e estatal, podem ser verificadas em vários âmbitos e escalas, do micro ao macro, do local ao nacional, e podem, a depender dos indivíduos que as impelem sobre ou dos que são impelidos, tornar-se invisível e ser administrado a pequenas doses sem ser repellido por determinado período de tempo. Podemos dizer que foi o que aconteceu com os herdeiros do getulismo, que junto com Getúlio Vargas, direta e indiretamente, governaram os rumos políticos estatais/institucionais do Brasil de 1930 a 1964.

Não se faz menos necessário frisar que essas transformações políticas de um Estado Ditatorial para um Estado Democrático se fez do urbano para o rural (como também no sentido geográfico do litoral ao sertão), e de forma lenta e gradativa. Se na cidade o poder dos coronéis de outrora já não tinha peso significativo que fizesse mudar os rumos eleitorais, no campo a situação ainda encontrava-se parecida com as da década de 20 de 30, não mudara muita coisa, e os trabalhadores em sua maioria analfabetos e habituados a sempre votar no proprietário da terra ou naquele indicado por ele, aos poucos é que descobriam o que seria o voto com significação política, nos termos ideológicos demoraria um pouco mais. No entanto, o próprio ato de fazer o eleitor alistar-se e votar contribuiriam para tal importância do voto:

A eleição, apesar de suas características um tanto falseadas, é uma eleição de verdade. Certamente o eleitor é guiado. Deve sê-lo, porque sozinho não pode alistar-se nem votar. O “chefe político” o auxilia; em seu proveito, é claro, mas contribui também, por isso mesmo, para desenvolver nele uma consciência política. (BLONDEL, 1994[1957], p. 100)

Entretanto, frisar apenas que no campo o trabalhador rural não tinha consciência de sua condição política é esquecer a luta dos camponeses ao fim da década de 1950 através da Liga Camponesa. Medir o grau de consciência político/ideológica de todos eles não é o objetivo desta pesquisa. A questão aqui é frisar que a partir dessa organização percebemos com mais clareza a não submissão de uma parte considerável do setor rural quer seja ao coronel, ao mandatário, ao dono da terra, ao latifundiário. Ao verificarmos tais questões concordamos com Delgado quando disse que a democracia política e eleitoral não foi meramente ensaiada, mas praticada (2013, p. 152).

Sabemos que no processo histórico as transformações não ocorrem corriqueiramente, e para que essa ruptura em grau muito maior fosse estabelecida pelos trabalhadores rurais, em não baixar mais a cabeça ao coronel para tudo ou quase tudo que lhes eram imposto, é o resultado dessa quebra gradativa do poder coronelista/oligárquico numa sociedade que estava

se denominando democrática. E como toda ação produz uma reação, o golpe de 1964 ocorrera como resposta a essa ruptura sintomática, que se não pôs fim às práticas coronelistas e oligárquicas como um todo, mas pôs fim à hegemonia absoluta de um sistema que não considerava a população para além do cabresto:

O sistema constitucional permanecia, pois, quase o mesmo. Mas seu modo de aplicação tornou-se muito diferente, porque o espírito público havia mudado e porque, a partir de 1945, bem mais ainda que em 1933 e 1934, podia dizer-se que as eleições eram verdadeiras. Não se pôde eliminar ainda toda a fraude. Mas a fraude não era mais, como no tempo da República Velha, o elemento normal do voto. (BLONDEL, 1994[1957], p. 22)

E é sobre tais relações de poder, que ao estudarmos este período considerado democrático, percebemos as rupturas gradativas no setor político, mesmo que na maioria das vezes, ao olharmos por cima, de forma abrangente, não verificamos mudança alguma. Não podemos esquecer que as transformações resultadas dessas “quebras” só são percebidas a distância e ao longo do tempo. No entanto, não se faz menos interessante, nem menos relevante o estudo do poder político local e de seus grupos de poder, pois para entender como a população reagia, contra ou a favor, precisamos entender como os grupos políticos se organizavam, em torno do que se organizavam e como disputavam o poder político local. Conhecendo os grupos locais entendemos um pouco mais os anseios da população, definindo uma das faces das relações de poder que os moviam.

## **1.2 Grupos (familiares) políticos e vinculações partidárias em luta pelo poder local.**

Na realidade, a política, desde o seu início, sempre foi algo mais do que uma mera tentativa de organização da sociedade. Suas explicações sempre contiveram intenções práticas, e um forte desejo de interferir e, de certa forma, orientar o rumo das civilizações. Se o pensamento científico sempre guarda uma correspondência com a vida social, na política esta influência é particularmente marcante. Os interesses econômicos dos grupos e das hierarquias sociais, que na sociedade mamanguapense apresentavam-se de forma divergente, influenciaram profundamente a elaboração do pensamento político da mesma.

Sabemos que o poder tem várias, inúmeras faces, e que ele exerce fascínio e/ou temor sobre qualquer indivíduo. Numa comunidade, numa cidade, num estado, esse poder pode se espalhar visível ou invisivelmente, e para o controle da sociedade, para o direcionamento de votos, para a obediência no setor trabalhista, ele pode ser exercido em várias de suas facetas.

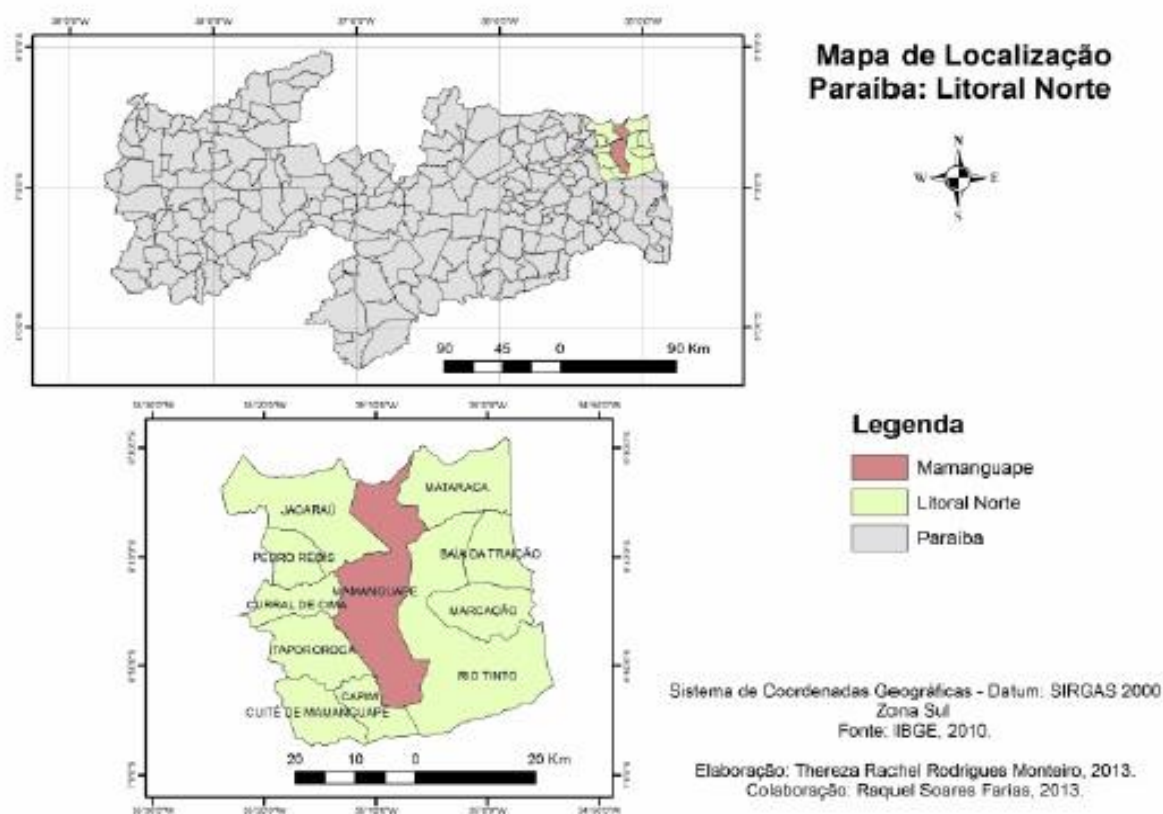
Marco Aurélio Nogueira (2008) sintetiza algumas de suas faces, e dentre elas verificamos as que se exercem com mais clareza na disputa pelo poder local:

(...) O **poder ideológico** organiza-se e é exercido mediante a posse de conhecimentos e de instrumentos ideológicos com os quais se consegue influenciar a conduta ou o modo de pensar dos que integram uma comunidade. É o poder das ideias sobre as ideias alheias, sobre o coração e a mente das pessoas. O **poder econômico** controla os bens e os meios de produção – a propriedade deles e o acesso a eles –, com o que obtém força de trabalho e direciona a produção. O **poder político**, por sua vez, como poder supremo, distingue-se por reivindicar com êxito a exclusividade do uso da força, com a qual garante que decisões obrigatórias sejam acatadas e cumpridas pelos diversos membros de uma comunidade. (NOGUEIRA, 2008, p. 19, grifos nossos).

Esse poder ideológico, na maioria das vezes quando exercido por pessoas conscientemente intencionadas em suas práticas públicas e/ou privadas, é disfarçado por meio de legendas partidárias que utilizam o poder econômico que possuem para alcançarem e/ou permanecerem no poder político. Tal artimanha faz e sempre fez parte da política, que nem sempre é ética para conseguir o que deseja, mas é sempre lógica, convincente e ideológica, e todo esse jogo de interesses também faz parte da democracia ou da prática democrática.

É comum nas cidades de interiores do Nordeste, e especificamente na Paraíba, a luta de grupos familiares pela conquista e manutenção do poder político local. Os Brito e Gaudêncio no Cariri paraibano, Vital do Rego e Cunha Lima em Campina Grande, Toscano e Paulino em Guarabira são alguns dos vários exemplos que podemos continuar citando e constatar que esta situação é bastante recorrente nas disputas locais pelo poder político.

O município de Mamanguape está localizado no Litoral Norte paraibano e faz divisa com o estado do Rio Grande do Norte. No mapa visualizamos os atuais limites do município destacado na cor vermelha, mas visualizamos também os municípios circunvizinhos destacados na cor amarela, e todo o conjunto de municípios destacados é o que chamamos de Vale do Mamanguape. Até o ano de 1956 (quando ocorreu o primeiro desmembramento – a emancipação do distrito de Rio Tinto), toda essa região era um único município, e é essa região que estamos estudando nesse trabalho.



Fonte: MENDONÇA, Aldo Silva de. **Luta camponesa e processo identitário em Mamanguape-PB: o caso de Itapecerica** (Dissertação de Mestrado em Antropologia). João Pessoa: UFPB, 2013, p.16.

O município de Mamanguape era composto por cinco distritos: Mataraca, Jacaraú, Itapororoca, Baía da Traição e Rio Tinto, e por vários povoados, sendo que cinco deles aparecem no mapa: Pedro Régis<sup>31</sup>, Cuité de Mamanguape, Capim, Marcação e Curral de Cima. E foi sobre toda essa região que os Lundgren e Fernandes de Lima exerceram influência econômica e política.

No século XIX havia várias famílias influentes em Mamanguape no período de seu auge econômico, principalmente ligadas ao comércio, devido ao grande movimento de exportação e importação do porto de Salema. Segundo Raul de Góes:

(...) Mamanguape era tão importante quanto a cidade da Paraíba, capital da província, e se enviaidava de haver hospedado D. Pedro II, na sua memorável visita ao Norte do Império. E era grande seu prestígio social, com várias famílias de tradição, Navarro, Serrano, Fernandes de Lima, Veloso, Andrade, Pinto, Espínola, Dantas, Campelo, França, Freire, Siveira, Carneiro da Cunha. Orgulhava-se de ser a terra natal de Castro Pinto, Rodrigues de Carvalho, Carlos D. Fernandes, Matias Freire e do velho

<sup>31</sup> Até sua emancipação em 1996 o povoado se chamava Retiro.

professor de latim Luís Aprígio, que fôra mestre desses luminares da intelectualidade paraibana. (GÓES, 1964, p.137-138)

As famílias tradicionalmente oligárquicas remontam desde o período imperial (ou possivelmente antes), como tão bem verificamos com base nos dados encontrados no livro de Celso Mariz “Memória da Assembléia Legislativa”. Elaboramos dois quadros que demonstram quem alçou ao cargo de deputado e os anos respectivamente. O primeiro quadro demonstra os deputados que representaram o município no período imperial, e o segundo quadro o período republicano até 1938. Antes da instalação da Assembleia provincial, nós temos dois Conselhos Gerais da Província, o primeiro em 1826 e o segundo de 1930 a 1933, e em ambos os conselhos se fez presente João de Albuquerque Maranhão.

**Representantes de Mamanguape na Assembleia Legislativa da Paraíba de 1835 a 1889  
(Assembleia Provincial)**

<b>Nome do Deputado</b>	<b>Anos em que atuou na ALPB</b>
André de Albuquerque Maranhão Júnior <sup>32</sup>	1835-1836; 1838-1839; 1842-1843; 1844-1845
Frederico de Almeida e Albuquerque <sup>33</sup>	1835-1836; 1840-1841
Dr. Flávio Clementino da Silva Freire <sup>34</sup>	1842-1843; 1844-1845; 1852-1853; 1854-1855
Vitorino do Rego Toscano Barreto <sup>35</sup>	1846-1847; 1848-1849; 1866-1867
João de Albuquerque Maranhão	1846-1847
Antonio Felipe de Albuquerque Maranhão <sup>36</sup>	1854-1855
Francisco Jovita Cavalcanti de Albuquerque <sup>37</sup>	1854-1855; 1856-1857; 1870-1871
Padre Antônio Baptista Espinola <sup>38</sup>	1856-1857; 1862-1863; 1870-1871; 1872-1873; 1874-1875; 1876-1877; 1882-1883; 1884-1885
Luiz Afonso de Albuquerque Maranhão <sup>39</sup>	1858-1859; 1860-1861; 1864-1865; 1866-1867
Luiz Ignácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão	1858-1859; 1860-1861
Pedro Cavalcante de Albuquerque	1862-1863; 1870-1871

<sup>32</sup> Pertencia ao grupo político influente dos Albuquerque Maranhão, na região de Mamanguape, era Senhor de Engenho. (MENDONÇA, 2013, p.19)

<sup>33</sup> “Os conservadores da Paraíba estavam orientados por Frederico de Almeida e Albuquerque, senador desde 1856, alto prestígio no Rio (...) (MARIZ, 1987, p.43)” diz que é de Mamanguape na página 30.

<sup>34</sup> Senador do Império e barão de Mamanguape. Pertencia ao Partido conservador.

<sup>35</sup> De acordo com Deusdedit Leitão (1978), ele foi um dos chefes do Partido Liberal e exerceu em Mamanguape, local de seu nascimento, um significativo poder político. Tornou-se presidente da Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba em 1866.

<sup>36</sup> Proveniente de uma importante família de Mamanguape.

<sup>37</sup> Pertencia ao Partido Conservador. Promotor público, juiz municipal, juiz de direito, chefe de polícia, desembargador da Relação de São Luiz do Maranhão. O político era natural de Mamanguape. Foi nomeado Cavaleiro da Ordem de Cristo.

<sup>38</sup> Membro do Partido Conservador, presidente da Assembleia em 1875, 1884 e 1885. (na página 56 diz que é de Mamanguape)

<sup>39</sup> Nascido em Mamanguape, foi um poderoso senhor de engenho naquela região.

Maranhão	
Augusto Carlos de Almeida e Albuquerque <sup>40</sup>	1860-1861; 1862-1863; 1870-1871; 1872-1873
Padre Frederico de Almeida e Albuquerque Mello	1862-1863; 1876-1877
Padre Ildefonso Ayres de Melo	1878-1879; 1880-1881; 1886-1887; 1888-1889
Capitão José Campello de Albuquerque Galvão <sup>41</sup>	1882-1883; 1884-1885; 1886-1887; 1888-1889
Capitão João Severiano d'Albuquerque Maranhão	1882-1883
Tenente-Coronel Joaquim Baptista Espinola <sup>42</sup>	1888-1889

Quadro 01: elaborado a partir dos dados encontrados em Celso Mariz “Memória da Assembléia Legislativa”.

### **Representantes de Mamanguape na Assembleia Legislativa da Paraíba de 1890 a 1938 (Assembleia Republicana)**

<b>Nome do Deputado</b>	<b>Anos em que atuou na ALPB</b>
Vigário Antônio Ayres de Mello	1892-1895
Comendador José Campello de Albuquerque Galvão <sup>43</sup>	1896-1899; 1900-1903; 1904-1907)
Padre Mathias Freire <sup>44</sup>	1912-1915

Quadro 02: elaborado a partir dos dados encontrados em Celso Mariz “Memória da Assembléia Legislativa”.

Os deputados Antônio Ayres de Mello e José Campello de Albuquerque são provenientes do Império. O Padre Mathias Freire foi o último representante de Mamanguape na ALPB, até que João Fernandes de Lima ocupasse uma cadeira em 1947<sup>45</sup>. Apesar de ter diversos nomes listados por causa do sobrenome, fora isso, não temos outra indicação que foram todos representantes de Mamanguape, como é o exemplo da família Albuquerque Maranhão. Também não temos maiores informações de qual família disputava poder com outra. No entanto, verificamos que durante o Império, Mamanguape deixou de ter representantes na Assembleia Provincial por apenas duas legislaturas: 8ª (1850-1851)<sup>46</sup> e na 17ª (1868-1869)<sup>47</sup>.

<sup>40</sup> Segundo Mariz ele foi advogado e juiz de Mamanguape, e membro do Partido Conservador.

<sup>41</sup> Na página 96, Mariz se refere a mesma pessoa mas com a seguinte grafia Campêlo. Pertencia ao Partido Liberal.

<sup>42</sup> Pelo sobrenome sabemos que era de Mamanguape, o que não podemos afirmar é se residia em Mamanguape.

<sup>43</sup> “(...) velho rábula traquejado do Juri de Mamanguape.” (MARIZ, 1987, p.96)

<sup>44</sup> Mathias Freire é neto do Barão de Mamanguape, filho de seu filho Flávio da Silva Freire.

<sup>45</sup> Caso tenha havido outros antes, não conseguimos informações que relacionassem nomes aos lugares a que se representava. Muito menos de algum nome que tenha sido apoiado pelo grupo Lundgren após 1917.

<sup>46</sup> Se fossemos fazer correspondências pelo sobrenome, diríamos que Francisco Antônio de Almeida e Albuquerque, como também Antônio Carlos de Almeida e Albuquerque, ambos representavam Mamanguape, por terem o mesmo sobrenome de Padre Frederico de Almeida e Albuquerque Mello, Augusto Carlos de



A partir dos nomes expostos, de certa forma ocorreu uma quebra nos grupos tradicionais que disputavam o poder político em Mamanguape. Pois a família Lundgren e os Fernandes de Lima são “novos” grupos pela disputa do poder local, digo novos, pois eles não são provenientes da política imperial.

Em 1917, a família Lundgren chegou à Mamanguape vindos de Pernambuco para fazer aqui investimentos econômicos, conseguem e deixam chefes administrativos na indústria têxtil, estabelecem-se enquanto família poderosa e influente política/economicamente, mas não residem em Mamanguape, continuam com sua residência fixa em Recife/PE. A segunda família – os Fernandes de Lima (1940) – retorna à Mamanguape depois de quase três décadas, vinda de uma família de comerciantes, se estabelecem na indústria agrocanvieira ao instalarem a Usina Monte Alegre, e ao contrário da primeira família, mantém residência fixa no município.

É a partir da chegada dos Fernandes de Lima a Mamanguape em 1940, 23 anos depois de domínio hegemônico dos Lundgren, que é dado início ao processo de disputa pelo poder local por parte das duas famílias. O que não chega a durar duas décadas completas, vendo que a última disputa entre a família foi para o posto de deputado estadual em 1958, e a região do Mamanguape elege os dois candidatos para a Assembleia Legislativa do Estado.

A partir da reflexão de Blondel sobre as famílias que disputam o poder local no estado da Paraíba, podemos manter certa reflexão acerca das disputas políticas em Mamanguape, quando o autor diz que:

A situação de São João do Cariri apresenta, da mesma forma, caracteres bastante excepcionais, porque está baseada no predomínio apenas de duas famílias. Nos outros municípios, ao contrário, são geralmente várias famílias que entre si dividem o poder, particularmente em Monteiro, Patos, Itaporanga e Piancó. A presença, frente a frente, de apenas duas famílias, tende a dar mais agressividade às relações políticas. Onde três, quatro ou cinco famílias se opõem, as divergências são menos brutais. Uma não exclui a outra, pois as alianças são necessárias. (BLONDEL, 1994[1957], p. 63)

Em Mamanguape, as disputas pelo poder local durante as quase duas décadas não geraram alianças entre os Fernandes de Lima e os Lundgren, mas embates eleitorais para se garantirem no poder, assim como Blondel assinala. No entanto, compreendemos também, que cada família ou grupo representam tipos diferentes de oligarquias: uns seguem à risca a composição do conceito oligárquico, outros possuem apenas algumas características que por

---

Almeida e Albuquerque e Frederico de Almeida e Albuquerque, que segundo Celso Mariz, são provenientes de Mamanguape (1963).

<sup>47</sup> Faltam-nos informações se a essa época os Toscano de Brito ainda residiam em Mamanguape.

fim podemos situá-los como tendo alguma propriedade oligárquica, e é neste segundo exemplo que podemos incluir Mamanguape. Sabemos também que dentro da produção historiográfica não podemos generalizar, mesmo que nos casos mencionados acima e dentre outros não citados, mas que são existentes, principalmente nas cidades com maiores números demográficos como Mamanguape, em que a proporção de habitantes<sup>48</sup> era consideravelmente importante para estrutura econômico paraibana.

Em Mamanguape, portanto, coexistiram duas famílias que dominavam a política local, ambas tinham, relativamente, o mesmo peso de poder político/econômico, sendo que a família Lundgren se destacou principalmente na economia, e os Fernandes de Lima teve maior destaque na política, como também maior persistência, insistência e permanência.

No município os Fernandes de Lima se constituíram na Agroindústria canavieira a partir de 1940 com a fundação da Usina Monte Alegre e, por conseguinte, um dos irmãos, o José Fernandes de Lima adentra na política municipal no cargo de prefeito do município, nomeado pelo interventor federal Rui Carneiro e permanece ao lado do mesmo no PSD durante todo o período democrático (e depois do Golpe Militar no MDB). É a partir de 1940 que a família Fernandes de Lima vai se constituindo econômica e politicamente enquanto uma família tradicional do município de Mamanguape. Vejamos o que o próprio José Fernandes de Lima disse a respeito de sua indicação ao cargo de prefeito como também de sua amizade com Rui Carneiro em entrevista concedida a Wellington Aguiar:

O nome Rui Carneiro ressoou aos meus ouvidos e brilhou em meus olhos, durante 44 anos, quase ininterruptos. (...) Conheci-o em janeiro de 1933, no Rio de Janeiro, quando ele desempenhava as funções de oficial de gabinete do ministro José Américo, titular da pasta de viação. Visitei-o. E observei a simplicidade e carinho com que recebeu o jovem coestadano. Comovi-me, pois inclusive me levou a própria residência, onde com sua dedicada esposa Alice me comularam de gentilezas que não esquecerei. Depois, em 1940, quando nomeado interventor federal, honrou-me com o convite de ser prefeito da minha terra. Iniciante na vida pública, moço com pouca experiência, foi o meu conselheiro e orientador nas decisões mais importantes. (MARIZ, 1993, p.62)

Já a família Lundgren, que funda a Fábrica de tecidos Rio Tinto em 1924, a quem os Fernandes de Lima começam a fazer oposição com a chegada em 1940, fazem parte do quadro partidário que apoiava Argemiro de Figueiredo, pois quando este esteve a frente do poder estatal de 1935 a 1940 – como governador eleito constitucionalmente em 1935 e

---

<sup>48</sup> Mamanguape possuía em 1950 uma população estimada em 84.118 habitantes, ficando atrás apenas de cidades como Campina Grande, João Pessoa, e seguida por Guarabira. Ou seja, Mamanguape era a terceira maior cidade da Paraíba, demograficamente falando. Dados coletados em Jean Blondel (1994[1957], anexo I, p.159).

nomeado interventor federal em 1937 –, nomeou a prefeito de Mamanguape o genro de Artur Lundgren, o senhor Eduardo de Alencar Ferreira.

Nas eleições de 1945, temos na cidade de Mamanguape clara maioria do PSD de Rui Carneiro. José Fernandes de Lima detinha até o momento o poder econômico por meio da Usina Monte Alegre, e o poder político local por meio da prefeitura do município. Naquele momento a expressividade política dos Lundgren estava em baixa devido ao crescimento dos Fernandes de Lima, o que se modificará de forma considerável na década de 1950.

José Fernandes de Lima por um determinado período de tempo morou, estudou e trabalhou no Rio de Janeiro<sup>49</sup>, a fim de angariar recursos intelectuais, políticos e econômicos, para que retornando a Paraíba, pudessem construir uma usina de açúcar, portanto em 1940 quando retornou à Paraíba, passou por um breve período de estadia em João Pessoa, mas sempre mantendo seus planos e pensamentos voltados a região do Mamanguape por causa de seus interesses econômicos, que transformariam em grande medida a história política/social/econômica do município. E acrescentaria à história local as disputas de poder a nível econômico e político entre grupos políticos divergentes, que desde 1917 haviam amenizado no vale do Mamanguape, pois a família Lundgren era até o momento a grande e única chefia de peso na política e na economia local. Ao chegarem a Mamanguape, conseguiram movimentar a economia da cidade e se desenvolverem industrialmente:

Os Lundgren, entretanto, estavam criando, com os seus planos industriais, riquezas novas nas terras abandonadas daquele município. E renascia Mamanguape, ao impulso de Rio Tinto, ela que estava fadada ao desaparecimento, mergulhada no passado, sem possibilidade de acompanhar a marcha progressista da Paraíba. Hoje, ao lado, surgia uma colmeia industrial, a duas léguas de distância – Rio Tinto, erguida em terras antes doentias, da antiga Aldeia da Preguiça, pela visão e pela força construtiva dos irmãos Lundgren. (GÓES, 1964, p.139).

Até o ano de 1940, o município de Mamanguape só possuía a fábrica de tecidos para aglomerar social e economicamente a população da região de todo o vale. Quando os Fernandes de Lima chegam a Mamanguape e montam a Usina Monte Alegre, ocorreu de certa forma um escoamento populacional para a nova opção empregatícia, pois surgia como mais uma oportunidade de emprego, fazendo com que a fábrica da família Lundgren deixasse de ser a única nesse sentido.

A intervenção de Rui Carneiro na esfera municipal mamanguapense, indicando José Fernandes a cargo de prefeito, não se deu apenas por afinidade política, nem pelo poder

---

<sup>49</sup> Não obtivemos a informação de que todos os irmãos Fernandes de Lima, também fizeram o mesmo.

econômico adquirido com a fundação da Usina Monte Alegre, mas por toda uma conjuntura social/política/econômica de uma soma de diversos fatores, que juntamente com as questões acima citadas, deu-se também por meio de desafetos políticos. A família Lundgren era base de apoio do grupo político liderado por Argemiro de Figueiredo, desafeto político de Rui Carneiro, como bom estrategista político que era, juntou, como se diz, o útil ao agradável e percebeu que não haveria naquele momento, pessoa mais indicada a ser nomeado para prefeito em todo o vale do Mamanguape do que a pessoa de José Fernandes. Rui Carneiro, com essa estratégia, tira da família Lundgren a unanimidade política, enfraquece a base política de Argemiro de Figueiredo na região, pois a hegemonia econômica, a família Fernandes de Lima, já tinha tirado da CTRT quando chegaram ao município em 1940.

Essa disputa de poderes, de ambos os lados, tomava espaços um do outro, permeavam a disputa de poder na política local. José Fernandes ao ser escolhido por Rui Carneiro para interventor municipal, não só ocupava o poder que nas duas décadas anteriores estava nas mãos da família Lundgren, como também possibilitou a manipulação e intermediação da esfera política à esfera econômica, entre prefeitura e usina, ambas nas mãos dos Fernandes de Lima durante toda a década de 1940, que só viria a mudar na década de 1950, quando os Lundgren conseguem retomar o poder político local.

Poderíamos então perceber a partir dos grupos políticos “postos à mesa”, que cada qual, encaminhando o seu “clã” político, fez a política mamanguapense ora convergindo e ora divergindo da política estadual, e conformando assim os meandros da política municipal e arregimentando a si, os líderes locais a se embrenharem na máquina política, aqueles que se candidataram ao cargo de vereador por exemplo.

Em 1951, Francisco Gerbasi é eleito vereador, Eduardo Ferreira de Alencar – genro de um dos donos da fábrica – prefeito de Mamanguape, José Fernandes se elege a deputado estadual, como também é eleito Hercílio A. F. Lundgren, neto de Artur Lundgren. Em 1955, Francisco Gerbasi é eleito prefeito de Mamanguape, e Eduardo Ferreira é eleito deputado estadual. E José Fernandes é reeleito na Assembleia Legislativa. Em 1959, Rio Tinto já havia se emancipado de Mamanguape, portanto as disputas políticas entre as famílias cessaram, e cada uma se concentrou em sua cidade. Em Mamanguape, retoma o poder municipal Manuel Fernandes de Lima, também dono da Usina Monte Alegre em sociedade com os irmãos Fernandes de Lima, e em Rio Tinto é eleito Arthur Lundgren, o dono da fábrica de tecido Rio Tinto<sup>50</sup>.

---

<sup>50</sup> Seu irmão Frederico João Lundgren havia falecido em 1946.

O que percebemos é que a política mamanguapense, por duas décadas, oscilou entre o que podemos chamar de grupos oligárquicos econômicos da região: na década de 40 esteve sob o domínio dos Fernandes de Lima e na década de 50 sob a família Lundgren, e que esse embate político encerrou-se apenas com a emancipação política da “cidade fábrica” Rio Tinto.

Percebendo as relações de poder como Monique Cittadino interpreta, encontramos um exemplo claro quando Jivago Correia Barbosa descreve que João Fernandes de Lima, quando na campanha para vice-governador de José Américo em 1950, foi o maior financiador da campanha (BARBOSA, 2011, p. 138), mas é importante frisar também que essa junção foi fruto do apoio de Rui Carneiro (PSD) a José Américo (PL), partidos que também formavam a Coligação Democrática Paraibana. Como também cabe lembrar que Rui Carneiro mantinha influência política e partidária com os Fernandes de Lima desde 1940, quando nomeou José Fernandes de Lima para prefeito de Mamanguape, assim que ele retornou à cidade por motivos de investimentos econômicos<sup>51</sup>.

Para Monique Cittadino, que corrobora das mesmas interpretações de Victor Nunes Leal, tais relações se dão por influências de amizade e compadrio, mas principalmente econômica:

(...) o fundamento do coronelismo era a estrutura agrária existente e, conseqüentemente, a exclusividade da posse da terra por poucos, o que determinava que a grande maioria da população fosse obrigada a sujeitar-se ao domínio político e econômico exercido pelo proprietário. (CITTADINO, 1998, p. 16)

Esse modelo descrito por Cittadino, baseado em Nunes Leal, não é encontrado apenas no sistema político coronelista, ele se faz híbrido, e se adapta a diversas formas de sistemas políticos, retirando deles o que mais lhe interessa. Não temos relatos que os Fernandes de Lima lidavam com seus trabalhadores rurais e operários nos moldes do coronelismo, mas o temos dos Lundgren, por exemplo, onde encontramos em várias obras a referência a mesma fala que é atribuída àqueles que trabalhavam para a CTRT: “que só o ar que se respira não pertence a fábrica” (FERNANDES, 1971)<sup>52</sup>, como também quando o próprio Frederico João Lundgren afirmou: “meus operários não precisam de sindicatos, pois eu sei de todas as necessidades deles, pois o sindicato sou eu” (VALE, 2008, p. 63). A forte presença da dominação se fazia presente em frases que para muitos não havia muito sentido quando

---

<sup>51</sup> Compra de engenhos na região do vale do Mamanguape, e a fundação da Usina Monte Alegre.

<sup>52</sup>Ver João Batista Fernandes em O extinto Rio Tinto escrito em 1971, e a partir dele outros vários autores reproduziram essa mesma ideia.

pronunciadas, o poder nem sempre é visível/perceptível, entretanto a uma troca de relações e deveres que devem ser seguidas.

Em relação aos irmãos Fernandes de Lima, Manoel Correia de Andrade nos relata que os donos da Usina Monte Alegre mantinham seu gado de leite para que o leite fosse distribuído gratuitamente entre os operários e trabalhadores rurais mais pobres e necessitados, como também mantinha uma cooperativa com os produtos que foram produzidos pelos trabalhadores nas terras dos engenhos, que eram propriedades da Usina Monte Alegre, onde eles poderiam comprar os alimentos de primeira necessidade mais baratos que na feira da cidade, ajudando-os a ter melhores condições de compra (ANDRADE, 1997[1957], p. 38).<sup>53</sup>

Tal prática clientelista realizada pela família Fernandes, pode ser interpretada como um meio utilizado a médio e longo prazo para se conquistar votos, principalmente porque eles não eram o único grupo político na região do vale do Mamanguape. Não se limitar a fazer estas distribuições nos anos eleitorais, demonstra a estratégia em incutir no imaginário da população local que tal prática constante e corriqueira, não era uma tática apenas em períodos eleitorais. Por meio desse processo de “troca de favores” e/ou “generosidade” (como queriam demonstrar) por parte de pessoas que tinham algum domínio econômico, visto que através desses pequenos meios se criava uma relação de dependência entre aqueles que recebiam esses agrados, criando assim laços que levavam a fazer o indivíduo mostrar-se grato àquele a quem tanto o ajudara.

Retornando à citação de Monique Cittadino ao referenciar o coronelismo segundo Victor Nunes Leal, percebemos o quanto a posse da terra se faz relevante à subsistência dos povos locais. Não temos mais o sistema político coronelista e nem os coronéis de outrora nas décadas de 1940 e 1950, mas o senhorio territorial latifundiário ainda é a máquina que move a política local. Ou por cabresto ou por agradecimento ainda se vota naquele que lhe dá a terra para trabalhar, que lhe dá o emprego na fábrica ou na usina como é o caso de Mamanguape.

No entanto, é importante lembrar que a Usina Monte Alegre, em números de empregados, era inferior aos da Fábrica de Tecidos Rio Tinto, e mesmo a duras penas, ora com mais ora com menos votos de diferença os Fernandes de Lima, nunca perderam para os Lundgren o cargo de deputado estadual. Mamanguape elegeu por três vezes, os dois candidatos, mesmo que em quantidade de votos os Lundgren vencessem.

Com o desenvolvimento da política através de práticas do sistema político coronelista e na troca de favores, vale salientar que esse processo se dá em construção com as relações

---

<sup>53</sup> Os Lundgren exerceriam práticas denominadas mandonistas, enquanto os Fernandes de Lima, clientelistas.

sociais, em um determinado espaço: tanto os Fernandes quanto os Lundgren buscavam por meio destas relações, suprir as necessidades do povo para que assim o sistema político girasse ao seu favor, envolvendo assim vários setores da sociedade.

(...) Os oito mil operários do estabelecimento constituem, praticamente, toda a população; suas casas modestas são bem mais confortáveis que a dos camponeses: uma comparação com Espírito Santo, por exemplo, não dá vantagem a este. Os únicos problemas de Rio Tinto são problemas operários e é o único lugar que isso acontece na Paraíba. (BLONDEL, 1994[1957], p. 48)

Não temos como dizer a quantidade de funcionários (trabalhadores rurais e operários da indústria de beneficiamento do açúcar, rapadura e cachaça) que a usina possuía, mas podemos afirmar que era um número bem inferior ao da fábrica de tecidos, pelo seu tamanho proporcionalmente menor. Portanto ao contrário da família Lundgren, que tinha que manter controle absoluto dos operários, pois isso garantia os votos para conseguirem se eleger, o Fernandes de Lima tinham que consegui-los em todos os distritos e vilas no vale do Mamanguape<sup>54</sup>.

O poder do chefe político local aparece ainda mais nitidamente quando se analisam os resultados detalhados de cada candidato ao posto de vereador, pois para muitos o sentido que remete as eleições, dentro de um quadro municipal se dá a partir de relações de amizade e paixões por um poder, uma ideologia definida a que obedece a um partido político, influenciando assim os meios políticos (BLONDEL, 1994 [1957], 116-117). Meras relações de poder e amizades são cenários políticos que se desenvolvem em pequenos e até mesmo nos grandes municípios, pois a troca de favores não se dá apenas entre candidatos e eleitores, esse sistema também ganha destaque entre os candidatos e seus partidos. Visto que as relações existentes na cidade de Mamanguape alternavam de forma dinâmica e com um sentido próprio, desenvolvido a partir de uma política local, que se manifestava em contrapartida com os meios a favores, emprego e renda econômica.

### **1.3 Resultados e embates eleitorais.**

No caso da formação político/partidária na Paraíba, esta não se fez diferente do que aconteceu a nível nacional. Rui Carneiro, que fora nomeado interventor por Getúlio Vargas em 1940, funda no estado paraibano o PSD que agrega os líderes políticos que tem afinidade

---

<sup>54</sup> A saber, eram estes: Jacaraú, Mataraca, Baía da Traição, Rio Tinto, Marcação, Itapororoca, Curral de Cima, Capim, Cuité de Mamanguape, Pedro Régis. Hoje todos emancipados do município de Mamanguape.

ao governo varguista, mas acima de tudo que tem afinidades políticas com o próprio Rui Carneiro.

Já a UDN, na Paraíba irá, ser fundada por José Américo – que viu sua chance de ser eleito presidente se esvaír com o golpe do Estado Novo em 1937, mas que fazia parte da base de apoio à tomada de poder do Estado Nacional por Getúlio Vargas em 1930, sendo nomeado por ele Ministro de Viação e Obras Públicas –, e Argemiro de Figueiredo – que fora nomeado Interventor Federal em 1937.

Com o estabelecimento do regime democrático em 1945, o eixo polarizador em torno do qual se estruturam dois dos grandes partidos nacionais foi o sistema de interventorias. Os políticos que se encontraram na liderança das interventorias formaram o PSD, os que haviam sido desalojados formaram a UDN. (SOUZA, 1990[1976], p.41)

Tal formação partidária na região do Vale do Mamanguape em 1945 concentrou-se nestes dois partidos, mas observando, porém, as afinidades estaduais. A família Lundgren que desde a década de 1930 já pertencia ao mesmo campo político de Argemiro de Figueiredo formaram a UDN local, os Fernandes de Lima que eram amigos políticos de Rui Carneiro desde 1940, constituíram municipalmente o PSD, que deu força e peso significativos fazendo enfraquecer o partido opositor, em escala municipal:

(...) Não é verdadeiramente fraca, senão na costa, em João Pessoa, Santa Rita e Mamanguape, por que estes são centros urbanos. Em Caiçara e Alagoa Grande, os chefes políticos sustentavam o PSD; estes dois últimos municípios são as verdadeiras exceções desta organização do partido. (BLONDEL, 1994[1957], p. 137)

Entre 1945 a 1950 a UDN, a nível estadual, tinha grande maioria significativa em relação ao PSD, o que não correspondia à realidade local em Mamanguape. Sobre o PSD, Blondel vai frisar que, em geral o partido “tinha importância nos municípios, onde a estrutura dos ‘chefes políticos’ era mal organizada. Onde há várias famílias em disputa, como, por exemplo, em Piancó, Taperoá, Monteiro, nenhuma delas é muito influente” (1994[1957], p. 142). Porém encontramos em Mamanguape uma possível exceção dessa característica do PSD citada pelo autor a nível estadual.

Além de ter apenas duas famílias influentes político/economicamente, o motivo do PSD ter sido superior a UDN na década de 1940 especialmente, não se dá ao fato da família opositora ser mal organizada, mas sim pelo fato da família que se organizava em torno do PSD ter chegado a Mamanguape como uma nova possibilidade de emprego, de meio de vida e de subsistência, e por, provavelmente, as práticas políticas serem diferenciadas, enquanto um



era conhecido como coronel Frederico Lundgren o outro era conhecido como industrial José Fernandes de Lima. E não surge em Mamanguape por ser simplesmente oposição à UDN, mas, principalmente, por já pertencer ao mesmo grupo político comandado por Rui Carneiro.

Mesmo sabendo que é complexo denominar, por exemplo, até que ponto tivemos uma democracia entre 1945 a 1964, vendo que candidatar-se, votar, eleger-se e governar são apenas alguns aspectos de uma democracia representativa, visando suprir interesses de alguns em determinados momentos, porém sozinhos não a definem. Principalmente se compreendermos a democracia como algo complexo<sup>55</sup> e de difícil efetivação numa sociedade de proporcionalidades e pluralidades inumeráveis (BOBBIO, 1986, 41-64)<sup>56</sup>.

Tal desenvolvimento da consciência política por meio do voto, principalmente da população do meio rural, nos confirma que tivemos minimamente o exercício necessário que se esperava em uma democracia, mesmo sabendo que a linha que separa uma sociedade democrática de uma sociedade oligarquicamente organizada é muito tênue e conflitante. Entretanto, apesar de todas as observações e exigências para se ter como regime de governo a democracia, sabemos que ela existiu, pois, em graus variados, se discutiu, se debateu e foram tomadas decisões em conjunto, em assembleias (CARVALHO, 2013, p. 87), mesmo que tais decisões não favorecessem, como ainda não favorecem, na maior parte das vezes, a grande massa populacional que não faz parte da elite política, econômica e intelectual. No entanto, podemos perceber que a “(...) democracia avança como cultura, ainda que aos trancos, de modo imperfeito, dando margem a que muita gente se valha dela para praticar atos antidemocráticos ou criar situações de ‘bagunça’ e ausência de decisões” (NOGUEIRA, 2008, p. 43), mas até isso faz parte do jogo democrático, pois a democracia em si, permite que tais práticas aconteçam.

Considerando a política local como base necessária para fazer-se compreender a formação dos grupos políticos a nível estadual, iniciamos nosso estudo sobre poder político local por meio dos resultados eleitorais entre o período democrático na cidade de

---

<sup>55</sup> Podemos perceber relativamente bem a complexidade democrática a partir de Norberto Bobbio: “A democracia moderna, nascida como democracia representativa em contraposição à democracia dos antigos, deveria ser caracterizada pela representação política, isto é, por uma forma de representação na qual o representante, sendo chamado a perseguir os interesses da nação, não pode estar sujeito a um mandato vinculado. O princípio sobre o qual se funda a representação política é a antítese exata do princípio sobre o qual se funda a representação dos interesses, no qual o representante, devendo perseguir os interesses particulares do representado, está sujeito a um mandato vinculado (típico do contrato de direito privado que prevê a revogação por excesso de mandato)” (Bobbio, 1997, p. 24). Uma das maiores complexidades numa democracia é a representatividade, pois ela quase nunca é fiel a quem representa.

<sup>56</sup> Para entender como pode funcionar a democracia numa sociedade plural e de grandes proporcionalidades ver Norberto Bobbio sobre democracia representativa e democracia direta em “O futuro da democracia”, 1997, p. 41-64.

Mamanguape. A princípio elaboramos cinco tabelas para percebermos a preferência municipal a cada candidato local a deputado estadual por cinco campanhas: 1950 (tabela 2); 1954 (tabela 3) e 1958 (tabela 4). As campanhas relativas a 1947 (tabela 1) e a de 1962 (tabela 5) serão analisadas apenas pela legenda partidária, pois não sabemos se o segundo candidato mais bem votado na região teve apoio da família Lundgren em oposição aos Fernandes de Lima, e ao que tudo indica, pela relevante diferença entre o primeiro e o segundo mais bem votados, a família não lançou e/ou não apoiou nenhum candidato.

Em 1947, como podemos ver abaixo na tabela (1), que a preferência foi pelo PSD, e o candidato desta legenda que obteve mais votos foi João Fernandes de Lima com 1.189, irmão de José Fernandes e um dos proprietários da Usina Monte Alegre. A UDN como vemos nesta tabela (1), e como verificaremos nas próximas, nunca foi a legenda escolhida majoritariamente pela população local. Nesta campanha perde, inclusive, para o PCB, com significativa diferença de votos. Podemos perceber um dado importante também, que o PSD era preferência da maioria populacional, mais não se fez hegemônico, pois a soma das demais preferências fragmentadas em quatro legendas lhe é superior.

<b>Eleição a Deputado Estadual em Mamanguape (1947)</b>	
<b>Partidos</b>	<b>Números de votos</b>
<b>PSD</b>	1.520
<b>PCB</b>	1.101
<b>UDN</b>	837
<b>PTB</b>	245
<b>PRP</b>	28

Tabela (1) elaborada a partir dos dados colhidos no site do TRE (<http://www.tre-pb.jus.br>).

No pleito de 1950 para deputado estadual, a CTRT lança de fato um candidato para enfrentar os Fernandes de Lima. Sai como candidato o neto do proprietário da Fábrica de Tecidos Hercílio Alencar Ferreira Lundgren, e a disputa tem resultado apertado pró José Fernandes.

<b>Eleição a Deputado Estadual em Mamanguape (1950)</b>			
<b>Partidos</b>	<b>PSD</b>	<b>PR</b>	<b>Outros partidos</b>
<b>Candidatos a deputado estadual</b>	José Fernandes de Lima	Hercílio A. F. Lundgren	Outros candidatos
<b>Nº de votos</b>	3.857 (48,08 %)	3.278 (40,86 %)	887 (11,06 %)

Tabela (2) elaborada a partir dos dados colhidos no site do TRE (<http://www.tre-pb.jus.br>).

Portanto, na campanha de 1950 percebemos que o resultado entre os dois candidatos são próximos, o que podemos dizer que a indicação dos dois para representantes na Assembleia Legislativa do Estado era a vontade geral da população, apenas 579 votos de diferença entre os dois principais candidatos.

Na campanha de 1954, encontramos uma diferença significativa entre os resultados referente as duas famílias. Hercílio A. F. Lundgren não se candidata mais, deixando a vaga para Eduardo de Alencar Ferreira, seu pai e genro de Artur Lundgren (proprietário da fábrica).

Assim como na campanha de 1950, a família não está filiada a legenda partidária da UDN, e que saindo do PR, se filia ao PTB em 1954, o que não significa que deixara de apoiar o grupo político liderado por Argemiro de Figueiredo<sup>57</sup>, pois tais partidos permaneciam coligados a UDN, corroborando assim a análise de Blondel feita em 1952 sobre a política paraibana.

(...) Quanto ao PTB atual agrupa deputados eleitos pelo Partido Republicano (PR), votos desviados de outros partidos (Caiçara, Piancó, Itaporanga e Patos), puramente rurais, a não ser em Mamanguape, onde a família de proprietários de terras possui a fábrica de tecidos e controla parcialmente os operários. (...) (BLONDEL, 1994[1957], p. 148)

Blondel destaca o quanto era importante o controle dos operários, mesmo que parcial, para que assim pudessem garantir a vitória nas eleições. Dentro dos muros da fábrica ainda imperava o voto de cabresto. Vejamos a tabela (3) abaixo:

<b>Eleição a Deputado Estadual em Mamanguape (1954)</b>			
<b>Partidos</b>	<b>PSD</b>	<b>PTB</b>	<b>Outros partidos</b>
<b>Candidatos a deputado estadual</b>	José Fernandes de Lima	Eduardo de Alencar Ferreira	Outros candidatos
<b>Nº de votos</b>	2.199 (33,23 %)	3.477 (52,55 %)	941 (14,22 %)

Tabela (3) elaborada a partir dos dados colhidos no site do TRE (<http://www.tre-pb.jus.br>).

Nesse pleito os dois candidatos são eleitos, mas o que era pequena a diferença pró José Fernandes de Lima em 1950, em 1954 se tornou uma diferença muito relevante numa quantidade de 1.278 votos pró Eduardo de Alencar Ferreira (ex-prefeito). E a população destinou um número maior de votos aos demais candidatos, temos um leve aumento de 3,16%. Se o PSD nunca fora hegemônico, apesar de obter a maioria dos votos, desta feita perdera a pouca maioria que conseguira.

<sup>57</sup> Argemiro de Figueiredo deixa a liderança da UDN, definitivamente, em fevereiro de 1958, por causa das incompatibilidades políticas de uma nova liderança dentro da UDN João Agripino, filiando-se ao PTB (CITTADINO, 1998, p. 61-63).

Na eleição de 1958 a diferença entre os dois candidatos preferidos na região do vale do Mamanguape diminui de forma acentuada. Vejamos na tabela (4) abaixo:

<b>Eleição a Deputado Estadual em Mamanguape (1958)</b>			
<b>Partidos</b>	<b>PSD</b>	<b>PSP</b>	<b>Outros partidos</b>
<b>Candidatos a deputado estadual</b>	José Fernandes de Lima	Eduardo de Alencar Ferreira	Outros candidatos
<b>Nº de votos</b>	2.305 (35,72 %)	2.650 (41,07 %)	1.498 (23,21 %)

Tabela (4) elaborada a partir dos dados colhidos no site do TRE (<http://www.tre-pb.jus.br>).

Com uma diferença mínima de 345 votos, ou seja, 5,35% dos votos válidos, Eduardo de Alencar Ferreira perdeu a grande maioria em Mamanguape em apenas quatro anos, ou seja, de uma campanha a outra, e os Fernandes de Lima aos poucos retomam a preferência no município. Percebemos também o aumento significativo de 11,06% em 1950 do voto populacional na região de Mamanguape nos demais candidatos para 23,21% em 1958. Podemos entender, observando as tabelas, que o candidato dos Lundgren não perdeu votos apenas para os Fernandes de Lima, mais para os demais candidatos também.

Já na campanha de 1962, Rio Tinto já possui sua emancipação oficializada e, desde 1959, tem eleições locais separadas do município de Mamanguape. Portanto, como os Fernandes de Lima passaram a ser a única família na disputa local, vamos fazer a análise desta tabela (5) por legenda partidária, não por nomes.

<b>Eleição a Deputado Estadual em Mamanguape (1962)</b>	
<b>Partidos</b>	<b>Números de Votos</b>
<b>PSD</b>	3.159
<b>PDC</b>	1.073
<b>PSB</b>	731
<b>UDN</b>	374
<b>PTB</b>	220
<b>PR</b>	15
<b>PL</b>	05

Tabela (5) elaborada a partir dos dados colhidos no site do TRE (<http://www.tre-pb.jus.br>)

Neste ano eleitoral percebemos que o PSD ganhou uma força muito grande, teve a maioria dos votos mesmo somando todos os outros destinados as demais legendas (2.418 votos). Percebemos também uma maior independência dos eleitores ao escolher seus candidatos. José Fernandes de Lima recebeu 2.812 votos, tornando-se, portanto, o candidato mais bem votado no vale do Mamanguape. Porém se somarmos o total de votos que a

população mamanguapense destinou aos demais candidatos estes são superiores aos destinados a José Fernandes, somando um total de 2.921 votos. Ou seja, podemos dizer que se votou livremente, e de certa maneira independente.

A saída dos Lundgren do cenário político no município de Mamanguape deixara neste ano de 1962, um vácuo que não fora preenchido em nível das candidaturas estaduais por nenhum outro candidato. Os que foram votados pela população foram candidatos avulsos, por exemplo, o segundo e o terceiro candidatos mais votados receberam respectivamente 468 e 262 votos e não eram candidatos ligados à região do vale do Mamanguape<sup>58</sup>.

Vamos analisar agora esse mesmo período eleitoral, focando nas eleições para o Legislativo e para o Executivo Municipal.

Essa preferência em escolher os candidatos para a Assembleia Legislativa Estadual em Mamanguape se refletia também na escolha do Legislativo e do Executivo Municipal. Para analisarmos este caso, elaboramos tabelas com todas as eleições municipais do período democrático e distribuímos da seguinte forma: 1947 (tabelas 6 e 6a); 1951 (tabelas 7 e 7a); 1955 (tabelas 8 e 8a); 1959 (tabelas 9 e 9a) e 1963 (tabelas 10 e 10a) para prefeito e vereadores respectivamente.

#### **Eleições para o Executivo Municipal (1947)**

<b>Partidos</b>	<b>PSD</b>	<b>UDN</b>
<b>Candidatos a prefeito</b>	José Fernandes de Lima	Orestes Toscano Lisboa
<b>Nº de Votos</b>	2.679 (51,75 %)	2.498 (48,25 %)

Tabela (6) elaborada a partir dos dados colhidos no site do TRE (<http://www.tre-pb.jus.br>).

Nas eleições de 1947 para prefeito, o candidato do PSD consegue se eleger, porém com uma margem de diferença muito apertada em termos eleitorais. Com apenas 181 votos a mais, José Fernandes de Lima vence o candidato pleiteado pela CTRT. Sobre essa eleição, em entrevista a Wellington Aguiar, José Fernandes relata que:

(...) resolvi me candidatar em 1947 à prefeitura de Mamanguape, que naquele tempo possuía os distritos de Baía da Traição, Mataraca, Jacaraú, Itapororoca e Rio Tinto. Enfrentei o candidato da Fábrica de tecidos de Rio Tinto, o advogado Orestes Lisboa (...). Meus adversários distribuíram dinheiro e cortes de fazenda, além de fiscalizarem severamente os eleitores, de seção em seção. Foi uma vitória difícil. (AGUIAR, In: MELLO et. al. 1993, p.60)

<sup>58</sup> O candidato que recebeu 468 votos foi Silvio Pélico Pôrto, e o que recebeu 262 foi Joacil de Brito Pereira ambos não possuíam ligações diretas com o município de Mamanguape.

Para o Legislativo Municipal também foi muito apertado o resultado que dividiu a câmara em duas bancadas distintas e antagônicas: PSD e UDN. Colocamos além do número de candidatos eleitos, também o número geral das candidaturas, para termos alguma noção de quantos estavam concorrendo às eleições e por quais partidos.

Nessa eleição de 1947, temos a inscrição em três partidos, mas apenas dois deles foram escolhidos pela população para representá-los no Legislativo Municipal, possivelmente influenciada pela escolha dos candidatos ao Executivo. Temos um total de 27 candidatos a vereador para concorrer as eleições municipais, teve-se como resultado eleitoral a vitória do PSD em número de vereadores eleitos, distribuídos da seguinte forma:

**Eleições para o Legislativo Municipal (1947)<sup>59</sup>**

<b>Partidos</b>	<b>PSD</b>	<b>UDN</b>	<b>PSB</b>
<b>Nº de candidatos por partido</b>	09	09	09
<b>Nº de Vereadores eleitos</b>	05 (55,56 %)	04 (44,44 %)	00

Tabela (6a) elaborada a partir dos dados colhidos no site do TRE (<http://www.tre-pb.jus.br>).

No mesmo pleito para o Executivo municipal, em relação aos vereadores eleitos de cada grupo, percebemos equação acirrada de resultados. Pois a divisão quase que igualitária manteve a UDN bem representada no Legislativo. Neutralizando até certo ponto, o resultado para o Executivo, tendo em vista que qualquer oscilação na Câmara poderia dificultar a administração pessedista.

Nas eleições municipais em 1951, os Fernandes de Lima indicam a candidatura de prefeito Fernando Florêncio de Carvalho pelo PSD, que perde o pleito para o candidato da Fábrica de Tecidos Eduardo de Alencar Ferreira. Constatando essa tomada de poder por parte dos Lundgren, corroboramos com a observação de Jean Blondel quando se referindo a Rio Tinto disse:

(...) Procura-se dominar a massa trabalhadora. Sob este aspecto ainda, Sta. Rita possui menos problema, porque não conta se não com 1.000 ou 1.500 trabalhadores: eles são deixados a se desenvolver mais livremente. Em Rio Tinto, ao contrário, é mais forte a pressão social exercida sobre eles, porque seu voto é decisivo. (BLONDEL, 1994[1957], p. 48)

E de fato o foi, pois os Fernandes de Lima perdem a liderança na política local, entregando, portanto, a liderança do Executivo e do Legislativo municipal para a família opositora.

---

<sup>59</sup> Cabe ressaltar que não houve candidato pelo PTB no município de Mamanguape nesta eleição de 1947.

### Eleições para o Executivo Municipal (1951)

Partidos	PSD	PTB
<b>Candidatos a prefeito</b>	Fernando Florêncio de Carvalho	Eduardo de Alencar Ferreira
<b>Nº de Votos</b>	3.462 (46,63 %)	3.962 (53,37 %)

Tabela (7) elaborada a partir dos dados colhidos no site do TRE (<http://www.tre-pb.jus.br>).

Seguindo com uma diferença relativamente mínima de 500 votos o candidato do PTB conquistou a administração municipal, mas conquistou a grande maioria das cadeiras no legislativo municipal, como percebemos na tabela abaixo. Verificamos também a ausência de candidatos a vereador pela UDN e no total de candidaturas temos o número de 28 vereadores em 1951. Não foi a cisão de José Américo com a UDN que provocou a ausência por completa de candidatos nesse partido nas eleições municipais de 1950, mas cisões locais como diz Blondel que “em outros lugares outras cisões locais diminuíram a força do partido. Assim, em Mamanguape, onde um ‘chefe político’ passou da UDN para o PR (Partido Republicano) e depois para o PTB” (1994[1957], p. 139). Salientamos apenas que, em 1950, o PR estava em coligação com a UDN, como nos mostrou Cittadino (1998).

O poder de um dos chefes da política local e a sua influência direta nos grupos políticos menores em detrimento do outro, aparece ainda mais nitidamente quando verificamos o número total de candidaturas ao cargo do Legislativo municipal. Percebemos quantos ao se candidatarem escolheram um e não outro partido, pois apoiavam uma e não a outra família.

### Eleições para o Legislativo Municipal (1951)

Partido	PTB	PSD	PSP
<b>Nº de candidatos por partido</b>	14	10	04
<b>Nº de Vereadores eleitos</b>	07 (77,78 %)	02 (22,22 %)	00

Tabela (7a) elaborada a partir dos dados colhidos no site do TRE (<http://www.tre-pb.jus.br>).

Esse resultado veio em contraponto com o resultado para prefeito de 1947. A administração do vale mamanguapense ficou por conta do PTB, tendo em vista que quase a totalidade das cadeiras da Câmara dos vereadores foram ocupadas por candidatos da sua legenda.

Essa queda do PSD em Mamanguape teve sua acentuação mais significativa nas eleições estaduais em 1954 e nas eleições municipais de 1955. Para prefeito concorreu Francisco Gerbasi pelo PTB, que elegeu sete dos nove vereadores que compunham a câmara municipal (e apenas dois do PSD). Gerbasi era um dos homens que trabalhava na CTRT ocupando cargo de confiança. E pelo PSD, concorreu a prefeito João Caetano Alves de Lima, que havia sido eleito a vice-prefeito em 1947 de José Fernandes de Lima.

### Eleições para o Executivo Municipal (1955)

Partidos	PSD	PTB
<b>Candidatos a prefeito</b>	João Caetano Alves de Lima	Francisco Gerbasi
<b>Nº de Votos</b>	2.802 (34,81 %)	5.247 (65,19 %)

Tabela (8) elaborada a partir dos dados colhidos no site do TRE (<http://www.tre-pb.jus.br>).

Assim vemos que o resultado de 1951 repetiu-se em 1954. Francisco Gerbasi (PTB) é eleito com grande maioria dos votos, sendo este ano dentre todos os que foram analisados foi o de maior aparência da derrocada pessedista no município, com 2.445 votos pró-PTB. Este mesmo resultado também pode ser visto na tabela dos vereadores eleitos nesse mesmo pleito, mas não com tão grande maioria:

### Eleições para o Legislativo Municipal (1955)

Partidos	PSD	PTB	PSP	PR
<b>Nº de candidatos por partido</b>	11	12	12	12
<b>Nº de Vereadores eleitos</b>	03 (33,33 %)	04(44,45 %)	00	02(22,22 %)

Tabela (8a) elaborada a partir dos dados colhidos no site do TRE (<http://www.tre-pb.jus.br>).

Para prefeito, por duas campanhas em 1951 e 1955, os Fernandes de Lima perdem a administração local para os proprietários da CTRT. Mas em nenhuma delas lança um dos irmãos a candidatos, apenas pessoas do mesmo grupo político pessedista. Apenas em 1959 é que Manoel Fernandes de Lima sai candidato a prefeito e ganha o pleito municipal. Entretanto é necessário atentar para um fato relevante: Rio Tinto já tinha sido emancipada, e se fechava naquele momento em sua própria política local. Naquele mesmo ano seria eleito para prefeito de Rio Tinto o proprietário da fábrica Artur Lundgren. Para tal fato podemos dizer que se tornava dono da cidade fábrica, tinha o controle público e privado territorial em Rio Tinto.

### Eleições para o Executivo Municipal (1959)

Partidos	PSD	PART <sup>60</sup>
<b>Candidatos a prefeito (1959)</b>	Manoel Fernandes de Lima	Adailton Coelho Costa
<b>Nº de Votos</b>	2.604 (69,68 %)	1.133 (30,32 %)

Tabela (9) elaborada a partir dos dados colhidos no site do TRE (<http://www.tre-pb.jus.br>).

Em 1959, os resultados foram outros. Com a saída dos Lundgren da política mamanguapense, Manoel Fernandes de Lima teve a maioria dos votos no pleito, com uma diferença relevante de 1.471 votos venceu a nova oposição que surgia. Dos 12 candidatos a vereador do PSD, 07 foram eleitos, e a oposição conseguiu apenas 02 das 09 cadeiras, número irrisório para conseguir se fazer uma oposição que tenha peso efetivo.

<sup>60</sup> Partido da Aliança Republicana Trabalhista.



### Eleições para o Legislativo Municipal (1959)

Partidos	PSD	PART
Nº de candidatos por partido	12	11
Nº de Vereadores eleitos (1959)	07 (77,78 %)	02 (22,22 %)

Tabela (9a) elaborada a partir dos dados colhidos no site do TRE (<http://www.tre-pb.jus.br>).

Em 1963, o PSD manteve o controle da prefeitura e maioria dos vereadores para o legislativo municipal. Só que a diferença novamente diminui obtendo um resultado que podemos considerar, de certa forma, simbólico. Com 218 votos a menos, o PR é derrotado:

### Eleições para o Executivo Municipal (1963)

Partidos	PSD	PR
Candidatos a prefeito	José Castor do Rêgo	Nemésio Batista de Albuquerque
Nº de Votos	1.499 (53,92 %)	1.281 (46,08 %)

Tabela (10) elaborada a partir dos dados colhidos no site do TRE (<http://www.tre-pb.jus.br>).

Podemos perceber que essa diferença simbólica, também se deu no legislativo municipal, e que qualquer ausência de vereadores do PSD tornaria as decisões a favor da administração municipal dificultosa.

### Eleições para o Legislativo Municipal (1963)

Partidos	PSD	PR
Nº de candidatos por partido	09	11
Nº de Vereadores eleitos (1963)	05 (55,56 %)	04 (44,44 %)

Tabela (10a) elaborada a partir dos dados colhidos no site do TRE (<http://www.tre-pb.jus.br>).

Ao observarmos os resultados, percebemos que as eleições desses anos, as quais dispomos em tabelas para melhor observação e análise, aconteceram com uma expressiva assiduidade, tendo em vista que a maioria dos resultados aconteceu com pouco mais de 50% de diferença. Porém, percebemos também que, em 1959, o candidato Fernandes de Lima mobilizou todo o eleitorado para assumir as rédeas da administração pública municipal, fato que não havia sido observado antes e nem voltará a acontecer nos pleitos seguintes à nossa análise.

Os resultados dos pleitos de 1947 a 1963 dão um panorama quantitativo das disputas pela prefeitura e câmara dos vereadores de Mamanguape. Apesar de abranger um período longo da história política paraibana, este trabalho não buscou esmiuçar o processo por completo, mas, sim, possibilitar uma visão por amostragem analítica que buscamos perceber em algumas situações como processo democrático aparentemente remodelou o cenário político da região analisada.

De antemão tentamos observar as seguintes questões: seria fato que sempre que um partido tinha atrelado a ele o nome Fernandes de Lima os resultados nas urnas são positivamente perceptíveis, tendo assim a influência do indivíduo construindo os resultados políticos? Ou mesmo que os Lundgren de Rio Tinto sempre buscaram representação partidária dentro da Câmara Municipal de Mamanguape? Estas foram apenas algumas questões que nos possibilitaram a análise das tabelas.

Tentamos perceber também, como se deu as disputas pelo poder local entre as duas famílias citadas, por meio dos resultados eleitorais. Não que eles vão nos responder tudo, mas vão nos indicar os grupos que se formaram em torno dos Fernandes de Lima e dos Lundgren e a proporcionalidade por meio dos votos nessa alternância do poder local.

O que observamos, a princípio, é que nenhum dos dois grupos (familiares) políticos foram de fato hegemônicos durante o período democrático na região do vale mamanguapense. Que a luta para manter e/ou conquistar o poder local não foi fácil. O que notamos também, por meio da quantidade dos votos que a população destinava a cada grupo, é que ela ora aprovava e ora reprovava a administração de cada um deles, fazendo com que eles revezassem o poder municipal.

O que podemos perceber nesta conjuntura político/partidária em Mamanguape é que a queda ou o crescimento de um ou de outro partido não estava sendo influenciada, pelo menos a princípio, pela política estadual, ou seja, não tinha nela o seu fio condutor principal, mas sim, por disputas internas no poder local do município. O que nos faz auferir que as disputas de poder local em Mamanguape, são, em certa medida, indiferentes num primeiro momento a política estadual. Quando em 1947, a família Lundgren lança candidatos em oposição tanto à prefeito quanto a deputado estadual, José Fernandes de Lima (PSD) se elege com maioria fazendo com que o candidato à prefeitura pela UDN fosse derrotado, diferindo do percentual geral do estado, em que a UDN vence com grande maioria, como nos mostrou Cittadino<sup>61</sup>.

Em relação ao pleito de 1951, quando no estado a maioria passa para a coligação democrática paraibana – constituída pelos partidos PSD, PL, PTB e PSB -, a UDN perde a maioria que havia conquistado em 1947, em Mamanguape, por exemplo, não temos candidatos pela UDN; o PSD disputa a prefeitura com o PTB e perde, fazendo nos remeter a política nacional onde Getúlio Vargas se candidata a presidência pelo PTB e é eleito. Porém, mesmo com pouca diferença de votos, o PSD ganhou para deputado estadual sobre o

---

<sup>61</sup> Para saber mais ver Cittadino, 1998, verificar as tabelas das páginas 33 a 36-40 a 42, onde ela demonstra por meio dos resultados eleitorais, onde o PSD foi maioria em detrimento da UDN em cada uma das cidades paraibanas, como também o inverso.

candidato da fábrica pelo PR (partido coligado à UDN). No entanto Mamanguape elege os dois candidatos que ocupam suas cadeiras na Assembleia Legislativa do Estado. Os Fernandes de Lima iniciam uma fase onde eles começaram a perder uma possível hegemonia do poder local.

Se analisarmos apenas pela legenda partidária, não vemos tanta diferença em relação a política estadual. No entanto, ao identificarmos quais são as famílias que compõem estas legendas e que estão disputando o poder local, essa distinção aumenta significativamente. Não que a relação entre as preferências municipais em nível de estado deixassem de existir, mas não eram elas que moviam os pleitos municipais, principalmente quando verificamos que tais grupos – Fernandes de Lima e Lundgren – disputavam não apenas o poder político local, mas também e com peso relevante, o poder econômico.

### **1.3.1 Comunistas na Cidade Fábrica.**

Em princípios da década de 1930 na Paraíba, a organização do Partido Comunista Brasileiro se faz de forma tímida e lenta, mas gradual. E têm-se primeiramente algumas células que darão origem a uma organização partidária mais consistente e atuante, tais como as que atuaram em Jaguaribe e na Torrelândia (hoje conhecida como bairro da Torre) na capital João Pessoa e outra na cidade de Santa Rita (SILVA, 2003, p.42). Na Paraíba o partido teve como um dos principais líderes o advogado João Santa Cruz.

Em meados de 1935, o governador Argemiro de Figueiredo criou a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS)<sup>62</sup>, que teve como principal função reconhecer e prevenir, como também instaurar inquéritos onde vigorasse o regulamento da legislação social e trabalhista que estivesse sofrendo investidas do comunismo (SILVA, 2003, p.66), ou seja, qualquer pessoa que estivesse propagando o credo comunista nas fábricas, indústrias e sindicatos, era, portanto, autuado como subversivo e seria imediatamente preso, acusado de atentar contra a ordem do Estado Nacional.

Depois do insucesso do levante comunista (25/26 de novembro de 1935) o partido comunista foi desarticulado na Paraíba, consequentemente às inúmeras prisões de seus líderes e filiados, e também durante a ditadura Vargasista. Apenas na década de 1940, é que ocorre uma nova reorganização de forças que fez com que o PCB retomasse o fôlego antes roubado pelo Estado Novo.

---

<sup>62</sup> Que inicia sua atuação de forma ilegal, pois apenas em novembro chega à ALPB o Projeto de Lei nº 65, de autoria de Otávio Amorim, criando a DOPS, mas a mesma estava atuando na estrutura administrativa do estado desde o mês anterior em que havia efetuado dezenas de prisões aos comunistas (SILVA, 2003, p.66).

Podemos perceber, portanto, que havia uma grave preocupação por parte do Estado, mas também da Igreja Católica acerca da inserção do comunismo no ambiente fabril na Paraíba, sempre tomando todas as medidas cabíveis para controlar e eliminar os ideais comunistas entre operários e trabalhadores do campo. E nisso, também não foi diferente aqui no município de Mamanguape, mas especificamente em seu distrito industrial que era Rio Tinto. Foi imediata à sua inauguração, a preocupação e a tomada de medidas necessárias na tentativa de cercear o desenvolvimento dos ideais partilhados pelo comunismo, o que nos faz auferir que desde aquele momento já poderia existir dentre os operários da fábrica o interesse por tal ideologia, e que os Lundgren nunca deixaram de estar vigilantes nesse sentido. É o que nos faz perceber Teatino Neto, (2013, p. 103) ao ressaltar que:

Esse empenho da elite católica em “educar” o operário da capital paraibana parece ter sido contínuo, pois o jornal *A Imprensa* de 12 de novembro de 1921 tece elogios à iniciativa do Dr. Mateus de Oliveira em promover uma série de conferências de orientação cristã para o operariado paraibano, no concernente às suas reivindicações sociais. Já em 09 de dezembro de 1924, a convite de Mário Viana, superintendente da Fábrica Rio Tinto, o Arcebispo paraibano acompanhou-se dos padres Gentil de Barros (vigário de Serraria) e Artur Costa (coadjutor de Mamanguape) em visita ao centro industrial dos Lundgren que havia sido inaugurado naquele ano. Cf. Jornal *A Imprensa*, 12 nov.1921 e 11 dez.1924.

Percebemos também que a preocupação da igreja não cessou, pois em dezembro 1933 se fez outra visita pastoral na Fábrica de Tecidos Rio Tinto, para pregar e educar contra os perigos do comunismo (TEATINO NETO, 2013, p.117), mesmo que o foco principal fosse as grandes cidades na Paraíba, não se deixou de visitar o município de Mamanguape, pois o complexo industrial, onde havia grande número de operários, era um centro propício a proliferação dos ideais comunistas, como de fato ocorreu, mesmo com toda perseguição, vigilância e orientação religiosa e educacional.

Posteriormente em 1937, é nomeada pela Secretária do Interior e Segurança Pública, na interventoria de Argemiro de Figueiredo, a “Comissão Nacional de Propaganda Contra o Comunismo”, que em Mamanguape tal comissão foi composta por Antonia de Oliveira (professora) e Renato Teixeira de Barros (?), para que assim pudesse ser realizada a devida orientação anticomunista nos estabelecimentos pré-estabelecidos – escolas, fábricas, sindicatos – e ao mesmo tempo fiscalizar onde poderiam se verificar atos considerados comunistas que deveriam ser combatidos e eliminados (Teatino Neto, 2013, p.245-247).

No município de Mamanguape, a primeira forma de organização operária foi estabelecida em 1932. O sindicato criado a partir de então, passou a funcionar mesmo em

contravenção com a CTRT. Embora a sede do sindicato se situasse em Mamanguape, os seus primeiros filiados eram do distrito de Rio Tinto, visto que estes operários foram privados de terem uma organização como esta, funcionando em seu próprio lugar social, uma vez que distrito e fábrica eram praticamente um só em sua totalidade. O proprietário da CTRT – Frederico Lundgren – não permitiu que tal ação acontecesse “pelas terras dele”, levando assim a cabo, uma perseguição feroz aos que descumprissem tal ordem e praticassem tamanha proeza. Posteriormente, organizou-se um grupo de operários “comunistas”<sup>63</sup> filiados ao PCB na Paraíba<sup>64</sup>, e que sendo ligados diretamente ao sindicato faziam os debates e palestras necessárias em prol do esclarecimento do operariado a se perceberem enquanto explorados pela CTRT e assim lutarem por seus direitos. Segundo Vale, podemos perceber que,

Da leitura da documentação do sindicato, observa-se objetivo da fábrica em neutralizar a ação sindical, bem como a prática corrente de repressão e de descumprimento das leis trabalhistas. À esse tempo a atuação dos comunistas desperta a vigilância da Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS, de Pernambuco. Em 1933, investigadores do DOPS, em operação de desarticulação de supostas atividades comunistas em Rio Tinto, João Pessoa, Recife e Campina Grande, apreendem documentação que comprovam a presença de comunistas e da atuação do Sindicato dos trabalhadores de Rio Tinto. (VALE, 2008, p. 69)

É muito interessante percebemos que apesar de toda vigilância e repressão a esse tipo e prática considerada subversiva pelo Estado, os operários conseguiam sempre os meios necessários de se articularem e promover uma organização própria para que assim conseguisse por meio de greves e reivindicações conquistar os direitos almejados pela classe. Perceber também que o movimento não era fechado nem isolado dentro da CTRT, o operariado conseguiam fazer as “brechas” necessárias para se articularem com o movimento na capital João Pessoa, e avançava para fora das fronteiras do estado, sofrendo influências pela célula do partido comunista em Recife, no vizinho estado de Pernambuco. E assim, conseguiam manter uma cadeia de interesses, decisões e argumentações em prol de um bem comum em torno da causa operária.

---

<sup>63</sup> Não temos informações suficientes para sabermos se a filiação no PCB foi antes da organização social, ou seja, se quando foi fundado o sindicato em Mamanguape, as ideias comunistas e a filiação já se faziam presentes, mas, é provável que sim.

<sup>64</sup> Para saber mais sobre o Partido Comunista Brasileiro na Paraíba ver o livro *Bandeiras Vermelhas: A presença dos comunistas na Paraíba (1900 a 1960)* de Waldir Porfírio; como também a tese de doutorado de Faustino Teatino Cavalcante Neto intitulada “*A AMEAÇA VERMELHA: O IMAGINÁRIO ANTICOMUNISTA NA PARAÍBA (1917-1937)*”, UFPE, 2013. Veja também: SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho. “O Partido Comunista Brasileiro na Paraíba: Luta de massas entre a democracia e o autoritarismo”. In. DANTAS, Eder.; NUNES, Paulo Giovanni Antonino.; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. (Orgs). *Golpe Civil-Militar e ditadura na Paraíba: História, memória e construção da cidadania*. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2014, pp. 62-77.

Os Relatórios da DOPS, em 1933, registram as ações operárias como patrocinadas e influenciadas pelos comunistas de Recife, João Pessoa e Campina Grande, que segundo o aparelho policial, divulgam na cidade-fábrica, as idéias do Partido Comunista. Conforme o relatório do *Investigador número 15* enviado de Recife à Paraíba, a organização operária em Rio Tinto, recebe influência do Partido Comunista, identificando o serralheiro da Fábrica, Luís Gomes, como secretário da célula do PCB na vila operária, além de um motorista e dois vigias. (VALE, 2008, p. 69, grifo do autor)

A atuação direta dos operários da CTRT dentro da organização partidária comunista paraibana nos faz auferir a importância que estas pessoas tiveram para a difusão dos ideais marxistas propagados pelo PCB, e que por meio deles e de forma discreta e eficiente, o diálogo era mantido entre as demais células do partido em outras cidades da Paraíba, como a exemplo de Campina Grande, mas também nos estados vizinhos, não apenas Pernambuco, como também no Rio Grande do Norte. Consideramos também um quantitativo relevante para o momento tenso que se vivia e a extrema vigilância dos Lundgren sobre seus operários, o número de filiados ao Partido Comunista na Cidade Fábrica, o que demonstra que tal movimento era bem articulado.

Em Relatório anterior, sobre a organização comunista em Campina Grande, há registro de que existem 116 filiados ao Partido Comunista em Rio Tinto. Novo Relatório, de 22 de maio desse mesmo ano, revela ordem de prender militantes comunistas, na capital, em Campina Grande, Santa Rita e Rio Tinto. (VALE, 2008, p.70)

Quando a Secretaria do Interior e de Segurança Pública apertou o cerco, e o estado se organiza mais intensamente a descobrir quem são os filiados do PCB e onde estão atuando, o movimento começa aos poucos a ser fragmentado. E tal medida repressora chega a CTRT, fez com que alguns membros fossem expostos e detidos, e com eles as devidas provas, para assim serem considerados de fato, elementos subversivos adeptos a uma doutrina extremista como o comunismo.

Detido Luiz Gomes da Silva, apreende-se em seu poder exemplar de '*O Manifesto Comunista*', com Manoel da Rocha Filho, documentos de atividades do sindicato dos operários de Rio Tinto. Nestes documentos comprova-se que o presidente da entidade é o operário Antônio Salles, que ao ser procurado pelo investigador, havia fugido de Rio Tinto. O investigador argumenta que a ação deve ter sido previamente conhecida em Rio Tinto, o que explica a ausência de mais provas documentais com os acusados, à exceção de documentos apreendidos em mãos de Luiz Gomes da Silva e Manoel da Rocha Filho. (VALE, 2008, p. 71)

A CTRT também aperta o cerco perseguindo os militantes e demitindo e/ou transferindo àqueles a quem se descobre participação na célula comunista, como também efetua a prisão dos dirigentes e operários que fazem parte da organização sindical entre os anos de 1932 e 1933. No período que o sindicato não funciona – 1934 a 1943 – os operários, porém, continuam a encontrar meios para realizarem suas reuniões e assim manter alguma organização em prol de reivindicarem seus direitos (VALE, 2008, p.72). Segundo o referido autor:

Convidaram Pereira para colher mangabas dentro da mata do Rio Vermelho, em Rio Tinto, num final de semana. Cumprindo o combinado, Antônio Pereira foi até o local acertado. Chegando lá, ele ficou cismado. Viu que o convite não era para colher mangabas, e sim para participar de uma reunião, à noite, à luz de velas, onde debatiam um meio de melhorar os salários dos operários e a participação do Brasil na guerra da Alemanha contra o resto do mundo. Pereira ouviu tudo e ficou surpreso, principalmente quando lhe pediram sigilo, por ser Figueiroa um comunista e dirigente máximo do movimento. (VALE, 2008, p.72)

Após todos esses anos de clandestinidade, sem poder ter uma sede sindical onde possam se reunir adequadamente em torno de debates e esclarecimentos somente em outubro de 1943, o Sindicato Têxtil de Rio Tinto retorna suas atividades, sendo recriado, como desdobramento da Consolidação das Leis do Trabalho, promulgada no governo de Getúlio Vargas. (VALE, 2008, p.73).

Na eleição municipal em 1947 o candidato da CTRT, o advogado Orestes Lisboa enfrentou o candidato da Usina Monte Alegre, e o resultado da eleição é muito apertado<sup>65</sup>, pois os operários filiados ao PCB em Rio Tinto apoiam o candidato da fábrica. José Fernandes de Lima em entrevista nos diz que: “(...) estranhamente [Orestes Lisboa] teve o apoio do Partido Comunista, chefiado na Paraíba pelo Dr. João Santa Cruz de Oliveira. Ganhei a eleição contra tais forças, inexplicavelmente aliadas, por 179 (sic) votos.” (AGUIAR, In: MELLO, 1993, p.60, grifo nosso).

Tal organização sindical e comunista em Rio Tinto justifica, portanto, o grande número de votos nas eleições de 1945 e o aumento dos sufrágios em 1947 ao Partido Comunista do Brasil (PCB). Observando a primeira tabela referente à eleição para senador e presidente em 1945, podemos perceber o número de votos direcionados ao partido em nove cidades paraibanas, onde o PCB recebeu o maior número deles. Percebemos a partir de nossas análises comparativas, que Mamanguape foi a terceira cidade onde o partido recebeu quantidade considerável de votos, o que nos faz auferir o quanto a célula comunista de Rio

---

<sup>65</sup> Apresentamos os dados no capítulo primeiro dessa dissertação.

Tinto estava bem organizada, ficando atrás apenas, das duas maiores cidades da Paraíba: João Pessoa e Campina Grande.

**Resultado eleitoral para Senador e Presidente em 1945 em nove municípios paraibanos  
(votos direcionados ao Partido Comunista Brasileiro-PCB)**

Municípios	1945 - Senador	1945 - Presidente
João Pessoa	7.525/2=3.762,5	2.575
Campina Grande	2.995/2=1.497,5	1.454
Mamanguape	1.471/2=735,5	671
Itabaiana	665/2=332,5	138
Santa Rita	411/2=205,5	156
Maguari	288/2=144	96
Bananeiras	286/2=143	70
Sapé	210/2=105	85
Guarabira	153/2=76,5	63

Tabela 11: Resultado eleitoral para senador e presidente em 1945. Fonte: TRE – PB.

Na votação para senador, cada eleitor escolhia dois representantes, por isso somamos e dividimos por dois, para podermos assim temos a quantidade de votos exatos que foram dirigidos ao partido nos nove municípios elencados. Notamos também que a quantidade de votos direcionados ao candidato a presidência pelo PCB foi inferior aos que foram destinados a senador, percebemos, portanto, que o consenso em torno do partido não era unânime por parte de todos os eleitores.

Ao analisarmos as duas tabelas referentes às eleições de 1945 e 1947, notamos um aumento considerável de votos dirigidos ao partido e dos quatro municípios onde houve tal aumento o que mais se destaca é o de Mamanguape com uma diferença de 336,5 votos<sup>66</sup>. Nas duas principais cidades paraibanas, João Pessoa e Campina Grande, houve uma diminuição considerável de votos: 1.658,5 e 562,5 respectivamente<sup>67</sup>. Ao vermos o aumento significativo dos votos dirigidos ao PCB no município de Mamanguape, e a diminuição desses votos nos municípios de João Pessoa e Campina Grande, podemos concluir que as manifestações em prol da organização operária no distrito/fábrica de Rio Tinto – apesar de toda perseguição que havia por parte da fábrica – era considerável. Os discursos, palestras e reuniões estavam de fato surtindo efeito.

<sup>66</sup> Santa Rita obteve um aumento de 195,5 votos, seguido de Guarabira com 27,5 votos e por último o município de Sapé com o aumento de 19 votos, quando comparadas as duas eleições.

<sup>67</sup> Verificamos também uma queda considerável de votos dirigidos ao partido comunista nos seguintes municípios: Itabaiana com 261,5 votos a menos; Maguari com 92 e Bananeiras com uma diminuição de 73 votos, ou seja, nesses municípios a número de votos caiu mais de 50%.



**Resultado eleitoral para Deputado Estadual em 1947 em nove municípios paraibanos  
(votos direcionados ao Partido Comunista Brasileiro-PCB)**

<b>Municípios</b>	<b>1947-Dep. Estadual</b>
<b>João Pessoa</b>	2.104
<b>Mamanguape</b>	1.101
<b>Campina Grande</b>	935
<b>Santa Rita</b>	400
<b>Sapé</b>	124
<b>Guarabira</b>	103
<b>Itabaiana</b>	71
<b>Bananeiras</b>	70
<b>Maguari</b>	52

Tabela 12: Resultado eleitoral para deputado estadual em 1947. Fonte: TRE – PB.

Do ponto vista sindical, houve uma greve realizada em 1946 e outra bem mais organizada em 1950, segundo Vale:

A mobilização operária, a partir de 1946, assinala novo momento em sua história. A ação dos comunistas, estrategicamente sustentada pela célula do partido em Rio Tinto, faz-se presente nas greves de 1946 e 1951. Ao discorrer sobre o contexto histórico, em que os comunistas atuam no meio sindical, Marco Aurélio Santana, enfatiza: O retorno de Vargas ao poder nas eleições de 1950 e a abertura sindical por ele promovida, conquanto limitada e lenta, vai garantir o retorno ou a legitimação das ações comunistas no espaço do sindicato. (VALE, 2008, p. 75-76)

Podemos concluir, portanto, que a expressiva votação que o PCB teve em Mamanguape nestas duas eleições – 1945/1947 –, votos vindos do distrito fábrica de Rio Tinto foram devidos à boa organização que os dirigentes locais do partido realizaram como forma de orientação trabalhista em prol da conscientização da própria condição de operários, mas que também esbarrava nos limites da opressão realizada pelo grupo Lundgren. Percebemos isso, ao verificarmos que os mesmos que votaram nos comunistas João Santa Cruz, Luís Carlos Prestes e Yêdo Fiuza, por exemplo, também votaram para prefeito no candidato da própria CTRT em 1947, Orestes Lisboa (UDN). Ou seja, quando a relação do voto designava em posições e cargos mais distantes da realidade local era mais fácil votar por uma certa ideologia partidária, mas quando a relação era local e direta, não teve como fugir do poderio dos patrões.

Outro ponto importante a se destacar, é que em fins da década de 1950, as Ligas Camponesas se fortaleceram no município de Mamanguape, por meio do apoio dos operários comunistas residentes na CTRT, e formaram um único grupo. No município a Liga Camponesa foi um imbricamento entre o urbano e o rural. É o que mostraremos no tópico seguinte com base nas fontes e textos que conseguimos encontrar.

## **2. RELAÇÕES POLÍTICAS E ADMINISTRATIVAS ENTRE A CIDADE MAMANGUAPE E O GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**

Como bem assinalou Monique Cittadino (1998), a junção político-partidária que originou a coligação entre Rui Carneiro (PSD) e José Américo de Almeida (PL), ocorreu por conta do rompimento entre Argemiro de Figueiredo e José Américo dentro da UDN, por estarem disputando a liderança partidária estadual desde as eleições municipais de 1947, e mais especificamente a eleição municipal em Campina Grande, onde ambos utilizaram-se daquela campanha como “termômetro” para medir quem se sobressairia na escolha da população campinense. O candidato de Argemiro de Figueiredo foi derrotado pelo candidato de José Américo, o que ocasionou a concretização do racha definitivo entre os dois dentro da UDN, pois a relação política de ambos já tinha sido abalada desde 1937, quando Argemiro de Figueiredo apoiou o golpe do Estado Novo dado por Getúlio Vargas, o que impossibilitou José Américo concorrer às eleições em 1938 para a presidência da República, a qual ele já tinha se lançado como candidato.

A decisão final viria em 1950 quando não houve consenso entre as partes, os embates não resultaram em um denominador comum e não houve conciliação sobre quem seria o candidato a governador para aquele sufrágio, isso fez com que José Américo rompesse com a UDN e fundasse na Paraíba o Partido Libertador (PL). Rui Carneiro que já havia apoiado o candidato de José Américo na eleição em Campina Grande ofereceu apoio integral à candidatura deste ao governo do estado em 1950, reformulando a antiga coligação<sup>68</sup> e transformando-a na Coligação Democrática Paraibana. A dissidência do PSD que não apoiava José Américo fundou o Partido Republicando (PR) que se aliando a UDN criou a Aliança Republicana. Mas essa dissidência não era tão significativa para fazer frente ao apoio de Rui Carneiro a José Américo, o que garantiu a derrota de Argemiro de Figueiredo, que não mais retornaria ao cargo do executivo estadual, como tanto quisera.

Esse rearranjo foi significativo para a política mamanguapense, pois foi escolhido como vice de José Américo a governança do estado João Fernandes de Lima (PSD), e essa nova posição dos Fernandes de Lima dentro do PSD na esfera estatal será significativamente importante durante todo o período de governo de José Américo, principalmente quando ele é nomeado por Vargas a Ministro de Viação e Obras Públicas por causa de um novo período de

---

<sup>68</sup> Coligação Democrática Campinense.

seca em 1952, José Américo retoma a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e com a chamada Indústria da Seca<sup>69</sup>.

Durante o período que analisamos temos a presença de quatro personagens que representam o município de Mamanguape na Assembleia Legislativa do Estado. São eles, João Fernandes de Lima, José Fernandes de Lima, Hercílio A. F. Lundgren e Eduardo de Alencar Ferreira. Os dois primeiros são os proprietários da Usina Monte Alegre juntamente com mais três irmãos – Carlos, Gustavo e Manoel –, e os dois últimos, neto e genro, respectivamente, do proprietário da CTRT, Artur Lundgren.

No de 1950, o PSD torna-se maioria em todo o estado da Paraíba (angariou 13,92% de diferença nos votos direcionados ao governo do estado), desbancando o poder político que a UDN tivera em 1947 (7,11% de diferença pró-candidato udenista), sendo eleito a governador Oswaldo Trigueiro. Na política municipal ocorre o inverso, quando contrariando a maioria estadual de 1947 que optou pela UDN, em Mamanguape a maioria dos votos se deu para o PSD tanto para o cargo de prefeito (maioria de 51,75%) quanto para os cargos de vereador (maioria de 52,36% dos votos direcionados aos candidatos pessedistas), deputado estadual (maioria de 31,86% contra o segundo mais votado com 16,13% vinculado ao PCB) e governador (diferença de 42,41%).

Já em 1950, mesmo que obtendo maioria, houve uma queda acentuada do PSD nos votos direcionados ao cargo de governador comparado ao ano de 1947 (a diferença caiu para 19,96%). Neste sufrágio a família Lundgren lança seu candidato de oposição para deputado estadual pelo PR, e apoia o candidato a governador pela UDN – Argemiro de Figueiredo. José Fernandes de Lima (PSD) vence com a maioria de 48,08% dos votos, mas sem deixar muito atrás o candidato opositor - Hercílio A. F. Lundgren - com 40,86% e que também foi eleito pela população mamanguapense.

Na campanha municipal de 1951, o candidato pelo PSD apoiado pelos Fernandes de Lima perde a administração municipal para o candidato da fábrica elegendo-se pelo PTB com 53,37% dos votos. Foi também grande maioria os votos direcionados aos candidatos ao cargo de vereador pelo PTB 62,96% contra 33,9% dos votos confiados ao PSD.

O que notoriamente percebemos é que enquanto os Fernandes de Lima alçavam voo na política estadual na primeira metade da década de 1950 – João Fernandes foi eleito vice-governador –, e quando José Américo assume o cargo de ministro, ele exerce interinamente o

---

<sup>69</sup> Segundo estudos publicados por Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (1993), o processo que ficou nacionalmente conhecido como Indústria da Seca, tem seu início no Segundo Reinado, e já era utilizado como meio de barganha política, que proporcionava o fortalecimento das práticas clientelistas.

cargo de governador (1953-1954); José Fernandes de Lima eleito a deputado estadual é nomeado por José Américo para a Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas entre 1951 a 1954 –, perdia a administração local para a família Lundgren e para o partido opositor, que naquele momento tentaria direcionar a política local para longe do poderio da família proprietária da Usina Monte Alegre. Neste capítulo analisaremos como se processou as disputas entre essas duas famílias que dividiram o poder político mamanguapense durante a década de 1950, como também as relações administrativas, com ênfase na relação da cidade de Mamanguape com o estado.

## **2.1 A atuação dos Fernandes de Lima no Governo de José Américo de Almeida**

O interesse de José Fernandes de Lima em angariar recursos que beneficiassem o município de Mamanguape tornou-se maior, principalmente, para reconquistar o eleitorado que perdera quando foi eleito para o executivo municipal em 1951 o genro de Artur Lundgren – Eduardo de Alencar Ferreira –, para José Fernandes era de fundamental importância retirar dos Lundgren a hegemonia do poder político local que havia sido restaurada naquele momento. E para os Lundgren ter a administração local novamente em mãos era poder estender seus “tentáculos” para além dos muros da Fábrica, assim como havia ocorrido até o final da década de 1930. Assim – como bem assinalou Eltern Campina Vale (2008) –, a ambição dos Lundgren de sempre deter o controle da administração municipal, por meio do cargo de prefeito, foi utilizado como espaço de poder, controle e dominação, principalmente quando eles conseguiram emancipar a Cidade Fábrica.

Portanto, prefeitura, até 1963, constituía enquanto espaço político de domínio dos Lundgren, isto ocorre do mesmo modo com a prefeitura de Mamanguape onde desde o final dos anos 1920, os Lundgren patrocinavam a eleição de prefeitos que comungassem com seus projetos políticos. Exemplo é que em 1926 um dos diretores da fábrica, Mário Vianna, exerce o cargo de prefeito de Mamanguape. (VALE, 2008, 164)

A época da eleição para governador do estado e da reafirmação da aliança entre Rui Carneiro (PSD) e José Américo (PL), João Fernandes de Lima exercia o cargo de deputado estadual e havia sido eleito presidente da Assembleia Legislativa do Estado pelo PSD (1949-1950) e, portanto, por influências político/econômica que a família Fernandes de Lima tinha com o chefe do partido, Rui Carneiro, desde 1940, foi o indicado por este para ser o candidato

a vice-governador de José Américo de Almeida, e segundo Barbosa, ele enquanto um dos proprietários da Usina Monte Alegre foi um dos principais financiadores da campanha<sup>70</sup>.

Ao se referir as elites agrárias da Primeira República Barbosa afirma que:

A família Fernandes de Lima tornou-se um típico exemplo dessa elite proprietária de terras, estendendo seus tentáculos por todo o vale do Mamanguape, dominando as maiores propriedades rurais, inserindo os seus patícios em importantes cargos públicos estaduais e municipais”. (BARBOSA, 2011, p.206)

Consideramos tanto os Fernandes de Lima quanto os Lundgren, como uma família que possuem algumas características dos grupos oligárquicos “típicos” da Primeira República, mas que não podem ser comparados iguais em sua totalidade, principalmente levando em consideração o período pesquisado com suas demandas e práticas políticas. No ano de 1950 foi eleito José Fernandes a deputado estadual e João Fernandes a vice-governador, a família Fernandes de Lima é derrotada significativamente em 1951 pelo candidato da família Lundgren<sup>71</sup> como também perdeu sete das nove cadeiras na Câmara Municipal como vimos na tabela (7a) analisada no primeiro capítulo.

Em relação a família Fernandes de Lima ser proprietária majoritariamente das terras no município de Mamanguape, é não levar em consideração o poderio da família Lundgren neste município desde 1917, a qual era dona de todo território de Rio Tinto e adjacências, e inclusive, de terrenos no centro da cidade, como é citado na ata da Câmara dos Vereadores realizada no dia 14 de outubro de 1956, sobre o terreno em que se construiu o Educandário Instituto Moderno, onde a CTRT designou doação parcial do terreno para a construção do prédio onde funcionava o educandário, ou seja, os Lundgren continuavam a serem os donos, só permitiram que fosse construído o prédio sem a necessidade de pagar indenizações, como também das terras que se localizava o povoado denominado Itapecirica.

Sabemos que os Fernandes de Lima constituíam parte de um importante grupo político na região do vale do Mamanguape e que integrava um grupo político maior e a nível estadual que era liderado por Rui Carneiro. No entanto, não eram eles que naquele momento comandavam o poder local naquele mandato – 1951 a 1954 – como no seguinte – 1955 a 1958 -, pelo menos não majoritariamente, hegemonicamente, pois a administração política

---

<sup>70</sup> O autor não informa onde conseguiu os dados que comprovem o que ele afirma sobre os financiamentos da campanha de José Américo a governo do estado, mas supomos que segundo a importância da Usina Monte Alegre na região do Vale do Mamanguape e a influência que José Fernandes tinha dentro do PSD (desde 1945) e junto a Rui Carneiro (desde 1940), no mínimo a família Fernandes de Lima foi uma importante financiadora da campanha.

<sup>71</sup> Como também é majoritariamente derrotada nas eleições municipais de 1955.

local se fez por meio do poderio dos Lundgren. Em Mamanguape até dezembro de 1956, quando o distrito de Rio Tinto foi emancipado, não havia “tentáculos” maiores ou equivalentes ao dos Lundgren.

Temos que ter uma coisa em mente ao analisarmos o jogo político/partidário, na política os benefícios que são angariados e/ou concedidos, não o são por questões de merecimento, mas por meio e por causa das relações de poder e influências que são construídas entre aqueles que partilham de interesses, no mínimo, equivalentes. Se fôssemos partir da análise de quem merece mais ou menos, os resultados nunca seriam satisfatórios, sempre alguém irá se sentir prejudicado em detrimento do favorecimento de outrem. O que cabe perguntar nesse momento é o grau de influência que tal pessoa comporta a ponto de mudar os rumos de uma decisão política, ou no caso de uma política pública? As relações políticas que tal pessoa possui foram definidoras o suficiente para que os investimentos saíssem daqui para lá ou de lá para cá? Se não tivermos o devido cuidado na análise que fazemos de uma conjuntura política, está sairá do campo científico/historiográfico e passará ao campo de juízo de valor, perderá seu caráter minimamente parcial, e se tornará mera subjetividade.

Mas a questão aqui não é saber se Mamanguape era merecedora ou não de receber tais investimentos, mas primeiramente perceber como as influências político/econômicas direcionaram as políticas públicas do governo do estado, como a construção dos canais para o abastecimento de água e construção de estradas para o município de Mamanguape, por meio dos acordos feitos com os irmãos Fernandes de Lima ligados a política estadual por meio de Rui Carneiro e do PSD, que segundo Barbosa, não foram merecidos, pois Mamanguape como uma cidade litorânea e localizada nas bacias hidrográficas dos rios Mamanguape e Camaratuba, não precisavam dos investimentos dos governos federal e estadual para sanar os problemas da falta de água (2011, p. 205). O autor nos faz entender que neste município não havia este tipo de problema quando cita os aspectos climáticos e geográficos da região. Mas o problema de Mamanguape era de infraestrutura, pois praticamente não se tinha o serviço de abastecimento de água. E enquanto na esfera estadual os Fernandes de Lima estavam exercendo tais relações de poder para tentar sanar os problemas do abastecimento de água em Mamanguape, na esfera municipal, quem estava no comando era a família de maior poderio econômico na região do vale do Mamanguape: os Lundgren.

Retornemos a algumas décadas, para verificar que esta prática de enviar verbas para auxiliar nos prejuízos da seca em Mamanguape, não ocorreu pela primeira vez na década de 1950. Tudo se inicia com o rastreio da quantidade de açudes no município. Sobre a açudagem, verificamos nos estudos de FERREIRA (1993, p.83-84), que em 1909, havia em

Mamanguape apenas 06 açudes, todos particulares. Como não havia nenhum açude que pertencesse ao poder público do Estado, a população se encontrava refém dos proprietários de terras, pois somente tais senhores, tinham o controle sobre tais reservatórios de água que abastecia todo o vale, nos períodos que a estiagem também atingia a faixa litorânea.

Abaixo encontramos o nome dos proprietários que receberam verbas diretamente da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) para construírem açudes em suas propriedades.

#### **Açudagem particular em Mamanguape (1909-1918)**

<b>Proprietário</b>	<b>Açude</b>
César C. Cartaxo	Itapiticaba
Antonio J. Rabelo	Olho d'água

Quadro 03: Fonte: FERREIRA, 1993, p.87.

A partir das informações que Ferreira demonstra em seus estudos, podemos chegar a conclusão que em Mamanguape, mesmo que não ocorresse secas tão castigantes ao povo como o era no sertão, mesmo assim recebia verbas da direção da IOCS, como prática de barganha política de acordos entre o grupo político que controlava a distribuição de renda no estado da Paraíba. É notório percebemos o quanto tal prática proporcionava a permanência das oligarquias no poder local do município, pois os mesmos controlavam não apenas a água a ser consumida pela população, mas também o voto (de cabresto), que apesar de não ser tão significativo, pois as fraudes eleitorais era o que determinava o candidato a ser eleito, mas gerava prestígio político/social na esfera local e estadual, o que mostrava como esses grupos oligarcas tinham os votos necessários para eleger o candidato que por ele fora apoiado.

A mesma prática de barganha, encontramos década depois em Mamanguape, mudam apenas os personagens políticos e alguns grupos. José Américo quando destina verba para um município litorâneo, deixando de lado municípios que estavam sofrendo as consequências terríveis da seca, alimenta o que conhecemos como indústria da seca, usa de seu posicionamento político, para barganhar prestígio com o grupo político local, os Fernandes de Lima, e por consequência tal família aumenta seu prestígio com a população local, que lhe será grata pelo tamanho benefício, direcionado a eles assim como foi prometido em campanha eleitoral.

A indústria da seca em Mamanguape funcionou para negociar e alimentar as práticas clientelistas, que davam sustentação ao grupo político local, que estava alinhado ao Governo

do Estado e ao Governo Federal. No tópico seguinte, nós veremos outra forma de barganhar apoio político ao grupo que esta no poder paraibano.

## **2.2 A Emancipação da Cidade Fábrica nos debates da ALPB e na Câmara Municipal de Mamanguape.**

No período de 1953, quando em Mamanguape o prefeito era o genro do proprietário da CTRT, Eduardo de Alencar Ferreira, e seu filho Hercílio A. F. Lundgren era quem ocupava uma cadeira na Assembleia Legislativa, ocorreu a primeira investida para emancipar a cidade fábrica e assim desmembrá-la de Mamanguape. Percebemos que este foi um objetivo constante dos proprietários, pelo qual se empenharam em duas legislaturas consecutivas.

A primeira tentativa de emancipar o distrito de Rio Tinto foi em fevereiro de 1953, quando o então deputado Hercílio A. F. Lundgren tentou incorporar ao projeto de lei que no momento criaria o município de Pedra de Fogo, adicionando a ele uma emenda visando criar o município de Rio Tinto. Mas que não pôde ter sido aceita tal emenda, por se tratar de algo irregular, ou seja, para se emancipar um distrito, este precisaria de um projeto de lei próprio e não a partir de uma emenda em projeto de lei para a criação de município alheio. No momento em que a presidência da Assembleia decidiu não aceitar a referida emenda baseando-se no regimento interno, manifestou-se contrário a esta decisão, o deputado Clóvis Bezerra, que defendeu a emenda e a criação do município de Rio Tinto<sup>72</sup>.

Na Câmara Municipal a maioria parlamentar era situacionista. Houve sessões de opinião, em que emitiriam uma moção em apoio ao referido desmembramento, e tudo isso ocorreu contra a opinião da bancada pessedista local que se negou a comparecer, pois esta pertencia ao mesmo grupo político dos Fernandes de Lima, que não apoiaram o desmembramento em nenhuma das duas investidas por motivos financeiros, pois a receita municipal tinha por meio da CTRT a maior arrecadação de impostos, e nenhum outro estabelecimento no município tinha o mesmo porte econômico da fábrica, portanto, perder aquele distrito industrial causaria uma verdadeira queda na arrecadação de impostos, e assim a fazenda municipal estaria comprometida.

Em uma das sessões realizadas na Câmara Municipal de Mamanguape, encontramos as seguintes informações sobre a referida emancipação da cidade fábrica:

---

<sup>72</sup>A emenda oferecida pelo deputado Hercílio Lundgren ao Projeto de Lei nº219/52, que cria o município de Pedra de Fogo, não foi a única. Anterior a ela, o deputado Luiz Bronzeado também havia oferecido uma emenda ao mesmo projeto pedindo a criação do município de Pilões, que era distrito de Serraria. Ambas as emendas foram rejeitadas. (Ata da ALPB, 1953, p.1-3)



(...) voltando a tribuna o vereador José Francisco de Souza, dissertou sobre o desmembramento de Rio Tinto, fazendo alusão a propaganda feita pela amplificadora daquela Vila que vem ferir os princípios da Lei 321, alegando ainda que batalhará contra o prefalado desmembramento de Rio Tinto; solicitou ainda medidas no sentido de modificar o sistema de propaganda daquela amplificadora. Aparteando o orador o vereador Francisco Gerbasi, explicou ao mesmo, que a amplificadora em questão não pertence aos poderes públicos e sim a particular, bem como sua divulgação. Leu ainda o Capítulo II da Lei 321, que dá direito a Rio Tinto, pleitear desmembrar-se do Município de Mamanguape. (Ata da Câmara Municipal, 1953, folha 38-verso)

Podemos perceber a partir das informações obtidas na ata da sessão do dia 10 de junho de 1953, que em Mamanguape já se procurava infundir a ideia do pretendido desmembramento, pois a partir do momento em que se propagou tal pretensão para que todos que se encontrem nas ruas da cidade possam ouvir e assim espalhar o que está sendo divulgado, vai se amadurecendo a ideia na própria população, mesmo na parte que não aceita e não concorda, de que o distrito de Rio Tinto, pretendia se emancipar e se livrar da tutela do município de Mamanguape, mesmo que não se tenha conseguido tal conquista naquele ano, mas o caminho para que ela acontecesse já estava sendo demarcado pela elite política e econômica da cidade fábrica, ou seja, seus proprietários e o grupo político que os apoiavam.

Entretanto, passam-se alguns meses para que se faça a segunda tentativa de desmembramento, e no dia 09 de setembro<sup>73</sup> o deputado Clóvis Bezerra apresentou o Projeto de Lei que visava a criação do município de Rio Tinto, e no dia 16 do referido mês<sup>74</sup>, o deputado solicitou para que fosse incluso no processo, os documentos necessários para tal medida por ele apresentado.

No mês seguinte, verificamos o seguinte fato na câmara municipal em Mamanguape:

(...) sessão extraordinária convocada pelo Sr. Prefeito deste município, para o fim especial o caso de desmembramento da parte do território deste mesmo Município com a criação do Município de Rio Tinto (...).(Ata da Câmara Municipal, 1953, Folha 59-verso).

Nesta ata foi transcrito por completo o ofício expedido dia 05 de outubro enviado pelo prefeito a respeito do desmembramento de Rio Tinto, coisa que não acontecia com os demais

---

<sup>73</sup> “Com a palavra o sr. Clóvis Bezerra encaminha à Mesa um Projeto de Lei que visa a criação do município de Rio Tinto, protestando que oportunamente juntará ao mesmo os documentos necessários.” (Ata da ALPB, 1953, p. 5034 p.5)

<sup>74</sup> “Pede a palavra o sr. Clóvis Bezerra, e, procedendo à leitura de documento que pleiteia a elevação da vila de Rio Tinto à categoria de cidade, solicita a inclusão do mesmo no processado relativo à criação do novo município existente na Casa.” (Ata da ALPB, 1953, p.3)

ofícios de outra natureza. No mesmo dia 05 foi expedido um ofício de convocação a todos os vereadores para a sessão extraordinária sobre o referido desmembramento para o dia 09 de outubro. E consta também um ofício de resposta do vereador José Francisco de Souza, líder da bancada pessedista, comunicando o não comparecimento por considerar totalmente ilegal tal convocação. Nesta sessão preparatória compareceram os seguintes vereadores: Miguel Fernandes Lisbôa (presidente); João Batista Fernandes (1º secretário); Wanildo Massa (2º secretário); Francisco Gerbasi e João Facundo Filho, todos da bancada situacionista.

Apesar da ausência da bancada opositora, não se deixou de realizar as sessões extraordinárias, mesmo sem o número legal, pois segundo a justificativa do presidente da Câmara, tais sessões não seriam deliberativas apenas consultivas, onde ao fim emitiriam um parecer com a conclusão resultada das opiniões expostas perante os membros em debate aberto, apenas em caráter de consulta sobre o tema do desmembramento.

Na sessão extraordinária realizada dia 12 de outubro, compareceram os mesmos vereadores da bancada situacionista, que argumentaram a favor da emancipação da cidade fábrica. O primeiro vereador a se manifestar sobre o assunto é Francisco Gerbasi, que antes de ocupar uma cadeira legislativa, trabalhava na parte administrativa da fábrica, e muito provavelmente foi eleito com os votos da população do distrito que ora pleiteava o desmembramento.

(...) fez alusões sobre o desmembramento do município e a emancipação do distrito de Rio Tinto, fazendo ver aos presentes que ali estava como representante do povo de Rio Tinto, na defesa da sua pretensão e não em defesa de interesses partidários nem políticos, acrescentando que o Rio Tinto preenche todas as exigências contidas na Lei 321 de 8 de janeiro de 1949, razão pela qual, nada mais junto do que se conceder a emancipação pleiteada, por ser um direito líquido e certo assegurado ao distrito do Rio Tinto. (...) (Ata da Câmara Municipal, 1953, folha 61-frente)

O vereador também manifestou o seu apoio ao projeto de lei do deputado Clóvis Bezerra. O orador seguinte foi o vereador João Facundo Filho, que primeiramente declarou solidariedade as palavras proferidas por seu companheiro de bancada Francisco Gerbasi. E completou sua fala ao dizer que:

(...) em dias deste mês, teve a oportunidade de visitar diversos distritos deste município, onde teve o ensejo de ouvir a opinião de diversos habitantes dos distritos percorridos, todos na sua maneira, manifestando-se favorável a criação do município de Rio Tinto. (...) (Ata da Câmara Municipal, 1953, folha 61-verso)

E depois de algumas considerações sobre casos de perseguições políticas por parte de José Fernandes de Lima “(...) chegou a conclusão de que a campanha movida pelos inimigos do Rio Tinto contra o seu desmembramento nada mais era do que o interesse do snr. José Fernandes de trazer sob seu domínio os seus eleitores ali residentes (Ata da Câmara Municipal, 1953, Folha 62-verso.).” E assim se manifestaram os demais vereadores presentes a favor do desmembramento por considerá-lo justo, apoiando o projeto de lei em questão e se solidarizando com as palavras dos vereadores que discursaram antes deles. Apresenta-se, portanto, o Projeto de Clóvis Bezerra e com a assinatura de vinte deputados. A resolução é aprovada pelos cinco vereadores e dispensada de segunda discussão e encaminhada a Assembleia Legislativa do Estado cópia autêntica da referida Resolução, para fins de direito.

Enquanto todo esse debate estava acontecendo em caráter, digamos preparatório, na Câmara Municipal em Mamanguape, na Assembleia Legislativa, os ânimos estavam prestes a se aflorar em torno de tal projeto sobre o referido desmembramento. Após essa sessão na Câmara Municipal de Mamanguape, encontramos a seguinte declaração do deputado Clóvis Bezerra que:

(...) lê um telegrama que lhe fora endereçado por habitantes da vila de Rio Tinto, do município de Mamanguape, neste Estado, no qual se pede que o discursante promova o rápido andamento do Projeto de Lei que cria o município de Rio Tinto. (...) <sup>75</sup>. (Ata da ALPB, 1953, p.8)

O mês de novembro foi tumultuado na Assembleia Legislativa. Na sessão do dia 09 de novembro é pedida a inclusão para a Ordem do Dia do Projeto de Lei 109/53 que cria o município de Rio Tinto na sessão seguinte, que se realizou no de 10 do referido mês, onde se realizou um longo debate sobre a criação do município, que obteve aprovação em primeira discussão por votação nominal, em que se obteve um resultado de 19 a 15 votos. Na sessão seguinte dia 11 de novembro, o projeto estava sendo discutido pela segunda vez, mas houve grande tumulto e a sessão foi encerrada por motivo de desordem e afloramento dos ânimos dos senhores deputados. Na sessão do dia 13 de novembro quando se retomou a discussão do projeto, o deputado Luiz Bronzeado, pede que se registre em ata que mais uma vez, a bancada da Coligação Democrática retirou-se do recinto, obstruindo assim a votação da matéria em pauta, como havia feito na sessão do dia 11.

No dia 16 de novembro, o projeto enfim, consegue ser aprovado em segunda discussão, como também foi aprovado o requerimento do deputado Clóvis Bezerra que solicitou

---

<sup>75</sup> Nesta sessão retornou da licença que havia se iniciado em 1º de abril deste mesmo ano (1953) o deputado Hercílio A. F. Lundgren, para tratamento de saúde fora do Brasil. (Ata da ALPB, 1953, p.3)

dispensa de terceira discussão para o referido projeto. Na sessão seguinte lê um telegrama que recebeu de Rio Tinto, que agradecia o esforço do mesmo, e dos membros da bancada das “oposições unidas” em prol de sua emancipação. Na sessão do dia 18, lê outro telegrama enviado de Rio Tinto, firmado por várias pessoas de destaque daquela localidade, em mesmo sentido.

O veto do referido projeto chega ao final do mês de novembro, na sessão do dia 30, enviado pelo governador interino João Fernandes de Lima. E em dezembro de 1953, dá-se por encerrado todo o processo, que emanciparia a cidade fábrica, e que por essa ocasião não logrou êxito<sup>76</sup>. É aprovado um requerimento do deputado Humberto Lucena e outros, pedindo urgência para apreciação do veto governamental, dado ao Projeto de Lei que cria o município e comarca de Rio Tinto. E desta vez quem se retira do recinto para não ser apreciado o veto é a bancada oposicionista a Coligação Democrática, para que por falta de “quórum” a matéria não fosse votada.

O sr. Fernando Milanês, da tribuna estranha a retirada dos parlamentares das oposições coligadas que vivem acusando a bancada governista de sucessivas retiradas. Ocupa a tribuna, a seguir, o sr. Jacob Frantz e faz um longo discurso a respeito da conduta do Governo na questão do veto ao Projeto que cria o município de Rio Tinto. Diz o orador que é deveras surpreendente a atitude governamental. O Governo que sanciona a criação de municípios como os de Aroeiras, Pilões, Malta, Alagoinha, Pirpirituba e outros de menores possibilidades, não pode, sem cometer grave erro e injustiça, deixar de sancionar a criação de um município como o de Rio Tinto, um dos distritos de maior importância comercial e industrial do Estado. Acha que o veto representa um capricho pessoal do Governador contra o importante e progressista distrito de Rio Tinto. Finaliza, fazendo um apelo à sua bancada para que esteja presente na próxima reunião, afim de enfrentar com sobrançeria o resultado da votação. (Ata da ALPB, 1953, p.4-6)

Em Deusdedit Leitão<sup>77</sup> encontramos a seguinte menção sobre o projeto que emanciparia Rio Tinto e o veto do vice-governador em exercício:

Os projetos de criação dos municípios de Rio Tinto e Remígio, de autoria respectivamente, dos deputados Clóvis Bezerra Cavalcanti e Luís de Araújo Bronzeado [ambos da UDN], apesar de aprovados por expressiva votação, foram vetados pelo Vice-Governador, em exercício, João Fernandes de Lima. Os motivos alegados nos vetos não escondiam as razões de ordem política que determinaram a medida governamental, o que gerou acalorados protestos dos autores dos projetos e de seus companheiros da bancada udenista. (MARIZ, 1987, p.121, grifo nosso)

---

<sup>76</sup> Na sessão do dia 09 de dezembro de 1953, o deputado Hercílio Lundgren, solicita uma vez mais a prorrogação de sua licença.

<sup>77</sup> Deusdedit Leitão ampliou e revisou em 1987 o livro escrito por Celso Mariz em 1946, sobre a Assembleia Legislativa da Paraíba.

Nas sessões seguintes, realizadas dia 10<sup>78</sup> e 11 de dezembro, a bancada oposicionista ao governo, e que havia votado a favor da criação do município de Rio Tinto, permaneceu ausente, se fazendo presente apenas na sessão do dia 14 de dezembro, onde finalmente ocorreu a votação em caráter secreto do referido veto que já havia sido aprovado pela Comissão de Justiça, e que teve como resultado a sua manutenção. Não seria dessa vez que os Lundgren sairiam vitoriosos em seu pleito de emancipar a cidade fábrica.

Após a votação encontramos as seguintes declarações:

Os srs. Jacob Frantz e Fernando Milanês ocuparam a tribuna para fazer uma declaração de voto; o primeiro sustentando a proposição e consequentemente contrário as razões invocadas pelo Governo para opor o seu veto, e o último sustentando ponto de vista contrário e demonstrando a coerência da atitude assumida pela sua bancada, que era a de consonância com os argumentos expendidos ao tempo de tramitação do Projeto de Lei em causa pela Assembleia. (Ata da ALPB, 1953, p.4)

No ano de 1956, com o Projeto de Lei encaminhado pelo genro de Frederico Lundgren, o deputado Eduardo de Alencar Ferreira, faz a terceira e última investida, para emancipar enfim, a cidade fábrica.

Segundo Deusdedit Leitão,

Na segunda reunião legislativa os deputados voltaram a se interessar pela criação de novos municípios, com acalorados debates em plenário na tentativa de manter as disposições da Lei de Organização Municipal então em vigor. Foram aprovadas as proposições referentes à criação dos seguintes municípios: Rio Tinto, pela Lei nº 1.622, de 6 de dezembro de 1956 – projeto do Deputado Eduardo de Alencar Ferreira (...) (MARIZ, 1987, p.128)

A princípio, parece-nos que os Lundgren só queriam o poder local (a prefeitura, por exemplo) para a fábrica ter a isenção dos impostos municipais e o domínio da política local, pois os impostos estaduais a companhia já tinha garantido por 25 anos (1924-1949) e assim conseguir um maior lucro, pois até 1950 a família não lança candidatos a nível estadual, apenas concede apoio.

Conseguimos chegar a essa conclusão a partir de uma entrevista concedida por José Fernandes de Lima a Wellington Aguiar que trás o seguinte teor:

---

<sup>78</sup> O sr. Jacob Frantz à tribuna sugere à Casa que seja adiada a discussão do Veto para a Próxima segunda-feira, dando lugar assim a entendimentos entre as bancadas, votando-se desde logo a matéria restante da Ordem do Dia. O sr. Fernando Milanês, discorda do ponto de vista do seu colega, alegando que a proposição se acha em regime de urgência e do seu adiamento não pode ocorrer sem grave precedente para o ordenamento dos trabalhos. (Ata da ALPB, 1953, p.5)

“Tomei posse da Prefeitura e intentei uma ação executiva fiscal contra a Fábrica Rio Tinto, que alegava isenção tributária referente a impostos devidos. Perdendo na primeira instância, recorri ao Tribunal, que deu ganho de causa à Prefeitura, unanimemente. Envolvendo matéria constitucional, o feito foi parar no Supremo Tribunal de onde também saímos vitoriosos, contra apenas um voto. Na fase executória, consegui penhorar a propriedade Itapicirica, do patrimônio da citada empresa, que seria leiloadada para pagamento do débito fiscal reconhecido pelo Supremo. Ante a alternativa de pagar a dívida ou ver ir a leilão a propriedade, a Fábrica Rio Tinto resolveu quitar o débito, que na época representava a importância de Cr\$ 743.000,00 (setecentos e quarenta e três mil cruzeiros), imposto correspondente apenas ao ano de 1948. Com parte desse dinheiro, a prefeitura adquiriu quatro motores a óleo diesel com os respectivos geradores elétricos, e instalou-os em quatro dos cinco distritos integrantes do município de Mamanguape: Mataraca, Baía da Traição, Jacaraú e Itapororoca. A repercussão da medida foi muito grande, a chegada da luz elétrica viu-se saudada com enorme alegria pelo povo dos distritos beneficiados (hoje são municípios).” (AGUIAR, In: MELLO et. al. 1993, p. 60).

Podemos perceber a partir do tipo compra realizada com parte do imposto referente a apenas um ano, que o valor era consideravelmente alto, e que, portanto, os Lundgren tinham o elevado imposto cobrado como um dos motivos para querer emancipar a cidade fábrica.

Com a chegada da família Fernandes de Lima a Mamanguape em 1940, um grupo econômico relativamente forte, se comparado aos proprietários da CTRT, para disputar o poder político/econômico, os Lundgren começaram a investir nas candidaturas a deputado estadual (Hercílio Lundgren em 1950; Eduardo de Alencar em 1954 e em 1958), até conseguirem a emancipação da cidade fábrica que o conseguem em dezembro de 1956, o que muitos acreditaram que seria mais uma decadência econômica para Mamanguape, como o próprio João Batista Fernandes (1976) nos aponta, e uma ascensão econômica ainda maior para Rio Tinto. E não foi muito bem o que aconteceu, pois sabemos que na década de 1960 a fábrica começa a vender parte de suas terras para angariar investimento para a fábrica, que já estava financeiramente comprometida, e a emancipação da vila operária em cidade não impediu que a CTRT começasse a entrar em crise econômica ainda na década de 1960.

E Mamanguape, mesmo sem os recursos vindos dos impostos da fábrica, conseguiu trazer a energia elétrica de Paulo Afonso, em 1957, para o município, feito atribuído ao então prefeito Francisco Gerbasi (que tinha sido eleito em 1955 com o apoio integral da CTRT), e que segundo João Batista Fernandes (1976), sem o apoio de nenhum político importante da região, citava assim indiretamente os Fernandes de Lima e os Lundgren.

A primeira menção que temos sobre a emancipação de Rio Tinto é na Câmara Municipal, na sessão realizada em 13 de julho de 1956, quando o vereador José de Oliveira Ramos (PTB) se pronuncia a respeito do projeto nº 55/56 que tramita na Assembleia

Legislativa, o mesmo ler uma mensagem que esclarece vários pontos de vista e considerações sobre tal desmembramento, fazendo uma completa explanação sobre a Lei 321, que é a lei orgânica que rege os municípios e especifica em que condições um município pode ser desmembrado, tal mensagem encaminhada ao legislativo estadual recebeu o apoio integral de todas as representações partidárias (PTB, PR, PSD) que compunham a câmara naquela referida legislatura (Ata da Câmara Municipal, 1956, folha 92 verso).

Exatamente um mês depois na sessão realizada no dia 13 de agosto, o vereador José Francisco de Souza (PSD) leu em plenário o Projeto de Lei encaminhado pela Assembleia do Estado apresentado pelo deputado Eduardo de Alencar Ferreira (PTB) que cria o município de Rio Tinto desmembrando-o de Mamanguape (folha 100, verso). Não houve o registro das discussões que ocorreram após a leitura do projeto de emancipação.

Na sessão realizada no dia 17 de agosto Assembleia Legislativa do Estado o deputado José Fernandes de Lima (PSD) declara em plenário que apresentou à consideração da Casa no mês de julho do corrente ano, um projeto de lei que visava a restauração do antigo município de Baía da Traição, alegando que “o fizera na convicção de que sua proposição tem apoio nas normas constitucionais vigentes e nas leis que disciplinam a matéria”(Ata da ALPB, 1956, folha 02). Porém o motivo que tivera o deputado a fazer tais declarações era bem mais abrangente e intencional, mesmo que não fosse explícito como muitas vezes esperamos. José Fernandes diz que ao deter-se numa análise mais acurada chegou a conclusão de que a apresentação de qualquer proposição nesse sentido se reveste de inconstitucionalidade, e enumerou os dispositivos legais que regem a matéria, e após requerer a retirada da proposição de sua autoria disse também que no futuro obedecendo o prazo quinquenal, durante o qual a lei proíbe a criação de qualquer comarca, renovará o projeto de restituição municipal a fim de satisfazer a velha aspiração dos habitantes da Baía da Traição. E antes de deixar a tribuna o deputado faz um apelo, que nos faz perceber nas entrelinhas de seu discurso a sua reprovação pelo projeto que emancipa Rio Tinto. José Fernandes apela aos seus pares no sentido de imitarem o seu gesto quanto as proposições que encaminharam à Secretária do Legislativo, porque diz ele “somente assim demonstrarão o respeito e o acatamento às normas que juraram defender” (Ata da ALPB, 1956, folha 02).

Continuando a tramitação do projeto e a referência deste na Câmara Municipal de Mamanguape, e até a presente data não há menção nos registros das atas da Assembleia Legislativa do Estado. Na sessão realizada em 20 de agosto, o vereador José Francisco de Souza leu em plenário um requerimento, enviado pelo Legislativo Estadual, que consulta seus pares sobre o desmembramento dos distritos de Rio Tinto e Baía da Traição do Município de

Mamanguape, projetos que transitam pela Assembleia do Estado de autoria de Eduardo de Alencar Ferreira e José Fernandes de Lima, e o referido orador arremata dizendo: “Projetos esses que são inconstitucionais, de acordo com o que estabelece a Constituição da República no seu art. 124, inciso I e a lei 321, lei orgânica que rege a espécie” (Ata da ALPB, 1956, folha 02, verso).

Na sessão realizada no dia 20 de setembro no Legislativo Estadual o deputado Eduardo de Alencar Ferreira encaminhou à Mesa um requerimento solicitando o envio do Projeto de lei que cria o município de Rio Tinto a Comissão de Negócios Municipais. Eduardo Ferreira – genro de Artur Lundgren – quem criou tal projeto, e que não deixa a menor dúvida, movido por interesses político/econômico familiar, como especificou Vale a respeito da emancipação.

O projeto de criação do município de Rio Tinto é de autoria do Deputado Eduardo Ferreira, parente em primeiro grau dos Lundgren. Propósito da emancipação: atender aos objetivos da fábrica, de projetos pertinentes e esferas de poder como Prefeitura e Comarca. Os objetivos de tornar Rio Tinto cidade datam da época de construção da Fábrica, como informa Raul de Góes: **Não seria, apenas, uma fábrica, mas uma arriscada experiência social, pois que, no plano, já estava prevista a futura cidade: da fábrica, a vila; da vila, a cidade.** (VALE, 2008, 162, grifo do autor)

E mesmo que desde 1924, não se tivesse intentado a emancipação distrital, fato que justifica é que a família até aquele momento não precisou disputar o poder municipal com alguma família que enfrentasse o poder da fábrica, até os Fernandes de Lima retornaram a cidade os Lundgren tinham o controle do poder executivo municipal. A partir do momento que aparece quem disputasse tal poder, torna-se urgente e necessária a emancipação da cidade fábrica, para que assim a proprietária da CTRT retornasse o poder local sem ter que disputar com nenhuma família influente o suficiente capaz de tomar-lhes o poder.

Portanto, no dia 27 de setembro continua os debates sobre o desmembramento de Rio Tinto na Câmara Municipal e congratulam-se com o prefeito Francisco Gerbasi pela integridade com a qual o mesmo defendeu a cidade de Mamanguape quando ele se pronunciou sobre tal desmembramento na Rádio Tabajara em um programa que havia sido recentemente criado naquela emissora de rádio “A Voz dos Municípios”.

Na sessão realizada no dia 05 de outubro no Legislativo Estadual o deputado Clóvis Bezerra num breve discurso, interpreta textos do Regimento Interno da Assembleia, referentes ao encaminhamento de pedidos de informações a pessoas estranhas ao Legislativo, pelas Comissões Técnicas. Alude o orador ao que ocorreu nas Comissões de Justiça e Negócios Municipais, que ao invés de por meio da Secretária da Assembleia enviar ofícios a diversos



prefeitos, pedindo informações sobre as condições de algumas vilas que pretendem emancipação, o fizeram de forma direta em desobediência ao Regimento interno que é bem claro nesse sentido e, portanto, não abriria margem a má interpretação, segundo assinala o deputado Clóvis Bezerra, tal procedimento tomado pelas comissões pode provocar balbúrdia na tramitação dos projetos (Ata da ALPB, 1956, folhas 02 e 03).

Na sessão realizada na Câmara Municipal no dia 08 de outubro foram reiniciados os trabalhos em segunda convocação especialmente para apreciar o ofício do Presidente da Comissão dos Negócios Municipais. Dentre os vários debates que ocorreu nessa sessão sempre em torno da inconstitucionalidade de tal desmembramento diante da Lei 321 de 08 de janeiro de 1949 que rege a espécie em causa, segundo o que foi transcrito na ata desta sessão, o vereador José de Oliveira Ramos “especificou minuciosamente mediante as demonstrações da arrecadação do Imposto de Indústria e Profissão (parte variável) fornecida pela Coletoria Estadual de Mamanguape e de conformidade com o relatório da Prefeitura Municipal deste Município concernente as despesas e receitas” (Ata da Câmara Municipal, 1956, folha 23, frente) que a emancipação do distrito de Rio Tinto provocaria o desequilíbrio econômico. José de Oliveira Ramos durante seu discurso e baseando-se na lei 321 em seu art. 4º inciso VII afirma que:

(...) são prerrogativas para a criação do novo município: Prova de que o desmembramento territorial para a criação do novo município não ocasione o desequilíbrio econômico ou ruína do município ou municípios de onde se formou aquele. Tomemos em consideração o que diz o art. 8º e tenhamos a dignidade suprema para negarmos o apoio impondo-se ao grupo de deputados criadores de municípios em épocas inoportunas a moralização da Lei. Não nego e nem podemos negar e nem tão pouco deixar de reconhecer, possuir o distrito de Rio Tinto, requisitos necessários para a sua emancipação política e bem assim o direito de reivindicar porém, que isso se faça dentro da lei. (Ata da Câmara Municipal, 1956, folha 23, verso).

Na sessão realizada no dia 24 de outubro na Assembleia do Estado, pronunciou-se da bancada o deputado José Fernandes e fez a leitura de um ofício que lhe foi enviado pelo presidente da Câmara Municipal de Mamanguape, “em que aquele Legislativo se manifesta contrário a criação do município de Rio Tinto”. E com relação ainda ao assunto José Fernandes fez chegar a Mesa um memorial que o referido presidente encaminhou ao presidente do Legislativo Estadual, por seu intermédio para requerer que se junte ao processo que está se tramitando da Casa o referido ofício em que o Legislativo Municipal se posicionou unanimemente contra a tal emancipação.

Diferente de 1953, onde o legislativo municipal se posicionou a favor da emancipação distrital da cidade fábrica, mesmo que com a bancada opositora ausente (que contava com quatro dos nove vereadores eleitos), desta vez os vereadores se unem contra tal emancipação.

No dia 05 de novembro em sessão realizada na Câmara Municipal os debates continuaram em torno da inconstitucionalidade do desmembramento.

Na sessão realizada no dia 08 de novembro, o deputado Luiz Bronzeado (UDN) requereu a inclusão na ordem do dia da sessão seguinte, o projeto de lei nº 55/56, que cria o município de Rio Tinto. Na sessão seguinte, realizada no dia 09 de novembro, o deputado Humberto Lucena (PSD) estranha que o projeto de lei que cria o município de Rio Tinto ainda esteja relacionado como segunda matéria, entre as que se encontram em primeira discussão, acentuando que “há mais de uma semana ter pedido a inclusão de vários projetos na ordem do dia e se encontrarem eles muito após o projeto que cria o município de Rio Tinto, cuja a inclusão somente ontem foi solicitada pelo deputado Luiz Bronzeado” (Ata da ALPB, 1956, folha 09). O deputado Clóvis Bezerra (UDN) como 1º secretário explica os critérios com os quais relaciona a ordem do dia esclarecendo por fim “que age com inteira isenção no cargo que lhe foi confiado” (Ata da ALPB, 1956, folha 09).

Na sessão do dia 12 de novembro é aprovado em 1ª discussão e sem debate o projeto de lei nº 55/56, que cria o município e a comarca de Rio Tinto e dá outras providências. A segunda discussão do Projeto de Lei nº 55/56, é feita em sessão realizada no dia 13 de novembro e desta vez com debates.

Primeiramente o deputado José Gayoso encaminha à Mesa uma emenda que determinaria a desapropriação das áreas urbana e suburbana da vila a emancipar-se que pertence à CTRT. O líder em exercício do PSD (por ausência do deputado Humberto Lucena), segundo consta em ata, leu algumas informações prestadas pelo Serviço Municipal de Estatísticas, informando que todos os prédios existentes “naquele aglomerado humano” são da propriedade da referida CTRT. Continuando, o deputado José Gayoso entregou à Mesa outra emenda referente aos limites do futuro Município, esclarecendo que a esse respeito houve entendimentos das partes interessadas, por intermédio dos deputados Eduardo Ferreira (PTB) e Ramiro Fernandes (PSD).

Enquanto Permaneceu na tribuna o referido deputado foi aparteado por José Cavalcanti (UDN), José Targino Maranhão (PTB), Seráfico Nóbrega (UDN), Clóvis Bezerra (UDN) e José Fernandes de Lima (PSD), e concluiu sua fala solicitando a Mesa o envio do Projeto em foco às Comissões Técnicas para a apreciação das emendas.

As discussões se iniciaram por causa destas duas emendas sugeridas ao projeto em discussão pelo deputado José Gayoso, sobre a constitucionalidade ou não das mesmas. O primeiro que se pronuncia a respeito é o deputado Clóvis Bezerra que ao ocupar a tribuna fez retrospecto sobre a tramitação especial que tem os projetos de lei que criam novos municípios e, por fim, disse que “a Mesa não poderia acolher as duas emendas que tinham sido encaminhadas pelo deputado José Gayoso” (Ata da ALPB, 1956, folha 05).

José Fernandes de Lima, também discutindo sobre a matéria, acentuou que o encaminhamento de emendas no art. 301 estabelece que: “os projetos de que trata este capítulo sofrerão 3 discussões e estarão sujeitos às mesmas normas estabelecidas para os demais projetos, no que se referem a estas 3 fases de sua tramitação” (Ata da ALPB, 1956, folha 05). Ao encerrar sua fala, voltou a tribuna o deputado José Gayoso:

(...) para chamar a atenção dos seus pares para o que dispõe o art. 219 e o seu § 1º, que assim estabelece: “Art. 219 – Terminada a 1ª discussão e votação, o Projeto, se for aprovado, passará a 2ª discussão, quando serão apreciadas as emendas existentes, admitindo-se, ainda nesta fase, a apresentação de novas emendas”. “§ 1º - Só por deliberação da Mesa, ou a requerimento de qualquer deputado, voltará o Projeto emendado à Comissão competente” (Ata da ALPB, 1956, folhas 05 e 06).

Depois das referidas argumentações, todas baseadas no regimento interno, o primeiro vice-presidente Ávila Lins (PR)<sup>79</sup> como presidente, decidiu aceitar as emendas apresentadas pelo deputado José Gayoso e determinou que o Projeto de Lei nº 55/66 fosse, inicialmente, remetido à Comissão de Finanças para apreciação de uma dessas emendas que criava substancial despesa para o erário estadual. Ante essa deliberação presidencial, Clóvis Bezerra enviou à Mesa um requerimento recorrendo para o plenário da decisão que acabava de ser comunicada, tal atitude fez com que o presidente chamasse a atenção do representante udenista para o disposto no art. 24 do Regimento Interno.

A Mesa poderá deixar de receber moções, emendas, requerimentos, pareceres e Projetos de Lei que considere inconstitucionais ou contrários às disposições deste Regimento, cabendo recurso voluntário da sua decisão – para o plenário, que decidirá soberanamente”. § único: “O recurso só pode ser interposto mediante requerimento escrito e fundamentado, dentro de 24 horas do despacho ou da decisão que não receber tais proposições. Este prazo é preclusivo” (Ata da ALPB, 1956, folha 06).

---

<sup>79</sup> O deputado Antônio D’ávila Lins (PR) tinha assumido a presidência por ausência do presidente Ramiro Fernandes, desde as seis últimas sessões realizadas naquele legislativo.

E dá-se continuidade as discussões sobre ter-se aceitado as emendas que dá condições ao desmembramento de Rio Tinto do município de Mamanguape, e depois de mais alguns debates, foi à tribuna mais uma vez o deputado Clóvis Bezerra, que se declarou estarecido ante a decisão do Presidente sobre o caso que estava sendo debatido e argumentou que considerava “uma manifestação de força, pedindo, por isso, que os companheiros de bancada abandonem o recinto em sinal de protesto e para ver se ainda é possível o encontro de uma solução para o impasse” (Ata da ALPB, 1956, folha 07).

Em resposta o presidente fez “soar os tímpanos” e advertiu ao orador de que não poderia censurar os atos da Mesa, e salientou que não admitia aquelas críticas que foram dirigidas à presidência. Sobre tamanha “balburdia” o deputado Pedro Gondim (PSD) falou de sua bancada e acentuou que “gesto de estarecer é a retirada da bancada da UDN, em sinal de protesto contra um ato do sr. Presidente que encontra inteiro amparo no texto do Regimento Interno da Casa” (Ata da ALPB, 1956, folha 07).

Prosseguindo a argumentação sobre o caso Pedro Gondim criticou a atitude da bancada da “Eterna Vigilância”, que pretendeu instituir o regime de greve na Assembleia, como também destacou a serenidade que o presidente estava a conduzir os trabalhos parlamentares e concluiu dizendo que tinha escutado por várias vezes “derrames de elogios” da bancada udenista, dirigidos à presidência quando as decisões tomadas eram as mesmas com as quais comungavam com os interesses dos componentes daquela agremiação.

Na ata daquela sessão ficou registrado que se travou “acesos debates” entre Pedro Gondim e os deputados Clóvis Bezerra, Wilson Braga e José Cavalcanti – os três últimos representantes da bancada udenista –, a ponto de estabelecer-se tumulto no recinto dos trabalhos, obrigando o presidente a fazer “soar os tímpanos repetidas vezes” e que diante da exaltação dos ânimos declarou encerrada aquela sessão.

Depois de várias sessões, realizou-se no dia 29 de novembro a continuidade daquela segunda discussão sobre o projeto que emancipou o distrito de Rio Tinto, que fora interrompida por causa do tumulto que se estabeleceu no dia 13 de novembro, quando havia iniciado os debates sobre a referida segunda discussão.

De início, o líder da UDN em exercício, o deputado Clóvis Bezerra, comunicou à Casa que manteve entendimentos com as partes interessadas no caso do projeto que criou o município de Rio Tinto, com a finalidade de solucionar dúvidas ainda existentes e que diziam respeito à questão dos limites da comuna a ser criada. Esclareceu também que em virtude da boa vontade por todos demonstrada haviam sido afastado os “últimos empecilhos”, de forma

que a proposição alusiva a Rio Tinto ainda poderia ser votada naquela sessão, como assim o foi.

Quando se iniciou os debates a respeito da alusiva proposição o deputado Clóvis Bezerra apelou para o deputado José Gayoso “no sentido de concordar com a votação do projeto de lei que cria o município de Rio Tinto, na presente sessão, em concordância com os entendimentos havidos anteriormente” (Ata da ALPB, 1956, folha 06).

Depois de tal apelo, o deputado Tertuliano Brito (PSD) informou que a matéria só poderia ser votada se o deputado José Gayoso retirasse as emendas da referida proposição, pois caso contrário, o processo continuaria disponível à Comissão de Finanças, para que as mesmas fossem analisadas. José Gayoso retirou as emendas declarando a ocorrência de entendimentos entre os deputados interessados na proposição que concordavam em aprova-la, mas apresentou outra emenda referente a questão dos limites do novo município, e terminando sua fala disse que “embora considere a questão aberta para a bancada do PSD, votará contra o projeto, uma vez que em Rio Tinto todos os bens pertencem à Companhia de Tecidos ali instalada” (Ata da ALPB, 1956, folha 06).

Em seguida a fala de José Gayoso, alguns deputados fizeram pronunciamentos declarando seus posicionamentos pessoais a cerca da referida emancipação. O primeiro foi Heraldo Gadelha (PSB) que se declarou:

(...) intransigentemente contrário ao projeto de lei em foco, (...) a futura cidade não possuirá um só prédio que não seja de propriedade da Companhia de Tecidos Rio Tinto e se a Assembleia opinar pela aprovação do projeto determinará uma situação sui-generis no Brasil, esta de conceder-se emancipação a uma fazenda. (...) naquela localidade não há liberdade religiosa, pois os proprietários da fábrica só admitem a existência de igrejas pertencentes à religião Católica, Apostólica Romana (Ata da ALPB, 1956, folha 07).

O deputado finalizou sua fala declarando que sua posição contrária à criação do município de Rio Tinto não significava qualquer restrição ao deputado Eduardo Ferreira. Em seguida manifestou-se contrário ao projeto o deputado Tertuliano Brito e afirmou que “o mesmo feria o dispositivo da Constituição Federal que não admite a criação de novas comarcas fora do quinquênio estabelecido num dos seus itens” (Ata da ALPB, 1956, folha 07), e por esse motivo o deputado apresentou uma emenda ao projeto que fixava a data da instalação do município para o dia 1º de janeiro de 1959.

O próximo que argumentou sobre o projeto foi Inácio Feitosa (UDN) que disse ser favorável à proposição e dirigiu um apelo ao deputado Eduardo Ferreira no sentido de que a

Companhia fizesse a doação dos prédios para a instalação das repartições públicas, também fez menção sobre a igreja, para que fosse doada à Arquidiocese da Paraíba<sup>80</sup>.

O deputado Jacob Frantz (UDN) também se pronunciou favoravelmente ao projeto de lei em discussão, e completou sua fala dizendo que o mesmo não se referia à criação de comarca e, portanto, não havia qualquer dispositivo constitucional ferido. E por fim se referiu diretamente ao deputado Heraldo Gadelha, quando o mesmo se pronunciou ao referir-se à pressão dos proprietários da fábrica sobre o operariado<sup>81</sup>, dizendo que “não tem muita razão de ser, levando-se em conta que as forças econômicas cada dia enfraquecem e as camadas proletárias adquirem consciência” (Ata da ALPB, 1956, folha 07). Jacob Frantz ainda ressalta que “as autoridades do futuro município irão ser escolhidas pelo povo, que, certamente, elegerá homens de sua confiança, por um natural instinto de defesa contra aquela pressão econômica que pudesse haver” (Ata da ALPB, 1956, folha 08). O seu pronunciamento gerou apartes dos deputados Heraldo Gadelha, José Gayoso, Américo Maia e outros<sup>82</sup>.

Quando não houve mais oradores a se referirem sobre o projeto, o presidente submeteu o projeto à votação, artigo por artigo, e houve a aprovação da matéria com a emenda do deputado José Gayoso, referente aos limites da futura comuna. Em discussão o último artigo da matéria, com a emenda de Tertuliano Brito que propunha que a lei entraria em vigor a partir de 1º de janeiro de 1959, Heraldo Gadelha declarou seu voto favorável à aprovação da mesma, e quando a emenda foi submetida à votação foi rejeitada pela maioria da casa.

Após a aprovação do projeto em segunda discussão o deputado Heraldo Gadelha se pronunciou dizendo que “estranhei a conduta do Legislativo no tocante à pressa com que votou a matéria de tão alto significado” (Ata da ALPB, 1956, folha 08). Tertuliano Brito também manifestou a “tristeza pelo desrespeito da Casa à Constituição Federal” (Ata da ALPB, 1956, folha 08). E o deputado Jacob Frantz disse que na “proposição não estava incluída a criação da comarca, pois o artigo 1º havia sido aprovado incluindo apenas a criação do município” (Ata da ALPB, 1956, folha 08), por isso a constituição não havia sido desrespeitada declarando que tinha votado contra a emenda de Tertuliano Brito.

Na sessão seguinte, realizada no dia 30 de novembro, se prosseguiu com a terceira discussão do projeto de lei que emancipou Rio Tinto, após ter sido aprovado um requerimento solicitando a urgência na discussão daquela proposição, foi o mesmo aprovado sem debates.

---

<sup>80</sup> A igreja se constitui em um exemplo emblemático: ainda hoje seu prédio pertence à CTRT, e não à Arquidiocese da Paraíba. (VALE, 2008, p. 53).

<sup>81</sup> O pronunciamento a qual se refere o deputado Jacob Frantz que o deputado Heraldo Gadelha fez não foi transcrito em ata.

<sup>82</sup> Os apartes recebidos enquanto o deputado Jacob Frantz se pronunciava, não foram devidamente registrados em ata.

Desde o início da tramitação do projeto na assembleia até a sua conclusão, percebemos que primeiro houve demora no parecer da Comissão de Negócios Municipais. Segundo, quando passa o prazo e não há mais parecer, há demora em liberar o projeto, mesmo a pedidos para que constasse na ordem do dia, e por fim, quando o projeto é finalmente liberado para discussão e votação, o mesmo é votado às pressas, sem período hábil para fosse realizado os debates necessários. Havendo apenas debates na segunda discussão do projeto (que foi dividida em duas sessões), tal discussão foi interrompida no dia 13 de novembro e só retornando dezesseis dias depois, no dia 29 de novembro, para ser concluída sem mais questionamentos, apenas com declarações. E assim, debaixo de arranjos e rearranjos, entre gritos e consentimentos, a Vila Operária se fez cidade.

No dia 01 de dezembro em sessão realizada na Câmara Municipal de Mamanguape, foi abordado a recém-emancipação de Rio Tinto pelo Legislativo Estadual nas discussões daquela Casa. Nesta sessão compareceu o prefeito Francisco Gerbasi, que se pronunciou após terem discursado os vereadores José de Oliveira Ramos e José Francisco de Souza, sobre a “lamentável decisão” de terem emancipado Rio Tinto sem levarem em consideração o posicionamento daquela Câmara e o colapso econômico que poderia ocorrer a Mamanguape, perdendo tão importante distrito. E o prefeito se pronunciou dizendo, dentre outras coisas, que

(...) estava convencido do apoio dos ilustres vereadores ao seu governo e que os mesmos poderiam ficar certos não ficariam decepcionado com a sua maneira administrativa dentro das possibilidades orçamentária com a perda irreparável do distrito de Rio Tinto que pesa 75% na balança da receita deste Município. Realmente foi um grande golpe que recebeu com esse desmembramento, pois veio modificar completamente o seu programa de trabalho que fez quando ocupou o cargo para dirigir os destinos desta grande terra, (...) lamentava tão somente a falta de compreensão dos homens que votaram de encontro a Lei e que êle não era e nunca foi absolutamente contrário a independência de Rio Tinto mas que se fizesse na época oportuna e não em desrespeito a lei que rege a espécie num verdadeiro atentado a todos os princípios de bem e de disciplina regulamentar infelizmente foi o que aconteceu, foi o que nós sabemos a concretização do desmembramento de Rio Tinto que sem a menor duvida é um colapso financeiro para este Município. (...) (Ata da ALPB, 1956, folha 37 frente e verso).

É interessante perceber, que Francisco Gerbasi em 1953 (na época era vereador), se posicionou inteiramente a favor da emancipação de Rio Tinto, e três anos após (exercendo o cargo de prefeito eleito muito provavelmente com os votos da vila operaria) lamenta tal emancipação, teria ele receio de não conseguir administrar Mamanguape por ainda mais de

dois anos restantes do mandato, sem os recursos financeiros advindos da CTRT, e não apenas dela, mas a verba federal subsidiada a cada município de acordo com o número habitacional.

Todo projeto político sofre influências a partir dos relacionamentos pessoais de quem o propõe, constituindo assim as diversas relações de poder que regem intransigentemente os rumos da política local. Isso não aconteceria de forma diferente em Mamanguape, onde divergiam entre si duas oligarquias econômicas, cada uma a sua maneira, e com práticas de jogos de influências mais ou menos iguais, buscavam angariar para si as benesses das quais ambicionavam, se os Fernandes de Lima tinha o forte apoio de Rui Carneiro e do PSD, não seria diferente com a família Lundgren, que desde a década de 1930 se relacionavam com os grupos políticos que deram origem a UDN. Neste ano tal poder prevaleceu. Sobre as relações políticas dos Lundgren com a família do governador, Vale diz que:

A autonomia do município atribui-se às ligações políticas da família Lundgren, com os Ribeiro Coutinho, a família do governador. É mais um projeto dos Lundgren de sua prática política na região. Seguem as comemorações e ato revelador: a posse do Comendador Arthur Lundgren como prefeito de Rio Tinto. (VALE, 2008, p. 163)

Sabemos que a emancipação do distrito se deu por meio de bases legais, mas sem o apoio das bancadas da UDN, PTB, PR e PL, o projeto não teria conseguido parecer favorável. Contando com os requisitos de autonomia de que necessitava para ser emancipado, assim como foi publicado no jornal A União o parecer do relator da comissão de Justiça da Assembleia Legislativa Estadual.

(...) Uma verificação bem acurada nas condições de vida daquela vila tanto no seu aspecto econômico como social, apresentados na vasta documentação junta, constata a alegação de um desenvolvimento sempre crescente e a certeza da presença de uma vida social livre e adiantada, sustentada por um populoso centro urbano de características e fisionomia própria da cidade. (Criação de novos municípios. A União, 13 de outubro de 1956).

E sua emancipação em 08 de dezembro de 1956, foi divulgada pelo jornal A União, avultando a grandiosidade do ato, destacadamente para a família Lundgren:

Na ocasião do momento solene, realizado em Palácio às 10 h, fez o dep. Eduardo Ferreira presente de uma caneta de ouro ao Governador, oferta do povo de Rio Tinto, com a qual foi assinada o referido ato. Interpretando o sentimento e o regozijo do povo de Rio Tinto, aquela autoridade, em breve alocução, dissertou sobre a ressonância do ato governamental. Ao mesmo tempo, sentia-se igualmente satisfeito por ter contribuído para uma causa de tão grandes conseqüências para o futuro do novo município. (Sancionada a lei que cria o município de rio tinto. A União, 08 de dezembro de 1956.)



Esse feito fez com que um vilarejo operário se transformasse em cidade, que por algumas décadas teve seu crescimento municipal atrelado em torno da fabricação têxtil, porém grande parte do território do município ainda permanecia em poderio dos donos da CTRT, um município desenvolvido de forma extremamente monopolizada, onde o poder se fazia presente desde sua formação – a princípio como vila operária –, e agora como município pertencente ao grupo Lundgren, que continuou a beneficiar-se economicamente naquela região, agora não apenas a frente da fábrica, mas também a frente do poder municipal, pois como disse o deputado pessebista Heraldo Gadelha “emancipou-se uma fazenda”.

Percebemos, portanto, o poder como algo que se faz maleável e transitório, se em 1950, os Fernandes de Lima por influência de seu poder econômico de certa forma determinaram algumas resoluções administrativas, por meio de arranjos políticos, em 1956 não se deu da mesma forma, quando da emancipação política de Rio Tinto. O novo rearranjo político na esfera estadual não permitiu que sua influência econômica guiasse algumas proposições, passando esse poder para os Lundgren que contou com o apoio da grande maioria dos deputados, não foi o suficiente os argumentos utilizados por aqueles que se declararam abertamente contra a referida emancipação, nada impediu que Rio Tinto fosse municipalizada. Neste ano ficou demarcada a força do poder econômico dos proprietários da CTRT.

### **3. PREFEITURA MUNICIPAL, CÂMARA DE VEREADORES E A SOCIEDADE CIVIL: ENTRE CONFLITOS E CONSENTIMENTOS.**

#### **3.1 A representação partidária e a montagem da força político-partidária (embates internos)**

Analizamos alguns livros de atas no intuito de percebermos como se deu o cotidiano político entre os vereadores na câmara municipal de Mamanguape, e verificarmos como se davam as relações de poder entre eles durante a realização das sessões.

Primeiramente começamos a perceber como a câmara de Mamanguape queria manter relações próximas do governador do estado Osvaldo Trigueiro (UDN) eleito em 1947 derrotando o candidato pelo PSD Alcides Vieira Carneiro.

Na ata da sessão realizada aos dezesseis de junho de 1948<sup>83</sup>, uma das principais discussões é sobre uma nota publicada em um jornal da capital, mas não dizem o nome do periódico, assinada pelo prefeito José Fernandes de Lima, eleito pelo Partido Social Democrático (PSD), cuja postura foi reprovada por alguns dos vereadores na câmara que a mencionaram insatisfeitos com tal comportamento. Nesta ata lemos a seguinte moção:

A câmara municipal de Mamanguape, no início dos trabalhos da presente reunião, tomando conhecimento das declarações do senhor prefeito do município, publicadas em jornal da capital e tendo em vista o ambiente de plena liberdade assegurado, pelo governo do estado, a todos os habitantes do município, sem distinção de credo político ou religioso, com a mais perfeita garantia, por parte das autoridades policiais, aos direitos dos cidadãos e seus (...), expressa a sua integral desaprovação a atitude do chefe político municipal e resolve votar uma moção de protesto contra aquelas infundadas declarações. (Ata da Câmara Municipal, 1948, p. 46-47)<sup>84</sup>

Um dos vereadores justifica sua desaprovação a essa moção, pois é solidário com a atitude do prefeito, e pede para retirar-se do recinto da câmara junto com sua bancada do PSD (saem quatro dos nove vereadores presentes nesta sessão), a moção foi aprovada por cinco votos – votos dos vereadores presentes.

O senhor José de Oliveira Ramos, vereador pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), diz que é “solidário a moção por solidariedade ao governador do estado o Dr. Osvaldo Trigueiro e

---

<sup>83</sup> Estavam presentes nesta sessão os vereadores Paulino Arantes de Lucena (PSD); João Facundo Filho (PSD); Pedro Carneiro da Cunha (UDN); José Geraldo Madruga (PSD); Alberto Araujo Fagundes (PSD); Raimundo de Carvalho Nóbrega (UDN); Sátiro Teófilo de Oliveira (PSD); Manuel Medeiros Correia (UDN) e José de Oliveira Ramos (PSB). Somando um total de nove vereadores.

<sup>84</sup> A declaração feita pelo prefeito José Fernandes de Lima não foi transcrita em ata, nem foi encontrado o número do jornal onde a mesma foi publicada, possivelmente extraviado (jornais pesquisados: Correio da Paraíba, O Norte, A União, nos meses de maio e junho).

que é solidário a todos os atos justos e democráticos que por ventura venha a ser manifestado pelo prefeito do município” (Ata da Câmara Municipal, 1948, p. 47). A ata sofreu retificação pedida pelo vereador Paulino Arantes de Lucena (PSD), pois quando a sua bancada se retirou não poderiam ter dado seguimento a sessão, visto que não continha o número legal de vereadores e que a bancada pessedista considera verídica as declarações do prefeito José Fernandes.

Na ata da sessão realizada no dia dezessete de junho de 1948, página 49, por causa da retificação, a aprovação da moção de desconfiança ao senhor prefeito municipal foi invalidada, pois quando a bancada retirou-se do recinto não existira mais número legal para votação da mesa e a bancada pessedista mantém de pé o seu protesto contra a moção visto que, considerava verídicas as declarações do senhor prefeito. A moção foi a votação novamente, mas com retificações, pois o vereador Paulino Arantes Lucena, havia dito que daquela forma a moção iria apenas humilhar a pessoa do prefeito, o que ele não concordava.

A partir do que foi transcrito, temos a possibilidade de fazermos algumas observações. Encontramos determinada relação de poder no jogo político entre as bancadas. Quando a bancada pessedista se retira, e faz com que se torne inviável a sessão, os poderes estão marcados, a bancada udenista/socialista nada pode fazer mesmo sendo a maioria<sup>85</sup>, ela está aprisionada ao poder que está sendo exercido pela minoria, pois em uma jogada estratégica a bancada pessedista demarca seu espaço, até que se mude a moção que ataca o prefeito, a bancada continuará ausente, e por fim, alegando que pelo bem do povo que os elegeram, os vereadores udenista/ socialista muda o teor da moção de forma que não humilhe mais a pessoa do prefeito, encerrando assim este impasse que havia se levantado entre os vereadores.

Por meio da análise dos debates encontrados nessas atas, percebemos a ânsia de defesa que cada bancada tem por defender seus correligionários de partido, cada qual defende quem lhe é de direito, e são justamente essas querelas que fazem com que as discussões se tornem cada vez mais frequentes durante todo o mandato (1947-1951), essas alterações, mesmo que algumas vezes aparentem ser amenas, também é percebida na leitura das atas seguintes, com debates quase sempre acirrados e reveladores de um sistema partidário municipal atuante neste período de democratização na cidade de Mamanguape.

---

<sup>85</sup> Temos nove vereadores participantes nesta sessão, onde cinco pertencem a legenda do PSD, três vereadores da UDN e compondo esta bancada um vereador socialista. Podemos analisar da seguinte forma: a bancada udenista/socialista se torna a maioria, pois tem o apoio nas decisões em votação do presidente da câmara João Facundo Filho, que pertence ao PSD. Percebemos, portanto, possíveis querelas pessoais dentro da bancada pessedista, que provoca o fato de torná-la minoritária nas decisões da Câmara Municipal de Mamanguape/PB.

Na mesma ata do dia dezessete de junho de 1948, temos outro indício dessa ânsia de proximidade que o legislativo municipal queria manter com o governo do estado. Nesta ata vemos, que o vereador Manuel Medeiros Correia (UDN), pedindo a palavra, apresentou uma moção de solidariedade e apoio político ao Exmº Sr. governador do estado, o Dr. Osvaldo Trigueiro, submetida a mesma a votação, foi aprovada por unanimidade em parte, por haver declarado o vereador Paulino Arantes de Lucena, ser a sua bancada, solidária apenas na parte administrativa de vez que pertencia a um partido contrário a política do governador do estado. E na ata da sessão realizada no dia dezoito de junho de 1948 foi lido o telegrama do governador do estado agradecendo a moção de apoio ao seu governo. Abaixo a imagem com a moção enviada pela Câmara Municipal, publicada em primeira página no jornal A União no dia 17 de junho de 1948.

Câmara Municipal de Mamanguape  
Aprovou expressiva moção ao governador Osvaldo Trigueiro  
A Câmara Municipal de Mamanguape instalou, ontem, os seus trabalhos ordinários, sob a presidência do sr. Alberto Fagundes.  
Nessa oportunidade, os vereadores mamanguapenses aprovaram uma expressiva moção de irrestrito apoio, confiança e integral solidariedade política ao governador Osvaldo Trigueiro.  
Comunicando êsse fato ao Chefe do Executivo, o vereador Alberto Fagundes transmitiu o telegrama para o qual abrimos espaço a seguir: –  
“MAMANGUAPE, 16 – Levo ao conhecimento de v. excia. que a Câmara Municipal, reunida em sessão de hoje, acaba de votar a seguinte moção: “A Câmara Municipal de Mamanguape ao iniciar a reunião ordinária dêste ano, resolve votar uma moção de irrestrito apoio, confiança e integral solidariedade política ao governador Osvaldo Trigueiro, tendo em vista a eficiente ação administrativa e o caráter eminentemente democrático que vem imprimindo ao Governo do Estado. – Alberto Fagundes – Presidente”.  
(A UNIÃO, 17.06.1948, p.1.)

Mesmo sabendo que esta era uma atividade comum – enviar e receber telegramas e moções de congratulações ou agradecimento – pode-se verificar, no mínimo, que a câmara municipal em Mamanguape não era alheia a estas práticas que tocam um primeiro ponto de aproximações e de relações entre ambos os poderes, percebemos também como a câmara registrava suas sessões cotidianamente.

Neste conjunto, temos uma primeira percepção de quanto os debates políticos na Câmara de Vereadores são por vezes acalorados por uma simples questão de oposição partidária, e nos permite auferir os jogos políticos e debates relativamente tensos. A política estadual, cujo porta-voz legítimo foi o jornal A União e onde as notícias dos atos do governo do estado a atuações municipais foram publicados, reverbera na pauta dos assuntos da tribuna.

Outro assunto que verificamos nos debates da câmara é sobre projetos que beneficiariam ou não a população local. Na ata da sessão<sup>86</sup> realizada no dia 19 de agosto de 1948, o vereador socialista Adelgício dos Santos Lima, apresenta o auto projeto de lei nº 23, que isenta de imposto de feiras as seguintes mercadorias: cereais, legumes, frutas, verduras e vendagem em tabuleiro. Na ata da 3ª sessão<sup>87</sup> ordinária de convocação extraordinária aos vinte e seis dias do mês de agosto de 1948, é apresentado o autoprojeto nº 23 para ser discutido e aprovado.

O senhor vereador Paulino Arantes de Lucena (PSD) pede a palavra e diz que o autoprojeto:

(...) não devia ser aprovado pela câmara, em virtude de trazer prejuízo à fazenda municipal, e que o mesmo não traria nenhum benefício a coletividade, apenas opinava, pela insenção de impostos as vendagem em tabuleiro, alegando ainda, que as mercadorias, constantes no auto projeto de lei, ficando isentas de imposto, não baratiava e nem beneficiava a população, em virtude dos contribuintes agirem por meio do cambio nêgro, razão porque era contrário ao auto-projeto. (Ata da Câmara Municipal, 1948, p. 17-18).

Em seguida pede a palavra o vereador Adelgício dos Santos Lima (PSB), autor do autoprojeto para justificar as razões pelas quais havia necessidade de aprovação, pois o mesmo “beneficiava o comércio, os contribuintes e o povo em geral”, pediu que “os vereadores entendessem bem o sentido da lei e as razões e necessidades que a mesma deveria ser aprovada”. O projeto foi aprovado por seis votos a dois, sendo contra o referido projeto o vereador Paulino Arantes de Lucena e o vereador Sátiro Teófilo de Oliveira, ambos pertencentes à legenda do PSD.

A partir do que foi transcrito nas atas, percebemos de certa forma as intenções ideológicas partidárias que estavam transparecendo nos projetos de leis e, por conseguinte acalorando os debates. O vereador socialista estava defendendo o que, no seu entendimento partidário, era melhor para a população em geral, pois “pelo povo foi eleito e por ele deve lutar”, é o que lemos em outra ata. Já o vereador pessedista estava a defender a máquina municipal, e obviamente os interesses do prefeito, sabendo que faziam parte da mesma bancada partidária e, portanto, se preocupam com o Estado acima de qualquer bem, e não com a população.

---

<sup>86</sup> Estavam presentes nesta sessão os vereadores Paulino Arantes de Lucena (PSD); João Facundo Filho (PSD); Alberto Araújo Fagundes (PSD); Sátiro Teófilo de Oliveira (PSD); Pedro Carneiro da Cunha (UDN); Raimundo de Carvalho Nóbrega (UDN); João Batista Coêlho de Araújo (UDN) e Adelgício dos Santos Lima (PSB). Somando um total de oito vereadores.

<sup>87</sup> Idem.

O estopim na maioria das discussões era como percebemos, a repulsa dos pessedistas aos movimentos e decisões da bancada udenista/socialista. Porém, percebemos aspectos de uma cultura política partidária ideológica, na discussão da oposição quando demonstra certa vontade de exercer o poder pelo povo. Os elementos de representação de uma cultura política, teorizados brevemente neste trabalho, configuram-se na dinâmica discursiva dos componentes da câmara municipal de Mamanguape, deixando transparecer suas conformações políticas e sociais.

### **3.2 Câmara x prefeitura – força política**

Pensando no contexto histórico nacional desse período e partindo para a história local, temos como proposta a análise das representações dos discursos encontrados nas atas da câmara dos vereadores em Mamanguape, e por meio da leitura dessas representações percebermos as relações de poder que caracterizam as práticas coronelistas remanescentes ou não que eram percebidas pelos vereadores sobre a pessoa do chefe do executivo local e sua postura diante do legislativo mirim.

A sanção a determinadas ações de partidários contrários aos ideários situacionistas, pode-se dizer, ser a primeira atitude aparente em um discurso coronelista. Analisando as informações presentes nas atas da Câmara Municipal de Mamanguape referente ao período estudado, percebemos essa posição de bloqueio através da “força”. No referido documento encontra-se, resumidamente, as seguintes informações:

Ata da 2ª sessão ordinária da convocação extraordinária aos vinte cinco dias do mês de agosto de 1948 (...), o vereador Adelgício dos Santos Lima, reclama da atitude do senhor prefeito José Fernandes de Lima, por ter cancelado o nome dele e do senhor José de Oliveira Ramos da folha de pagamentos das diárias a que eles tinham direito. (Ata da Câmara Municipal, 1948, p. 7)

Ao fazermos a leitura dessa ata, e comparando o comportamento do senhor prefeito citado em atas anteriores, percebe-se claramente que o prefeito, o qual pertence ao PSD, persegue este dois vereadores que pertencem ao PSB, pois os mesmos fazem oposição aberta e veementemente efetiva contra o que eles chamam de “desmandos do senhor prefeito”. O vereador Adelgício considera o ato do prefeito, “ilegal, reacionário e discricionário”, ou seja, o prefeito estaria agindo de forma a coagir a bancada que lhe fazia oposição declaradamente, usando mesmo que de meios não lícitos, para que a mesma se sentisse intimidada.

Temos outro exemplo claro do posicionamento entre o poder executivo e o poder legislativo municipal. Lemos na ata da 12ª sessão ordinária realizada no dia 18 de janeiro de 1949, um requerimento proposto e aprovado para ser enviado ao prefeito Zé Fernandes. Transcrição do teor do requerimento:

Governo da Paraíba – Câmara Municipal de Lima – Sr. Presidente: - requero a v. excia. Que, ouvido o plenário da câmara e depois da aprovação da mesma seja inserido nos anais da hata de hoje o seguinte: - Não tendo o prefeito municipal dada execução das leis e resoluções, promulgadas pela câmara, nem tão pouco, enviado ao 103dvog legislativo do município a proposta orçamentária para o exercício de 1949, como estava obrigado por preceito constitucional, resolve a câmara afetar o caso ao conhecimento judiciário, constituindo um 103dvogado para promover as medidas legais que se fazem necessários ao cumprimento das decisões, e a responsabilidade do chefe executivo municipal, ficando o presidente da câmara autorizado a outorgar os necessários poderes ao profissional escolhido. Sala das sessões da câmara municipal de Lima, em 18 de janeiro de 1949. Ass. Pedro Lima da Cunha – Vereador. (Ata da Câmara Municipal, 1949, folha 97-verso).

O senhor José de Oliveira Ramos lamenta a câmara ser obrigada a tomar tais posicionamentos em virtude da atitude hostil do poder executivo e lamenta “como filho de Mamanguape que é”, como consta em ata, que o prefeito José Fernandes de Lima venha:

(...) mantendo o propósito sistemático de desmoralizar a soberania da câmara (...). Declarando ainda o referido vereador haver envidado todo o seu esforço junto a pessoa da intimidade do Poder Executivo, inclusive o secretário da prefeitura Sr. José Gabinio, no sentido de ser evitado o choque entre os dois poderes e que fosse possível um acordo entre os mesmos, o que não foi possível ser realizado até a presente data. (Ata da Câmara Municipal, 1949, folha 97-verso; folha 98-frente).

Nessa leitura do discurso oficial, percebe-se, além da aparente revelia dos prejudicados pela sanção do prefeito, o debate e posicionamento revoltado daqueles à atitude do administrador. Percebemos também o quanto o prefeito estava a fazer “ouvido de mercador” diante do posicionamento e discursos proferidos pela oposição à sua administração. O que lemos nas atas é que o prefeito também não respondia aos anseios da câmara, e que continuava a administrar como se não houvesse poder legislativo na cidade, é o que lemos em algumas atas anteriores a esta. Mas é preciso lembrar também, que os poderes se repelem e se atraem, basta a inversão dos polos. De certa forma é curioso perceber que durante o mandato do prefeito Francisco Gerbasi (1955-1959) o vereador reeleito José de Oliveira Ramos, não trata com os mesmos atributos com que tratou José Fernandes, quando o mesmo vetava os projetos de lei sancionados pela câmara.

Na ata sessão da câmara municipal de Mamanguape, realizada no dia 30 de dezembro de 1948, instalada provisoriamente no prédio do Mamanguape Club, pede a palavra o vereador Geraldo Madruga para fazer o seguinte comunicado:

(...) que tinha hoje entrado em entendimento com o Sr. Prefeito, no sentido de que o mesmo adquirisse um prédio para a instalação da câmara, uma vez que a mesma vem funcionando em um prédio de uma sociedade, tendo o chefe do poder executivo se prontificado a satisfazer as vontades da câmara, não só, com uma casa, como também, os necessários móveis para a instalação da mesma. (Ata da Câmara Municipal, 1948, folha 93-verso).

Confirmamos que o prefeito José Fernandes honrou seu compromisso em doar o prédio à Câmara Municipal, pois verificamos que no retorno dos trabalhos legislativos no ano de 1949, no mês de junho, encontramos no tradicional texto de abertura de sessões a descrição de um novo endereço e não mais o endereço do Mamanguape Club: “Aos dez [dias] do mez de junho do ano de 1949, nesta cidade de Mamanguape, no prédio de nº 41 a rua Presidente João [Pessoa] a onde funciona a câmara municipal (...)” (Ata da Câmara Municipal, 1949, folha 2-frente).

Pelo que muito foi escrito, descrito e falado, concebemos na maioria das vezes, o coronel como alguém que apenas é opressor, esquecemos que para a engrenagem da política coronelista funcionar corretamente, precisa-se que o coronel seja também um favorecedor de benesses. Verificamos, portanto, estratégias de manutenção de prestígio e poder para que sejam exaltadas ou lembradas quando o coronel utilizar sua mão de ferro, pois concebemos o coronel como alguém que “aparentemente é apenas servido, mas, realisticamente, pode-se afirmar que também é servidor” (JANOTTI, 1992, p.12). Não estamos aqui afirmando que José Fernandes era coronel ou deixava de sê-lo, mas para analisar como os vereadores o percebiam enquanto prefeito em Mamanguape, lembrando que tais vereadores eram da bancada oposicionista.

Até porque quando dizemos que as características do sistema coronelista continuaram no pós 1930 – quando tal sistema datado (1898-1930) dá lugar a outro – o afirmamos porque as oligarquias, os grupos oligárquicos continuaram a fazer parte da administração política dos estados, tais grupos se adaptaram, e se conformaram com o regime que estava vigente. As oligarquias existiam antes de o sistema coronelista ser instaurado com a política dos governadores<sup>88</sup> e continuam a existir na ditadura varguista (1930-1945); no período democrático (1945-1964); na ditadura militar (1964-1985) e no segundo período democrático

---

<sup>88</sup> Podemos dizer que tal sistema político é formado por duas bases principais: as oligarquias e o autoritarismo, e daí surgem as demais práticas políticas como o mandonismo e o clientelismo por exemplo.



(1985 até os dias atuais), ou seja, as oligarquias se transmutam mais não deixam de fazer parte da administração do estado nacional como um todo.

A oligarquia não chega a ser um sistema ou regime político, tão pouco se reduz a uma prática política, ela seria muito mais um modo de se organizar politicamente que se metamorfoseia naquilo que o sistema vigente exige, ou seja, tal modo de organização política se atualiza, reinventa-se nas práticas políticas cotidianas para permanecer no poder, ou trocando em miúdos, para continuar na tessitura do Estado.

Se entre 1945 a 1964 quem governou os estados foram as oligarquias familiares e/ou econômicas, estas o fizeram dentro de um sistema democrático que estava se estabelecendo, se construindo.

### **3.3 Relações da Sociedade Civil com o Poder Local: O caso das Ligas Camponesas**

Os assuntos mais debatidos em sessões sobre o município de Mamanguape foram os que discutiam as questões do trânsito, transportes e acidentes, abastecimento de água, feira, comércio e impostos, como também foi abordada a questão das ligas camponesas, por exemplo.

Para começar a pensar sobre a tomada de consciência política dos homens do campo, não deixamos de considerar a análise de Blondel quando diz que:

A influência desses chefes ou coronéis ainda permanece preponderante. Quando se analisam as minúcias do processo eleitoral, não se vê muita transformação, porque o chefe soube, em tempo, satisfazer o desejo de seus eleitores, ou porque ele mesmo se sentiu levado pela corrente que impelia seus correligionários. (...). (BLONDEL, 1994[1957], p. 14)

Mas, no entanto, se não levarmos em consideração que os chefes tradicionais foram obrigados a mudarem suas práticas de conquistas de votos, por que as velhas práticas já não funcionavam mais, só ocorreu por que os anseios da população do campo se transformaram e não o inverso, estaremos desconsiderando as ações do homem rural, para concluir uma análise rasa ao considerar que toda transformação só ocorre de cima para baixo. Se estas transformações não foram o suficiente para trocar os nomes tradicionais na política paraibana, foram necessárias e fundamentais para que a forma com que eram tratados os homens do campo se alterasse significativamente. O homem do campo estava gradativamente deixando de ser coibido para ser conquistado, e isso muda até na qualidade de vida do trabalhador rural, mesmo que não se deem o devido valor a essas transformações, mesmo que elas tenham ocorrido significativamente lentas.

A atuação da Liga Camponesa em Mamanguape e em Rio Tinto esteve diretamente ligada ao sindicato têxtil da cidade fábrica. Segundo Vale “a ata de fundação da Liga Camponesa de Rio Tinto, se observa a união entre trabalhadores da fábrica e trabalhadores rurais, em oposição aos Lundgren, como estratégia de unidade de ação”. (VALE, 2008, p.23)

Na sessão realizada no dia 29 de dezembro de 1961 na câmara municipal de Mamanguape encontramos a referência abaixo sobre a liga camponesa:

(...) foi facultada o uso da palavra, fazendo uso o vereador José de Oliveira Ramos, (...) levantando veemente protesto contra o atentado ocorrido em Sapé na pessoa de Pedro Fazendeiro, representante da liga camponesa naquele município, citou textos bíblicos consonantes aos sofrimentos de Cristo levados a efeito pelos judeus em era remota. Citou ainda vindicações de operários americanos quando foram também vitimados por atentados, tendo como líder Abrahão Lincoln, fêz referência também a bravura de Tiradentes, o mártir de Independência e que sucedeu-lhe na luta, Perigrino de Carvalho, paraibano ilustre que também libertou o Estado Potiguar, nosso visinho. Mas não cessou a aí a luta pela liberdade, na cidade de Chicago, houve a mesma luta de conquista e hoje são os camponeses que procuram se libertar do jugo dos cativeiros patronais. Fêz referência ao deputado Francisco Julião quando disse que os filhos dos pobres morrem de inanição faminta, asseverando que o dito deputado nunca foi e nem é comunista como propalam alguns desavisados. Surgiu em Sapé Pedro Fazendeiro em defesa dos camponeses e em Mamanguape um funcionário do Serviço Ferroviário, dirigindo a organização local. Teceu ainda considerações à falta de garantias aos proprietários, mas que aos de maiores vultos que são ligados aos grandes industriais. O orador requereu ao Sr. Presidente fosse encaminhado o seu protesto a Liga Camponesa de Sapé. (...). (Ata da Câmara Municipal, 1961, folha 05-06)

Percebemos as comparações que o vereador do PTB faz do líder da Liga Camponesa, Pedro Fazendeiro, com os grandes vultos nacionais e internacionais que lutaram pela liberdade, pela independência, a crítica que faz aos grandes proprietários. Faz referência ao dirigente da Liga Camponesa em Mamanguape, cita seu cargo, mas não cita seu nome, não é um camponês, e possivelmente tinha ligações com o movimento operário em Rio Tinto.

Na sessão realizada no dia 29 de dezembro de 1961 José de Oliveira Ramos se pronuncia novamente a respeito dos possíveis impactos dos protestos da Liga Camponesa em Mamanguape, e na Paraíba como um todo.

(...) indo a tribuna o vereador José de Oliveira Ramos, (...) disse ter notícia de que os Irmãos Fernandes haviam decidido a distribuir por arrendamento, áreas da propriedade “santíssimo”, fato que sendo verdadeiro, serão dignos de elogios; e que caso idêntico acontece com o senhor Hercílio Lundgren, dividindo parte de sua propriedade com os moradores, com a modalidade de pagamento por diárias. Acreditava mesmo, estarem os senhores proprietários sentindo os efeitos das Ligas Camponesas (...). (Ata da Câmara Municipal, 1961, folha 11)

O vereador cita os atos de prevenção que os dois maiores proprietários do Vale do Mamanguape estariam tomando, em arrendar suas terras, que segundo o vereador seria por receio das reivindicações por parte das ligas camponesas.

Quase dois anos depois, na sessão realizada no dia 1º de junho de 1963, o vereador José de Oliveira Ramos se pronuncia sobre a reforma agrária e constitucional, e faz um discurso que lhe terá grandes consequências para o seu mandato político.

(...) o vereador José de Oliveira Ramos, que da tribuna (...) teceu considerações ao governador Miguel Arrais, e deputado Leonel Brizola, Eloi Cunha e outros pioneiros do nacionalismo, requereu fosse consignada em ata que aos movimentos se organizam estudantes, operários e demais órgãos de classe, pedindo seja levado a efeito nesta pátria tudo o que o povo deseja, a reforma agrária e constitucional mesmo com derramamento de sangue, para o bem do progresso de nossa pátria, de nossa nação. Falou a respeito da libertação do México. Fêz referencia a administração Francisco Gerbasi, administração puramente autêntica. (Ata da Câmara Municipal, 1963, folha 03)

Pelo menos no que foi registrado em ata ninguém se pronunciou contra, ao que acabava de ser dito pelo referido vereador. Não houve nenhuma moção de desagrado. Na sessão realizada no dia 23 de dezembro de 1963, já havia menções sobre a instabilidade do regime vigente.

(...) o vereador Expedito de Meneses Lyra, que da tribuna referiu-se ao encerramento deste período legislativo, havendo de voltar no ano que se aproxima, caso não seja mudado o regime, porém, devemos levar o espírito a Deus, para que tudo suceda melhor, em benefício do progresso da humanidade. (Ata da Câmara Municipal, 1963, folha 106-107)

A partir do momento que foi instaurado o golpe militar em fins de março e início de abril de 1964, uma das primeiras medidas a ser tomada mesmo antes do AI-1 (que também regulava as cassações), foram as cassações dos mandatos legislativos tanto nas câmaras municipais quanto nas assembleias legislativas em todo o Brasil que ficou conhecida como “Operação Limpeza” (NUNES, 2014, p.285). O que não foi diferente no município de Mamanguape.

Os trabalhos da Câmara Municipal só retornaram na sessão do dia 23 de abril de 1964, depois de três semanas que havia sido instaurado o golpe militar e lemos o seguinte:

(...) Em seguida foi lido pelo 1º secretário, um ofício do vereador José de Oliveira Ramos, acompanhado de um requerimento assinado por este e pelos vereadores Sebastião Antônio da Silva e João Germano da Silva, no qual solicitava fosse suspensa a sessão, havendo o senhor presidente submetido requerimento a apreciação dos vereadores presentes, os quais opinaram pelo

indeferimento do mesmo, o que foi feito pelo presidente da Casa. O 1º secretário leu ainda para conhecimento da Casa e da assistência que continha na ante-sala, a ata da 13ª sessão do dia 1º de junho de 1963, na qual consta pronunciamento do vereador José de Oliveira Ramos, contrário as normas constitucionais do nosso país, dizendo que a reforma agrária e constitucional devia ser feita até mesmo com derramamento de sangue. O senhor presidente anunciou que, em virtude de não haver sido aceito o requerimento do vereador José de Oliveira Ramos, mandava fazer a leitura da Resolução nº 91 (noventa e um), que impede exercer as suas funções nesta Câmara, os vereadores José de Oliveira Ramos, e João Germano da Silva, bem como, três suplentes. Terminando a leitura da resolução, o senhor presidente passou a ordem do dia, submetendo-a a votação, sendo aprovada pela metade mais um do total de vereadores, conforme dispositivos já citados, combinado ainda com o artigo 141 da Constituição da República. Após a ordem do dia, facultou a palavra, usando-a o vereador Francisco Bartolomeu de Souza, que da tribuna teceu comentários a respeito dos falsos defensores da pátria, dos falsos líderes da Liga Camponesa, que mais não faziam senão ludibriar a fé dos pobres homens do campo sob promessa de arranjar-lhes terras tomadas a muque dos proprietários. Que confiava em Deus e nas Forças Armadas, em ver concretizado o expurgo desses falsos profetas. O senhor presidente honrando as tradições da Câmara Municipal e tendo em vista os dispositivos da Resolução que acabava de ser aprovada, declarou vago os cargos de vereadores de José de Oliveira Ramos e João Germano da Silva, autorizando, em seguida fosse feita a convocação dos respectivos suplentes, encerrando em seguida a presente sessão. (Ata da Câmara Municipal, 1964, folha 03 e 04)

Nesta sessão ficou claro como o discurso já havia se transformado, se nas sessões anteriores nenhum vereador havia se pronunciado contra os discursos de José de Oliveira Ramos, agora se abria os discursos contra os movimentos do campo e aplaudindo o ato heróico das forças armadas em tê-los expurgados. Na ata da sessão realizada no dia 30 de abril de 1964 descobrimos o motivo pelo qual o vereador João Germano de Silva teve o mandato cassado.

(...) o senhor presidente nomeou uma comissão de vereadores para introduzir no recinto da mesa os suplentes José Romualdo Filho [PR] e José Augusto de Meireles<sup>89</sup>, a fim de tomarem posse no cargo de vereador, nas vagas deixadas pelos ex-vereadores José de Oliveira Ramos e João Germano da Silva, em virtude do impedimento constante da Resolução nº 91, de 23 do ano em curso, os quais foram empossados, mediante o compromisso de praxe. Empossados os suplentes, foi facultada a palavra e não havendo orador, o senhor presidente passou a direção dos trabalhos ao substituto legal e foi a tribuna, onde em seu nome [José Francisco de Souza] e em nome do Partido Social Democrático, *congratulouse com as Forças Armadas por haver encetado uma revolução pacífica em nosso país, libertando a nação do regime totalitário que estava prestes a se instalar, sobre a tutela do ex-presidente da República e seus asseclas*. Falou sobre os motivos que culminaram com o impedimento dos vereadores José de Oliveira Ramos e

---

<sup>89</sup> O nome dele não consta nos dados do TRE na lista de vereadores candidatos e eleitos em 1963 e não há registro de eleição para a vaga deixada após cassação dos mandatos.

João Germano da Silva referindo-se aos pronunciamentos subversivos do primeiro e do segundo, que fazia parte da Liga Camponesa, como secretário, conforme prova enviada ao Comando Militar, constante de uma caderneta daquela organização. Mediante estas provas, considera soberana a decisão desta Câmara, em aprovar o impedimento dos citados vereadores. O orador congratulou-se com os recém empossados vereadores, concitando-os a *primar pela legalidade democrática dentro de nosso regime constitucional*. (Ata da Câmara Municipal, 1964, folha 06-07, grifo nosso)

Um dos vereadores foi cassado por conta de seus discursos, que após 1964 foram considerados subversivos, o outro por terem encontrado uma caderneta onde o seu nome constava como secretário da Liga Camponesa, ambos pertencente ao PR.

Sobre os demais vereadores cassados nesse mesmo período tanto em Mamanguape quanto em Rio Tinto, elaboramos o quadro abaixo com base no quadro elaborado por Nunes (2014, p.295) onde o autor lista todos os vereadores e suplentes que foram cassados pós-golpe, pois tinham ligação direta com a Liga Camponesa.

**Relação dos Vereadores que foram cassados em Mamanguape e Rio Tinto (1964)**

<b>Nome</b>	<b>Município</b>
José de Oliveira Ramos (vereador)	Mamanguape
João Germano da Silva (vereador)	Mamanguape
José Duarte Figueiredo (suplente de vereador)	Mamanguape
Salvador Gomes da Silva (suplente de vereador)	Mamanguape
Manoel Trajano Maciel (suplente de vereador)	Mamanguape
Alcides Pereira da Silva (vereador)	Rio Tinto
Manoel Pereira Ramos (vereador)	Rio Tinto
Paulo Francisco de Assis (suplente de vereador)	Rio Tinto

Quadro 04: elaborado a partir de NUNES, 2014, p.295.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história política de Mamanguape no período proposto neste trabalho foi construída a partir de muitas disputas e contradições, o que provavelmente não foi diferente em inúmeras outros municípios, principalmente nas cidades pequenas, longe dos grandes centros urbanos.

Podemos observar que a partir do momento que temos dois poderosos grupos políticos disputando o poder local e tentando se beneficiar por ter proximidades com os líderes políticos estaduais, nós temos em jogo, principalmente as ambições pessoais, particulares de cada grupo. Os Lundgren que queriam emancipar Rio Tinto (e assim fizeram) para que o imposto da fábrica não precisasse ser pago aos opositores, mas ficaria dentro da própria empresa, pois quando Rio Tinto foi emancipado como município, não se sabia ao certo onde começava uma e onde terminava outra esfera de poder, Rio Tinto torna-se, portanto, um município privado.

Por outro lado, existiam os interesses dos Fernandes de Lima em não perder o único distrito industrial que o município de Mamanguape tinha, e que na época era de onde se arrecadava a maior porcentagem do imposto, ter Rio Tinto como distrito com mais de 20 mil habitantes, fazia com que a renda municipal vinda do Governo Federal fosse bem maior.

A disputa entre tais grupos familiares favoreceu de certa forma para que Mamanguape figurasse novamente na esfera estadual, que a muito vinha esquecida, desde o seu auge econômico do século XIX, terra que sempre se exaltou por ter sido visitada pelo Imperador D. Pedro II. Depois de um século, os Fernandes de Lima, mesmo que de forma interina, chegam ao Governo do Estado. Feito que Mamanguape só havia conseguindo com o Barão de Mamanguape Flávio Clementino da Silva Freire, que foi presidente da Província da Paraíba em 1853, 1854 e 1855, 1861 e 1876 a 1877, cargo à época equivalente ao de governador.

Apesar de João Pereira de **Castro Pinto** (nascido em Mamanguape em 03 de dezembro de 1863), ter sido presidente do Estado da Paraíba de 1913 a 1915, o mesmo fez sua vida política na capital Parahyba do Norte (João Pessoa), e não tinha relações políticas diretas com o município natal, diferente da trajetória política e econômica do Flávio Clementino da Silva Freire que era proprietário rural e produtor de açúcar em Mamanguape. Da mesma forma os Fernandes de Lima, que construíram sua trajetória política e econômica a partir do mesmo município, sendo proprietários da Usina Monte Alegre (produtora de açúcar).

Demonstramos por meio do estudo de Mamanguape, que o coronelismo, não finda em 1930, ou no mínimo, suas práticas mais eminentes, continuam a se fazer presente no

município de Mamanguape nos moldes operandi de se fazer política durante o período denominado democrático entre as duas ditaduras.

Uma cidade que na década de 1940 e 1950 era dominada por duas famílias, cujo poder se baseava nas bases da indústria, em que cada qual se utilizava de seu poderio econômico de gerar e garantir empregos, para garantir os votos, depois de garanti-los, negociavam empregos e benefícios públicos diretamente com o Estado. No caso de Mamanguape, tais industriários não precisavam barganhar votos prometendo favores, pois os mesmos eram garantidos por meio da opressão e ameaças de perderem o emprego.

A barganha não era feita com os homens pobres, cuja única coisa que possuíam era a mão de obra trabalhista e o voto, mas com os homens ricos, que detinham o poder de controlar o Estado, seja por meio da política, seja por meio da economia, ou seja, mandonismo com os trabalhadores, clientelismo com os financiadores do Estado, exatamente as mesmas práticas do sistema político coronelista e executadas da mesma forma. Exatamente como Leal sugeriu sobre o renascimento do coronelismo pós-30, e ao contrário do que afirmou Carvalho, que o coronelismo havia morrido quando “à derrubada de Flores da Cunha, o último dos grandes caudilhos gaúchos” (1997, p.2).

As duas famílias em Mamanguape tinham recursos financeiros próprios, assim como os coronéis de outrora. O fenômeno era sistêmico havendo vínculos estaduais e federais, e por vários anos as famílias se mantiveram no controle político da cidade e do Estado, alternando-se no poder de certa forma imbricada, pois dividiram o poder ao mesmo tempo. Enquanto os Lundgren controlava o poder municipal de forma direta entre 1950 a 1956, os Fernandes de Lima detinham o controle indireto do município por meio da participação direta no poder do Estado.

É importante ressaltar que o clientelismo não pode se confundir com o coronelismo, pois, clientelismo é uma prática de barganha, de trocas de favores, de agrados. Já o coronelismo é um sistema político que entre outras práticas, abarca também o clientelismo e o mandonismo, por exemplo. Por isso, podemos perceber o controle do voto mesmo após 1930/1937/1945, é real, pois diferentemente da Primeira República, o voto passa a ter algum valor, pois é ele que passa a decidir os resultados eleitorais, a fraude já não é mais a regra, como afirmou Blondel (1997).

Segundo Carvalho, “qualquer noção de clientelismo implica troca entre atores de poder desigual” (1997, p.9). Portanto, a relação entre a família Lundgren (governo municipal e proprietários da CTRT) e os Ribeiro Coutinho (governo estadual) pode ser considerada como de uma política de compromissos, nos moldes coronelistas, utilizando-se de práticas

clientelistas? Num primeiro momento podemos pensar os donos da fábrica como clientela do governo do Estado, que nas eleições de 1955 garantem a vitória de Flávio Ribeiro Coutinho para governador no município de Mamanguape. Apesar dessa eleição ter se dado a partir da união entre PSD, UDN e PL, por conta de uma estratégia política de José Américo de Almeida e ter resultado na Coligação Democrática Paraibana (CDP), e praticamente todos os votos terem sido direcionados aos três partidos em coligação, no entanto, podemos perceber que os donos da fábrica tiveram maior controle nesses votos, ao olharmos a eleição anterior, em 1954, quando o candidato a deputado estadual pela fábrica foi eleito com 3.477 votos, contra 2199 do candidato da Usina Monte Alegre, que também fora eleito. Ou seja, a proporção de votos que a fábrica possuía dentro do município era bastante significativa, o que geraria apoio político incontestável.

Num segundo momento, em 1956, nós nos deparamos com uma possível “paga” desse compromisso, quando o Flávio Ribeiro Coutinho sanciona a lei que emancipa Rio Tinto, a propriedade privada dos Lundgren, um caso excepcional na história do Brasil, onde podemos encontrar um exemplo claríssimo de exacerbação das relações políticas entre o poder público e o poder privado, que nós encontramos referências contundentes no sistema político coronelista advindo da Primeira República.

Portanto, podemos perceber que a tão falada democracia que compõe o período entre 1947 a 1964, na prática pouco foi efetivada, principalmente quando os interesses dos grupos oligárquicos estavam à frente dos interesses da população. As práticas clientelistas e autoritárias perpassou todo esse período, caracterizando ainda mais fortemente a nossa Cultura Política Brasileira, que pouco tem de democrática.

Ao término desta pesquisa, verificamos que as práticas políticas locais no município de Mamanguape, se assemelham a de muitos outros interiores, pois se baseia no mesmo princípio de disputas particulares, usando as vantagens de se controlar o poder público estadual. A barganha e a vigilância do voto; a emancipação de um município em terras particulares; o favorecimento em receber verbas por pertencer ao mesmo grupo político, foram algumas das práticas exercidas pelo poder político local.

No entanto, o que podemos perceber na cultura política brasileira deste período por meio do município de Mamanguape, é a disputa por espaço de duas culturas políticas distintas, que ao mesmo tempo entram em colisão, dialogando entre si. Uma cultura política de práticas coronelistas que encontramos exemplos nas posturas dos dois grupos políticos mamanguapense – os Fernandes de Lima e os Lundgren – que se aproveitam da posição política a nível local/estadual para angariar recursos e benesses a seus próprios interesses, e de



certa maneira desfavorecendo a população, a não procurar atender as necessidades básicas que sempre existiu em qualquer município, como saúde e educação, por exemplo, que sempre ficam nos planos das promessas, fazendo apenas o mínimo de forma paliativa, para que tais necessidades sempre façam parte das promessas eleitorais.

Por outro lado encontramos o discurso democrático nas falácias dos mesmos grupos, que fazem acreditar a população pobre que os direitos deles serão resguardados e que o voto deles tem o peso decisivo para escolher sempre o melhor candidato, aquele que irá lutar para manter o Estado Democrático de Direito, o ir e vir, a liberdade de expressão, e o acesso aos bens e a igualdade perante a justiça.

Podemos chegar a seguinte conclusão: as duas maneiras que se pretendeu mais evidente, de se perceber a cultura política da época, deixou claro que na base da política local, das disputas entre grupos oligárquicos pelo poder político, o que menos houve foi a inserção de uma cultura política minimamente democrática, mas persistiu as práticas coronelistas de uma cultura política autoritária arraigada desde a formação do Estado Brasileiro e de sua sociedade.

Percebemos, no entanto, que são as conformações políticas, constatadas a partir da lacuna historiográfica, que justificam a pertinência e necessidade desta pesquisa; são as relações políticas dos vereadores e a ideologia de seus partidos, as relações de poder construídas com os prefeitos municipais e por último, a relação entre a máquina de poder municipal e estadual enquanto espaço de transformações e/ou permanências políticas que reforçam a importância de se estudar a política local mamanguapense e sua teia estruturante das relações de poder.

Muito provavelmente podemos concluir que o período vivenciado na Paraíba entre 1947 a 1964, foi um constante imbricamento do sistema político coronelista com o sistema democrático. E, portanto, o Brasil na época não vivenciou, nem um nem outro sistema em sua amplitude, mas o que houve principalmente foram repetições das práticas coronelistas dentro de um sistema que foi reconhecido constitucionalmente como democrático. Nosso trabalho, responde as questões que propomos no início desta pesquisa, porém deixam outras em aberto, que podem servir de mote para novas pesquisas sobre a história política local do município de Mamanguape.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

Câmara Municipal de Mamanguape. Livros de Atas vol. 02, caixa 01, 1948.  
Câmara Municipal de Mamanguape. Livros de Atas vol. 03, caixa 01, 1949.  
Câmara Municipal de Mamanguape. Livros de Atas vol. 06, caixa 01, 1956.  
Câmara Municipal de Mamanguape. Livros de Atas vol. 07, caixa 01, 1956.  
Câmara Municipal de Mamanguape. Livros de Atas vol. 10, caixa 02, 1961.  
Câmara Municipal de Mamanguape. Livros de Atas vol. 10, caixa 02, 1963.  
Câmara Municipal de Mamanguape. Livros de Atas vol. 11, caixa 02, 1963.  
Câmara Municipal de Mamanguape. Livros de Atas vol. 11, caixa 02, 1964.

Assembleia Legislativa da Paraíba. Livros de Atas vol. 04 (datilografado), caixa 19, 1956.  
Assembleia Legislativa da Paraíba. Livros de Atas vol. 05 (datilografado), caixa 20, 1956.

Jornal A União, 17 de junho de 1948.  
Jornal A União, 13 de outubro de 1956.  
Jornal A União, 08 de dezembro de 1956.

Tribunal Regional Eleitoral, resultados eleitorais de 1947 a 1963.

### Monografias, Dissertações e Revistas

ALVES, Rogério de Moraes. **Construção e Usos dos Espaços na Feira Livre do Bairro do Areal em Mamanguape/PB**. Monografia (licenciatura em História). Guarabira/PB: UEPB, 2005.

BARBOSA, Jivago Correia. **Política e assistencialismo na Paraíba: o governo de José Américo de Almeida (1951-1956)**. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, 2011.

BORGES, Vavy Pacheco. **História e política: laços permanentes**. In Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 12, Nº23/24, 1991/2, pp. 7-18.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. **As atas de reuniões enquanto fontes para a história da educação: pautando a discussão a partir de um estudo de caso**. IN: Educação Unisinos. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Vol. 11, número 2, maio/agosto 2007.

MOREIRA, Márcio Macêdo. **Entre Britos e Gaudêncio: cultura política e poder familiar nos cariris velhos da Paraíba (1930-1960)**. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A história política e o conceito de cultura política**. IN: X Encontro Regional de História da AMPUH/MG. LPH: Revista de História. Nº 6, 1996.

VALE, Eltern Campina. **Tecendo fios, fazendo história: a atuação operária na cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964)**. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Ceará, 2008.

## **Livros**

ALMEIDA Jr., Antônio Mendes de. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In GOMES, Angela Maria de Castro... [et al.]; introdução geral de Sergio Buarque de Holanda; sob direção de Boris Fausto. **O Brasil Republicano: sociedade e Política** (1939-1964), vol. 10. - História geral da civilização brasileira - tomo III. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Os Rios do Açúcar do Nordeste Oriental: O Rio Mamanguape**. Volume II. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1997[1957].

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-79.

BARROS, José d'Assunção. História Social e Retorno do Político. IN: SCHURSTER, Karl; SILVA, Giselda Brito; MATOS, Júlia Silveira (org.). **Campos da Política - Discursos e Práticas**. São Paulo: LP-Books, 2012, p. 10-47.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In RIOUX E SIRINELLI (org). **Para uma historia cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

BLONDEL, Jean. **As condições da vida política no Estado da Paraíba**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ João Pessoa: Assembleia Legislativa/ A União, 1994[1957].

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. UNB, 13ª edição, vol. 01, 2010.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CITTADINO, Monique. **Poder local e ditadura militar: o governo de João Agripino – Paraíba** (1965-1971). São Paulo: Edusc, 2006.

CITTADINO, Monique. **Populismo e golpe de Estado na Paraíba (1945-1964)**. João Pessoa: Editora Universitária/Idéia, 1998.

COSTA, Adailton Coelho. **Mamanguape a fênix paraibana**. João Pessoa: GRAFSET LTDA, 1986.

FALCON, Francisco. História e Poder. In CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Ensaios de Teoria. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-89.

FERNANDES, João Batista. **O extinto Rio Tinto**. Arquivo da Biblioteca Pública Municipal José Américo de Almeida/Rio Tinto-PB, 1971.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In FERREIRA, Jorge. (Org.). **O populismo e sua história**. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 59-124.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da Indústria da Seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitário/UFPB, 1993.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. O Brasil Republicano vol. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p.127-154.

GÓES, Raul de. **Um sueco emigra para o nordeste**. Rio de Janeiro: José Olympio. 1964

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 17-57.

GOMES, Angela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. In SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.) **Culturas políticas**. Ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-41.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. **O coronelismo**: uma política de compromissos. – 8ª ed. –São Paulo: Brasiliense, 1992.

JULLIARD, Jacques. “A Política”. In Jacques Le Goff e Pierre Nora. **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995[1974], p. 180-196.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997[1949].

LE GOFF, Jacques. “A política será ainda a ossatura da história?”. In LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1983, p. 221-242.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

MARIZ, Celso. **Memória da Assembléia Legislativa**. João Pessoa: Departamento de publicidade, 1987.

MENDONÇA, Aldo Silva de. **Luta camponesa e processo identitário em Mamanguape-PB**: o caso de Itaipirica. Dissertação (mestrado em Antropologia). Universidade Federal da Paraíba, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. AZEVEDO, Cecília... [et al.] (Orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro : Editora FGV , 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). **Culturas Políticas na História**: Novos Estudos. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

NOGUEIRA, Marcos Aurélio. **Potência, limites e seduições do poder**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. **Ataque ao Parlamento:** as cassações de mandatos durante a ditadura militar no estado da Paraíba (1964-1969). *SÆCULUM - Revista de História*. João Pessoa, jul./dez. 2014, p. 285-304.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a história da Paraíba**. Vol. 03. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977.

RÉMOND, René (org). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003[1988].

SOUZA, Maria do Carmo C. Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. 3ª ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1990[1976].

WEBER, Max. **Ciência e Política:** duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2003.